

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE  
(UNICENTRO-PR) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA**

**ALDEAMENTO SÃO JERÔNIMO DA SERRA: UMA  
ESTRATÉGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO  
SOCIAL DOS KAINGANG**

**IRATI**

**2017**

**Jóice Bernaski**

**ALDEAMENTO SÃO JERÔNIMO DA SERRA: UMA ESTRATÉGIA PARA A  
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO KAINGANG**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual Centro Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Oseias de Oliveira.

Irati

2017

Catálogo na Fonte  
Biblioteca da UNICENTRO

BERNASKI, Jóice

B523a Aldeamento São Jerônimo da Serra: uma estratégia para a transformação do espaço social dos Kaingang / Jóice Bernaski. – Irati, PR : [s.n.], 2017.  
101f.

Orientador: Prof. Dr. Oseias de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. História – dissertação. 2. Índios – Paraná – Brasil. 3. Civilização – Progresso.  
I. Oliveira, Oseias de. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 980.41



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



## TERMO DE APROVAÇÃO

Joice Bernaski

### "Aldeamento São Jerônimo da Serra: um dispositivo para a transformação do espaço social do Kaingang (1859-1882)"

Dissertação aprovada em 04/07/2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Claudio Luiz Orço

Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Titular

Dr.ª Ana Maria Rufino Gillies

Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Titular

Dr. Oséias de Oliveira

Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso Deus, puro amor e sentimento, que expressa uma força suprema, mágica, magnífica e celestial que me encanta, seduz e me move todos os dias, sem ele, a minha vida aqui na terra não seria possível. Sou grata ao meu Deus por ter me concebido e criado como “primícia das suas obras, desde o princípio, antes do começo da terra. Desde a eternidade fui formada. Ainda não havia abismo quando fui concebida. Antes que assentados fossem os montes, antes que fossem feitos a terra e os campos e os primeiros elementos da poeira do mundo como, o sol, a lua e as estrelas e todas as galáxias. Quando Deus preparava os céus, ali estava eu” (PROVÉRBIOS, cap. 8, ver. 22-27) e para sempre existirei para louvar-te, glorificar-te e sentir o seu *Amor*. Deus sempre cuidou de mim com muito amor em todos os momentos da minha existência, principalmente, nos mais difíceis e necessários para o processo de minha evolução espiritual.

Agradeço aos meus pais pela dádiva da vida. De modo especial à minha mãe.

Expresso eterna gratidão àquela que me alfabetizou em 1991, e despertou em mim o insaciável desejo pela busca do conhecimento: a professora Elenita Chuproski. A vida nos separou por um breve instante, entretanto nos aproximou novamente.

Agradeço de forma especial ao meu orientador Professor Dr. Oseias de Oliveira, dono de um admirável conhecimento erudito, do qual compartilhou parte comigo no decorrer de sete anos, desde a graduação, eixo impulsionador do meu conhecimento acadêmico, intelectual e historiográfico. Já não sou a mesma. Mudei! Cresci! Amadureci! Sublimei meu conhecimento! Em função disso adquiri uma eterna dívida com meu orientador, que foi responsável por grande parte dessa mudança! Assim, devo louvores de gratidão!

Agradeço ao professor Almir de Souza.

À Cibele que se tornou minha amiga e conselheira sobre o universo espiritual.

Ao Edilson, que, sem dúvidas foi um anjo que encontrei no percurso da vida para me indicar o caminho da História.

Devo agradecer pelo carinho recebido todos esses anos do professor Dr. Helio Sochodolak, pessoa sensacional. Não encontro palavras para expressar o quanto admirável é, pela carga de humildade e respeito que possui pelo seu próximo, sem contar o seu conhecimento filosófico e historiográfico que possui e, o torna ainda mais excepcional.

Agradeço ao professor Dr. Acelmo Schörner pelo seu préstimo para com a minha pessoa.

Agradeço aos demais professores Valter Martins, Claércio Schneider, João Corso, Vania Vaz, Ana Paula Wagner pelas suas contribuições na minha formação.

Sentirei saudades dos meus queridos colegas com os quais partilhei parte dos meus sentimentos acadêmicos, como as angústias, medos e as sensações prazerosas que o Mestrado proporcionou, Augusto Borges, André Abreu, Leandro Castro Tavares, Sonia Vanessa Langaro e o Big. Mesmo sabendo que nossas vidas seguem cursos distintos, ficarei sempre torcendo para que conquistem muitas vitórias no decorrer da vida.

Agradeço à Capes, pelo financiamento da pesquisa.

E, meus sinceros agradecimentos à Banca: Prof. (a). Dr. (a) Ana Maria Rufino Gillies e ao Prof. (o). Dr. (o) Claudio Luiz Orço pelas contribuições à pesquisa.

**Dedico a Dissertação aos meus filhos: *Juliane e Juliano, os quais Amo sem reservas, cc exemplo de força e determinação infinita com inspiração em uma águia***

*Se eu pudesse ter um desejo universal realizado, pediria que todas as pessoas estudassem para compreender como o Universo funciona, pois, após adquirirem esse conhecimento, tornar-se-iam melhores. Esse era um dos meus maiores sonhos, o qual, paulatinamente, está sendo realizado. Ainda que a prosperidade seja necessária ao ser humano e a grande maioria a busque por meio do trabalho, o estudo é essencial para se chegar a outro lugar, eu diria o mais imprescindível de todos para encontrar o Amor. Dessa forma, as pessoas estariam livres da sua própria prisão. Pois em nosso planeta existem muitas pessoas que têm dois olhos para ver e não enxergar, dois ouvidos para ouvir e não ouvem, uma mente para estudar e não estudam, um coração para sentir e não sentem o propósito que há séculos o Universo têm destinado a cada pessoa. Nesse sentido, se todos soubessem o que é o Amor e a dimensão da sua profundidade, elas buscariam um caminho para encontrá-lo e como resultado final, o ódio não existiria em mais nenhum átomo no planeta Terra. Nessa perspectiva, dedico a minha Dissertação com muito Amor aos meus adorados filhos, Juliane e Juliano, para que eles estejam imunes da sua própria prisão, representadas pelos padrões sociais que tanto causam sofrimentos aos seres humanos, fazendo-os sofrerem, provocando medos, frustrações, repressões, conflitos, guerras, entre outras coisas tão banais regidas pela ignorância humana, em que muitos estão imersos. Prisão que metaforicamente já era abordada por Platão com o Mito da Caverna há 2400 anos. Ainda que sejam poucas as pessoas que encontram o sentido da vida, algumas personalidades históricas deixaram registrada a sua sabedoria no descobrimento dessa concepção, entre eles, o filósofo holandês Baruch de Espinosa, que bem cedo em sua vida chegou à conclusão de que o homem que preza pela riqueza material e pelo poder, se não for humilde, esses elementos não forem capazes de proporcionar a felicidade interior, a qual será comprovada pela sua humildade para com o seu semelhante, eles são vazios e vãos. Ainda que meus filhos não entendam nesse momento do que falo, um dia compreenderão. Desejo que a minha Dissertação seja exemplo para eles seguirem, dos anos de minha dedicação e superação ainda mais intensa do que a determinação que a águia precisa ter para se renovar, se ainda ela desejar viver mais alguns lindos anos. Mesmo que os ventos terrenos sejam minúsculos e soprem ao contrário barrando os seus sonhos, uma tempestade é impermanente e o seu fim é óbvio, com a chegada do arco-íris que desenha o céu de uma forma sublime e anuncia um novo começo, secando as lágrimas. Espero, profundamente, que meus filhos encontrem a felicidade mediada pelo conhecimento em todos os campos. Partindo da*

*concepção de que todos somos um e estamos conectados por um fio de energia invisível, Deus está em todos os lugares. Alguns o encontram nas religiões cristãs, outros em práticas de meditação, existem relatos do encontro com Deus nos mais diversificados lugares (é preciso enfatizar que Deus está presente nos espaços que visem o respeito e o amor ao próximo como a si mesmo, se esse preceito não for contemplado, Deus está ausente de qualquer crença, porque ele é indiscutivelmente Amor). Alguns O encontraram na Filosofia, na Física Quântica, a ciência que prova e explica a existência de Deus, e eu O encontrei na História alicerçada pelas pessoas que estavam no meu caminho. Feliz daquele que O encontra, porque são poucas as pessoas que O descobrem, muitos ignoram os caminhos que conduzem a Deus, que Ele as ofereceu para desfrutarem do seu Eterno Amor.*

*Jóice Bernaski*



## RESUMO

As sociedades, estados, culturas e territórios são transformados pelas disputas estabelecidas entre distintas regiões sociais que reivindicam o monopólio do poder pelo espaço. As terras ao Norte do Paraná eram palco de disputas travadas entre as diversas regiões sociais indígenas durante o processo histórico. Resultantes desses conflitos a partir do século XVII, essas terras se tornaram território dos Kaingang. Para facilitar a colonização, o Império construiu no século XIX vários aldeamentos, que tinham como intuito reunir os índios, civilizá-los para torná-los trabalhadores. Esses aldeamentos contribuíram para consolidar as fronteiras, pois o Império almejava construir a nação pautada na civilização e no progresso. Nessa perspectiva, estudaremos a transformação do espaço social dos Kaingang por meio do aldeamento de São Jerônimo da Serra, na temporalidade de 1859 a 1882, tendo como alicerce os documentos selecionados do Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial, disponíveis no Arquivo Público do Paraná. Esses estudos nos possibilitaram evidenciar que mesmo os indígenas perdendo o seu território resistiram ao processo de colonização, em que não deixaram de ser Kaingang. Desse modo, o aldeamento não transformou o espaço social cultural dos indígenas, os quais preservaram a sua identidade.

**Palavras-Chave:** Civilização; Kaingang; Não Indígena; Progresso;

## ABSTRACT

The societies, states, cultures and territories are transformed by the disputes established between different social regions that claim the monopoly of power by the space. The lands north of Paraná were the scene of disputes between the various indigenous social regions during the historical process. Resulting from these conflicts from the seventeenth century, these lands became territory of the Kaingang. In order to facilitate colonization, the empire built several villages in the 19th century, which were intended to bring the Indians together, civilize them to make them workers. These settlements contributed to consolidate the frontiers, as the Empire sought to build the nation based on civilization and progress. In this perspective, we will study the transformation of the social space of the Kaingang through the village of São Jerônimo da Serra, from 1859 to 1882, based on the documents selected from the Selective Catalog of Documents Concerning Indigenous Peoples in Paraná Provincial, available in the Public Archive of Paraná. These studies enabled us to show that even the indigenous peoples losing their territory resisted the process of colonization, in which they continued to be Kaingang. In this way, the village did not transform the cultural social space of the natives, who preserved their identity.

**Keywords:** Civilization; Kaingang; Non-indigenous; Progress;

## **Lista de Mapa**

<b>Figura 01</b> Mapa Território do Guairá XVII.....	25
<b>Figura 02</b> Mapa dos pontos de povoação do Paraná XIX.....	42
<b>Figura 03</b> A localização das terras do aldeamento de São Jerônimo da Serra.....	50
<b>Figura 04</b> Mapa desenhado por John Henri Elliot do aldeamento de São Jerônimo da Serra e das terras a sua adjacência.....	53
<b>Figura 05</b> Mapa Caminho dos tropeiros.....	82

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**IHGB-** Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

**UNICENTRO-** Universidade Estadual do Centro-Oeste.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Mapa</b> .....	11
<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	11

<b>Introdução</b> .....	14
-------------------------	----

### Capítulo 1

#### **Aldeamento de São Jerônimo da Serra: estratégia para a colonização e civilização dos ameríndios**

1.1 Experiências históricas.....	22
1.2 Concepção de Território Kaingang.....	24
1.3 Índios no Império.....	31
1.4 Noção de Civilização e Progresso.....	35
1.5 Emancipação política, características da civilização/catequese no Paraná Provincial.....	40

### Capítulo 2

#### **Aldeamento de São Jerônimo da Serra, um espaço de dominação *versus* prática cultural**

2.1 A fundação do aldeamento de São Jerônimo da Serra no território Kaingang.....	47
2.2 O estriamento do território dos Kaingang.....	52
2.3 Os africanos no aldeamento.....	60

### Capítulo 3

#### **Metamorfose do espaço social dos Kaingang**

3.1 O caminho da civilização pretendida pelo frei Luiz de Cimitille aos Kaingang.....	62
3.2 Cultura em uma outra perspectiva .....	70
3.3 Cultura e resistência indígena.....	73
3.4 Os resultados do progresso para o Império.....	74
3.5 A representação do progresso nas terras indígenas.....	78
3.6 A distribuição de lotes de terras dos Kaingang aos colonos.....	85
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>92</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>94</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, as mais distintas sociedades foram edificadas e destruídas em função de disputas pelo poder do espaço físico e social, ocasionando o desmantelamento de áreas edificadas, territórios, impérios, culturas, regimes políticos, etnias, religiões, economias, costumes e tradições. Todos esses elementos foram resultados da prática de violência originando guerras, extermínios e conflitos, como os que ocorreram no século XIX no Norte do Paraná, onde o Império do Brasil foi construído no território dos Kaingang, que habitavam nessas terras há séculos.

Segundo estudos, o que chamamos de Paraná começou a ser habitado por volta de 9 mil anos atrás. Entre 9 mil a 3 mil anos, esses povos foram denominados pela “Arqueologia, de caçadores e coletores pré-cerâmicos. Eles foram substituídos pelas populações indígenas agricultoras e ceramistas que eram povos mais sedentários, como os “Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá, os quais continuam a viver aqui até hoje” (MOTA, 2011, p. 10). É óbvio que em condições muito distintas ao contexto antecedente da invasão dos não indígenas nas terras ameríndias.

O convívio nesse habitat proporcionou a cada etnia indígena ao longo do tempo o desenvolvimento da sua história, como a demarcação do seu território, a criação dos costumes, as crenças, as tradições, as organizações sociopolíticas. Periodicamente, essas terras eram disputadas pelos indígenas, os quais tinham por finalidade conquistar autonomia sobre o espaço, tornando-o conflituoso.

Esta pesquisa foi relevante para evidenciar a importância dos Kaingang, destacando a atuação histórica, e evidenciando a resistência à colonização, ao contrário de como foram designados no século XIX como povos sem história e sem cultura. Essas considerações produziram uma ideologia de anulação da existência dos indígenas nessas terras.

A colonização foi um processo bárbaro, atroz e desumano, expropriou das terras hoje entendidas como o Paraná, os seus habitantes que aqui residiam há milênios, transformando o seu espaço social. Os indígenas ofereceram resistência ao processo de colonização.

Os Kaingang eram orientados por sua cultura e estavam organizados em uma sociedade, nem superior e nem inferior à dos não indígenas, apenas distinta e com outras formas de interpretar e compreender o mundo, que, a partir do século XVI passou a ser invadida, desestruturada e apropriada pelos colonizadores.

Esse processo durou séculos, cada período foi caracterizado por políticas diferentes, mas equivalentes na violência e crueldade, em que foram utilizadas inúmeras estratégias para a consolidação desse processo. A colonização esteve imbuída em um processo histórico originado pela política mercantilista e expansionista de Portugal que visava explorar os espaços no além-mar europeu, como os territórios das diversas etnias ameríndias, de modo específico, o dos Kaingang.

A civilização foi justificada pela “consciência de sua superioridade”, que passou a servir em um primeiro momento aos Estados Absolutistas, e, posteriormente aos Estados Nacionais, como propósito de conquista das suas colônias e, por conseguinte, tornou-se um “tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio” (ELIAS, 1994, p. 64).

No território Kaingang, a sociedade indígena estava organizada de acordo com os seus princípios culturais. O trabalho não compreendia característica de exploração como no do sistema capitalista, que ganhou forças com a Revolução Industrial na Europa no século XIX, disseminando-se pelo planeta. O trabalho na cultura indígena era de subsistência, desenvolvido pela sociedade coletiva, voltado para a caça, pesca e o plantio.

A cultura indígena também era sustentada por crenças, como os rituais, que para eles se compunham como uma forma prazerosa de viver a vida. As experiências eram transmitidas de geração em geração pela oralidade. Essas práticas culturais organizavam o território Kaingang, sob o qual eles tinham autonomia no espaço. Diante disso, é possível enfatizar a resistência dos Kaingang à dominação que se processou no território indígena e às práticas civilizatórias impostas a eles, que geraram guerras e conflitos. Assim, podemos evidenciá-los como sujeitos históricos frente ao processo de colonização.

Os aldeamentos, como São Jerônimo da Serra, foram uma das estratégias utilizadas pelos não indígenas, que, paulatinamente, transformaram o espaço social dos ameríndios. Nos quais, tentava-se impor a civilização por meio da catequização e a alfabetização; tendo por finalidade tornar os Kaingang<sup>1</sup> trabalhadores do Império, e, por consequência, a fragmentação das terras indígenas.

As estratégias podem ser entendidas como planos, manobras, métodos para se conquistar um objetivo. Corresponde também a um “cálculo de relações de forças empreendido por um sujeito ou instituição detentora de poder, que postula um lugar para ser circunscrito

---

<sup>1</sup>O termo Kaingang-“Kanhág” pelos mais velhos significa, no sentido literal da palavra, pessoa indígena, que faz parte de qualquer um dos povos indígenas ou gente do mato, comedor de pinhão.

como um próprio”, capaz de produzir e mapear o espaço de acordo com as suas intenções políticas (CERTEAU, 1994, p. 203).

Os aldeamentos eram uma das estratégias utilizadas pelo Império para centralizar a política e consolidar as fronteiras físicas. Além de possuírem o objetivo de reunir os indígenas para expropriar as suas terras e também civilizá-los, para construir uma nação *civilizada* e inserida no progresso. Desse modo, o espaço social dos indígenas, gradativamente, foi sendo transformado. Em meados do século XIX, vários aldeamentos foram engendrados pelo Império, tornando as terras indígenas um espaço de disputa estabelecida entre as regiões sociais dos ameríndios e a dos não indígenas.

A estratégia de aldear os indígenas para ocupar o seu território foi utilizada desde os primórdios da colonização. Iniciada no século XVI, pelo litoral como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro avançou pelos sertões até o século XIX, no período do Império, e se estendeu pelo século XX, na República, consolidando a demarcação das fronteiras do Brasil como Estado Nacional.

Embora em cada período a política dos aldeamentos fosse distinta, (e caberiam aqui longas discussões, diferenciações sobre cada contexto, referenciando as características políticas estabelecidas pelos Jesuítas, por Marques de Pombal, pelo Império com relação aos indígenas), elas eram norteadas pelos mesmos objetivos: a colonização, dominação das terras ameríndias, utilização da mão de obra escrava e compulsória, como no caso dos aldeamentos, para a produção das mercadorias.

No período colonial, os aldeamentos tinham como escopo tornar os índios súditos e vassallos do rei, aldeados pelas práticas dos *descimentos*, e, no regime imperial, trabalhadores do Império. O Rio de Janeiro, desde o início, foi fundado nas terras indígenas, também pelo emprego do viés estratégico dos aldeamentos. Alguns duraram mais de trezentos anos, como o de São Lourenço e São Barnabé,

que desde o século XVII (1659) ao XIX (1828), manifestou-se sempre uma preocupação com as medições e demarcações reconhecidas pelos índios, padres, autoridades e, até pelos moradores arrendatários com única forma de tentar garantir legitimamente os limites das terras dos índios que configuravam comas dos foreiros (ALMEIDA, 2003, p. 232).

No século XIX, houve, por parte do Império, uma atenção mais acentuada com relação aos aldeamentos, devido à necessidade de avançar para o sertão<sup>2</sup> expandindo suas fronteiras; e

---

<sup>2</sup>Sertão é uma categoria social construída para classificar os lugares. Para alguns representa um espaço distante da “civilização”, delimitado por fronteiras. No século XIX, era considerado como desabitado, desconhecido, inóspito, que oferecia medo. Sertão pode significar distintas interpretações: para os indígenas era um espaço de liberdade,



os aldeamentos nunca deixaram de existir como estratégia de colonização desde o Brasil Colônia.

A metamorfose do espaço social dos ameríndios no Norte do Paraná foi sustentada pelo desejo de construção do Império nas terras indígenas, alicerçado pelas discussões proferidas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro<sup>3</sup> localizado na Capital do Império, Rio de Janeiro<sup>4</sup>, em que era arguida entre os proponentes a questão de como proceder em relação aos índios para ocupar os sertões por eles habitados.

Partindo do ponto de vista da concepção ocidental, os ameríndios, foram e ainda são para muitos, entraves à civilização e ao progresso, como eram evidenciados pelo Império, que deveriam ser assimilados e integrados ao mesmo. Assim como, concebido por José Bonifácio de Andrada e Silva, Januário da Cunha Barbosa, entre outros, que chegaram a defender o extermínio dos indígenas, pois o Império tinha o intuito de “conquistar as terras indígenas, a fim de que eles se transformassem em mão de obra necessária à execução dos ideais do desbravamento e preparação das terras não colonizadas, para uma posterior ocupação definitiva pelos não índios” (ORÇO, 2017, p. 41).

Essas discussões resultaram no “Regulamento acerca das Missões e Catequese e Civilização dos Índios (Decreto 426 de 24/7/1845)”, que legitimou a fundação dos aldeamentos no século XIX (CUNHA, 2002, p.138). Em grande medida, essa política tinha o intuito de reunir os indígenas nos aldeamentos para facilitar o processo de dominação das terras ameríndias pelos não indígenas.

---

para os não indígenas no século XIX, era um lugar a ser explorado e dominado. Para a geografia é um espaço geográfico marcado por rios, montanhas e campos, onde também se desenvolvem as relações humanas. Para os literatos representa múltiplas imaginações e devaneios de maneiras fantasiosas, aflorado por mitos e construções fantásticas de um espaço imaginado.

<sup>3</sup>Entre 1839 a 1886 foram publicados todos os anos, somando quarenta e dois tomos. Até 1864, sua triagem era trimensal. O nome do periódico também se alterou ao longo dos anos; originalmente, chamava-se Revista de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em 1850, esse nome foi substituído para Revista do Instituto Histórico e Geografico do Brazil, em 1859, Geographico e Ethnographico do Brazil até 1866, momento em que passou a ser chamado de Revista do Instituto e Geographico Brasileiro (2009, p. 10).

<sup>4</sup>Ponto de encontro de diplomatas estrangeiros e negociantes, o Rio de Janeiro passou por mudanças urbanísticas a partir da segunda metade do século XIX. Em 1854, por exemplo, suas ruas ganharam iluminação a gás e serviço de bondes puxados a burro. Nos anos seguintes, iniciou-se o calçamento das zonas nobres e, em diversos pontos, foram construídos esgotos. Novos bairros surgiram, avenidas e ruas foram projetadas. Se, em 1870, a população da cidade somava 270 mil habitantes, no final da década seguinte havia praticamente dobrado. Mas essas melhorias não beneficiaram as camadas mais baixas da sociedade. Os pobres, que viviam na periferia, passaram a alugar cômodos nos antigos casarões da região central, que foram transformados em cortiços, para ficar perto de seus locais de trabalho. Dessa forma, os cortiços proliferaram: em 1868 eram 642; em 1888 já chegavam a 1331. Em uma época em que epidemias como as de febre amarela, cólera e varíola assolavam o Rio de Janeiro, o discurso higienista passou a apontar as habitações coletivas como um dos responsáveis pelos males da cidade. Em pouco tempo, foi adotada uma política para controlar a vida nessas habitações; diversas regras impossibilitavam a construção de novos cortiços e restringiam as reformas nos já existentes.

No Norte do Paraná, sob a sustentação desse Regulamento foram fundados vários aldeamentos, como “São Pedro de Alcântara, Nossa Senhora do Loreto, Santo Inácio, Santa Isabel” e São Jerônimo da Serra, que contribuíram com o Império no processo de dominação do território ameríndio (MOTA, 2000, p. 42).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como foco de estudo o aldeamento de São Jerônimo da Serra (1859), com o intuito de analisar o processo de transformação do espaço social dos Kaingang, uma vez que a colonização e a penetração pelo seu território modificaram sem precedentes a sua história, como a restrição à circulação no seu espaço.

A tentativa de civilização dos indígenas ficou a cargo dos freis italianos, que objetivavam suprimir as práticas culturais dos ameríndios impondo os princípios culturais dos não indígenas. Este progresso foi representado pelas atividades desenvolvidas no aldeamento como, as plantações de roças e a produção de mercadorias sob a administração dos funcionários.

O progresso e a civilização teceram suas teias, espalharam-se pelo planeta, e passaram a exercer autocontrole sobre todos os espaços sociais, atingindo os campos da política, economia, religião, etc. De modo que, todos os indivíduos, atualmente, estão inseridos nesse processo, que surgiu há séculos e continua “civilizando” as pessoas.

A civilização é um “processo de centralização e tributação da violência” (ELIAS, 1994, p. 54). Ainda que tenha ocorrido de modo inconsciente, no decorrer dos séculos, o progresso e a civilização centralizaram o poder em domínio de poucos, subjugando distintas culturas e territórios, como os indígenas, que hoje lutam pelos seus direitos sociais, principalmente pelas demarcações das suas terras, que foram expropriadas por esse processo.

O progresso e a civilização, ao longo de séculos de dominação de territórios considerados como selvagens pelos ocidentais, juntamente do extermínio dos povos originários e as expropriações das riquezas desses espaços, contribuíram para o desenvolvimento das ciências e das tecnologias. Entretanto, o acesso à educação, à saúde e aos instrumentos tecnológicos que foram aperfeiçoados no decorrer do tempo, beneficiaram apenas a um seletivo grupo social.

Além do mais, a tecnologia se tornou um dispositivo de controle social, principalmente na política e na economia, de modo que grande parte da população, como os indígenas, os negros, os pobres e os outros povos étnicos considerados inferiores, ainda se encontram no exterior à fronteira da civilização, na perspectiva de muitos ocidentais. A civilização e o progresso, que são entendidos por muitos como pré-requisitos para autodenominação de moderno, são princípios culturais ocidentais que originaram a prática de muita violência, causando o subjugamento de distintos povos e territórios do planeta.

Contudo, abordar a temática indígena é juntar forças para romper com um processo histórico de estigmatização, exclusão, racismo e preconceito ocasionados pela civilização e pelo progresso. Várias pesquisas e trabalhos já foram desenvolvidos retratando as múltiplas histórias dos indígenas na historiografia, evidenciando-os como atores sociais, os quais tinham e têm o direito de compor a vida de acordo com os seus sonhos, desejos, objetivos e princípios culturais. Assim como, “inventar o seu tempo, criar a sua linguagem, elaborar seus mitos e crenças, organizar as suas relações sociais, levadas pelas condições históricas, geográficas e políticas” (CHAUI, 2008, p. 65). Para romper com a perspectiva linear de civilização construída por séculos pelos ocidentais, que se espalhou pelos espaços no planeta.

Entre os diversos estudos que foram desenvolvidos com relação aos indígenas, envolvendo também o aldeamento de São Jerônimo da Serra, está a pesquisa da antropóloga Marta Amoroso que, em sua tese intitulada *Catequese e evasão. História do aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*, analisou a empresa de produção de bens e de conversão dos indígenas ao catolicismo, observando a instalação e a decadência.

Amoroso (1998) também interpretou o jogo de forças e interesses que caracterizavam uma longa convivência de atores marcada pela diversidade sociocultural. Ao longo da tese, mencionou o aldeamento de São Jerônimo da Serra, uma vez que ele ficava adjacente ao aldeamento de São Pedro de Alcântara, o qual era foco de sua pesquisa. Abordou sobre os bens ou mercadorias produzidas pelos indígenas no aldeamento de São Jerônimo da Serra e discutiu a questão da fronteira étnica que permeou o aldeamento.

Maicon Fernando Marcante (2008), na sua monografia intitulada *As fronteiras do interior: o aldeamento indígena São Pedro de Alcântara e suas interações sociais no espaço sertanejo Paraná: 1876/1881*, estudou as interações sociais ou a fronteira étnica, geradas pelo aldeamento indígena São Pedro de Alcântara. Esse estudo também tinha por tema analisar as interações estabelecidas entre os grupos indígenas interioranos e os atores sociais posicionados à frente do processo de expansão da fronteira agrária na região do atual Paraná.

Em uma das suas obras intitulada *A colônia indígena no Paraná provincial*, Lúcio Tadeu Mota (2000) trabalhou a formação e trajetória de várias colônias que abrigaram populações Kayová, Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng durante a segunda metade do século XIX. Neste trabalho, abordou o aldeamento de São Jerônimo da Serra, mencionando a sua fundação e, de forma parcial, o seu funcionamento.

Uma Dissertação de Mestrado em Educação relevante sobre os estudos indígenas foi desenvolvida pelo Kaingang Zaqueu Key Claudino, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2013. Nesse texto intitulado *A*

*formação da pessoa nos pressupostos da tradição educação indígena Kaingang*, tratou dos pressupostos, das aprendizagens e da transmissão de saberes Kaingang, buscando descrever e compreender como as pessoas absorvem esses saberes por meio da transmissão feita pelos sábios, os anciões desta sociedade.

Outros autores e obras exponenciais que trataram sobre a temática indígena são substanciais, como Manuela Carneiro da Cunha, com *A História dos Índios no Brasil* (2002); Cecília Maria Vieira Helm com *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*; Maria Regina Celestino de Almeida com a obra *Metamorfoses Indígenas: identidades cultura nas aldeias colônias do Rio de Janeiro* (2003), entre outros trabalhos.

Este estudo integrou a Linha de Pesquisa em História e Regiões. Teve como estrutura as fontes documentais que estão disponíveis no Arquivo Público do Paraná, arroladas no Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1853-1870/1871-1892, conjuntamente à bibliografia pertinente ao tema.

Regiões é um conceito utilizado pela História para estudar e compreender as disputas estabelecidas entre as diversas regiões no campo social, como também no acadêmico, que dividem e fragmentam os espaços. Elas ultrapassam o sentido geográfico e se estabelecem nos campos abstratos das sociedades demarcados pelas fronteiras<sup>5</sup> imaginárias, que hierarquizam e caracterizam os grupos sociais, os quais estão em constantes “disputas pelo monopólio do poder no campo social” (BOURDIEU, 1989, p. 107).

As regiões transformam os lugares por meio das relações de poderes que resultam em conflitos, guerras, dominações, entre outras caracterizações, e que são processadas pelo uso da “violência física ou simbólica” (BOURDIEU, 1989, p. 109). Nessa perspectiva, esta pesquisa abordou duas regiões sociais: a dos Kaingang e a dos não indígenas, cada uma agindo conforme seus próprios interesses, os últimos pela autonomia do espaço e os indígenas pela defesa do seu território e pela sua sobrevivência.

Portanto, uma região não é perene ou fixa no espaço, está em constante transformação devido aos acontecimentos políticos sofridos no decorrer do tempo pelas ações dos homens. O presente reformula o passado em outra perspectiva. Nesse sentido, as regiões dos indígenas do século XIX passaram a ser entendidas pelo presente sobre outro olhar. Os indígenas não são mais vistos como passivos frente ao processo de colonização, mas como atores políticos e construtores da sua história.

---

<sup>5</sup>Fronteira pode ser definida como um limite imaginário que divide os grupos sociais e hierarquiza os espaços (FERREIRA, 2009, p. 5).

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, abordamos que a história não seguiu uma perspectiva única e linear, mas foi vivenciada pelos distintos povos. Explanamos que a violência é um elemento intrínseco a todos os seres humanos. Discutimos sobre a concepção de território para os Kaingang. Esse espaço estava organizado por uma estrutura simbólica complexa, onde eles vivenciavam as suas práticas culturais. No entanto, em meados do século XIX, o seu território ou espaço social passou a ser transformado com a intensificação da colonização pretendida pelo Império, que almejava consolidar suas fronteiras e também civilizá-los. Destacamos as origens das concepções de civilização e progresso e a discussão dessas ideias no IHGB pela elite, que também discutia como proceder em relação aos indígenas. Isso resultou na fundação dos aldeamentos, entre eles, São Jerônimo da Serra, que representou uma estratégia para o Império dominar as terras dos Kaingang, o qual também é ponto de partida para estudar a transformação do espaço social dos indígenas.

No segundo capítulo, discorremos sobre a fundação do aldeamento de São Jerônimo da Serra. Abordamos os seus limites, extensões geográficas e os funcionários que trabalharam para o Império no aldeamento. Explanamos o que o aldeamento representou para os indígenas. Tratamos também sobre a questão da catequese, que era uma das estratégias de civilizá-los. Discutimos sobre a resistência e a subversão dos indígenas às tentativas civilizatórias, uma vez que eles tinham a sua cultura.

Abordamos a importância da cultura indígena no terceiro capítulo. Discutimos a tentativa do frei Luiz de Cimitille em civilizar os indígenas e elucidamos os resultados desse processo. Evidenciamos a transformação do espaço social dos indígenas na perspectiva do progresso, o qual modificou o espaço geográfico e as relações sociais por meio da produção de mercadorias no aldeamento e a distribuição das terras aos colonos.

# CAPÍTULO 1

## ALDEAMENTO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA: UMA ESTRATÉGIA PARA COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO DOS AMERÍNDIOS

### 1.1-Experiências históricas

A partir da década de 1970, quando houve uma ruptura ao paradigma historiográfico, inclusive no Brasil, foi exequível reinterpretar a história do século XIX em outras perspectivas. Esses estudos representaram uma tentativa de desobstrução de uma história elitista. Nesse sentido, foi possível estudar diversas temáticas, como os povos tradicionais, os negros, as mulheres, entre outros, e, de modo específico, os indígenas.

Romper com uma história construída por uma elite no século XIX, caracterizada como patriarcal e escravocrata, que excluiu os povos originários e os africanos do Brasil, é um trabalho difícil, que apresenta resistência. José Carlos Reis afirmou que “Caio Prado Jr revelou no século XX que a história brasileira foi marcada mais pela continuidade do que pela ruptura” (2006, p. 17). Essa ideia de continuidade da reprodução da história da elite manifestada no século XIX e XX permanece no contexto atual. A sociedade brasileira é herdeira de um processo de exclusão.

Abordar a temática indígena é juntar forças para romper com um processo histórico, que insiste em se reproduzir consciente ou inconscientemente na sociedade brasileira manifestada na política, imprensa, judiciário entre outros espaços que estão sobre domínio da elite, resistindo às mudanças sociais.

Na atualidade, a historiografia abriu caminhos para fazer existir quem antes estava excluído. Fazer emergir a sociedade que outrora estava estigmatizada, sucumbindo aos estereótipos. Pois o “estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública da eliminação do estigma” (BOURDIEU, 1989, p. 124). Como exemplo, pode-se citar as manifestações dos movimentos sociais e os historiadores que estudam os povos menos favorecidos com o desejo de que a sociedade se conscientize da sua própria história.

Visto que, a história não se compõe somente da perspectiva ocidental unilateral e linear da humanidade, mas se traduz nas distintas experiências históricas vivenciadas pelos diversos povos que construíram suas próprias culturas, crenças, costumes, artes, “estruturas sociopolíticas imersas em uma temporalidade” (MARTINS, 1992, p. 61). Os estudos voltados à temática indígena como também dos faxinalenses, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, entre outros povos que foram excluídos historicamente, têm o objetivo de desconstruir essa perspectiva de linearidade da história que impõe superioridade aos demais grupos sociais.

A desconstrução da perspectiva unilateral da história ou a conquista de um espaço respeitável e reconhecido desses povos na sociedade se traduz em uma batalha social. Vejamos que nós historiadores conscientes desse processo ainda temos certos padrões, egos, estigmas herdados dessa história tradicionalista e linear que, por vezes, está latente, que são manifestados em eventuais momentos inconscientes quando lançamos olhares de compaixão a esses povos.

Esse sentimento ainda nos converte a seres superiores impregnados da concepção unilateral histórica que, paulatinamente, deve ruir para prosperar sem mácula a valorização exponencial dos mais distintos povos, como também os seus costumes, hábitos, crenças e tradições culturais diferenciadas.

Uma conquista nunca é pacífica, há resistência por parte do grupo que está sendo dominado, ato que produz as práticas de violências. Com salvas exceções, o homem é movido por um instinto violento e predador. Desse modo, as mais distintas histórias dos mais diversificados povos e culturas foram construídas por práticas de violência física e simbólica.

A violência é histórica, e, de acordo com René Girard (1900, p. 10), “é todos e está em todos”. Ela é instintiva nos homens e nas mulheres. Segundo Robert Muchembled (2012, p. 34), “é um elemento intrínseco à própria existência humana”. Partindo dessa premissa, podemos afirmar que todas as sociedades são atrozadas porque a violência está contida em cada um.

Em consonância, para Maria da Graça Blaya Almeida (2010, p. 21), “o que distingue, é a forma que cada sujeito trabalha com a sua própria agressividade”. Alguns possuem mais elementos psicológicos para controlá-la, outros a afloram com mais intensidade, que expressam pulsões rudimentares causando prejuízos corporais ou psicológicos a um sujeito ou grupo. A violência praticada é exercida como um mecanismo de defesa ou auto-afirmação contra alguém, pois, por algum motivo, sente-se inseguro, frágil, ameaçado, ou pode ser externalizada por vingança, julga praticá-la antes que o outro a pratique.

Ao longo dos tempos, a violência se tornou um elemento propulsor que moldou as sociedades originando a formação de fronteiras, delineando regiões, promovendo as divisões sociais entre os grupos, que se encontram a todo o momento na disputa pelo espaço religioso,

político, econômico, cultural, na busca pelo monopólio do poder para afirmar a sua existência e o seu domínio no espaço.

A violência se intensificou com o processo da colonização das terras dos indígenas, que foram submetidos à exploração, subjugo e assimilação social em que tiveram seus territórios esmagados e aniquilados, sendo caracterizados como, selvagens, bárbaros e sem histórias. Esses grupos pertenciam a regiões sociais distintas e se orientavam de acordo com os seus próprios códigos culturais, construídos ao longo dos tempos históricos que não foram reconhecidos pelos europeus.

Tomamos como ponto de referência para o desenvolvimento desse estudo o aldeamento de São Jerônimo da Serra, onde se evidencia que eles não foram meros espectadores do processo de dominação, mas reagiram de acordo com seus próprios objetivos políticos, sendo sujeitos históricos e subversivos às imposições civilizatórias.

Até pouco tempo, afirmou-se que os ameríndios se mantiveram passivos frente à colonização e ainda foram considerados no século XIX “por Varnhagem, como povos sem história” (CUNHA, 2002, p. 45). As ações humanas promovem as transformações sociais e historiográficas, pois “não há um passado fixo, idêntico” (REIS, 2006, p.6). O presente estuda o passado de acordo com as suas configurações e problemas, lança novas perspectivas e indagações, com o intuito de concebê-lo sob novas concepções para delinear fatos que um grupo em um contexto histórico negou e marginalizou, como ocorreu em relação aos indígenas considerados no século XIX como bárbaros e sem história.

## **1.2-Concepção de Território Kaingang**

As várias etnias indígenas como os Kaingang, Xokleng e Guarani habitantes do que hoje denominamos território do Paraná, eram “descendentes das antigas gerações que saíram do Continente Africano para povoar o planeta. Determinados grupos humanos atravessaram o Estreito de Bering e chegaram ao Norte do Continente Americano”, e, com o decorrer do tempo, espalharam-se por todas as terras da América (LAPPE & LOROQUE, 2012, p. 151). Cada grupo se articulou de forma específica de acordo com a sua cultura.

As terras ao Sul do Continente Americano, incluindo as que estão localizadas no Estado do Paraná, foram um dos últimos espaços do planeta habitados pelos homens. Por séculos, essas terras eram disputadas por distintos grupos indígenas. A partir do século XVI, por aventureiros



portugueses e espanhóis que por ali passavam com o desejo de explorar as riquezas do sertão desconhecido para os ocidentais, uma vez que essas terras eram fronteiras de disputa, expansão e exploração das duas Coroas: a Portuguesa e a Espanhola.

Também foram disputadas pelos Jesuítas espanhóis que formaram o Estado do Guairá. Na figura 1, é possível visualizaras quatro cidades espanholas, dentre elas: Ciudad Real del Guayra, Ontiveros, Villa Rica del Espiritu Sanctuos e os aldeamentos, Loreto, San Ignacio Mini, San Jose, Jesus Maria, San Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnación, San Pedro, San Pablo, San Tomé, Los Angeles, Nossa Senhora da Copacabana, Concepción e San Miguel. Esse território ficou sob a administração dos Jesuítas, que tinham a intenção de civilizar os indígenas e garantir o domínio da Coroa Espanhola nessas terras.

**Figura 01- Território do Guairá XVII**



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+que+mostre+as+reduções+jesuíticas+no+p+arana&biw=1366&bih=662&tbm=isch&imgil=CJRFJ1KBI-2J3M%253A%253Ba09UNsh>

Esse Estado foi desmantelado no século XVII pelos bandeirantes com a legitimação da Coroa Portuguesa. Estima-se que por volta de “1630, quando os bandeirantes paulistas assaltaram e destruíram as reduções do Guairá no extremo oeste paranaense, 15.000 indígenas

havia sido mortos nessas incursões; 60.000 vendidos e escravizados em São Paulo e nos engenhos de açúcar nordestinos” (LAPPE & LAROQUE, 2015, p. 147). E os demais foram levados até a Província do Rio Grande do Sul, sob a orientação dos Jesuítas, formando os Sete Povos das Missões.

As ações humanas regidas pelos distintos interesses políticos promovem a construção e desconstrução de múltiplos territórios. Eles não são estáticos, transformaram-se por meio das práticas humanas, que são executadas com força, vitalidade, persistência e determinação pelo monopólio do poder sobre o espaço. Mesmo com um olhar superficial na história, é possível observar que os mais distintos territórios foram construídos e desconstruídos tencionados por grupos adversos, onde foram colocados em jogo, o *Eu*, o coletivo, a vida e a supremacia do poder pelo território.

Até o século XVI, os conflitos étnicos, nas terras que hoje denominamos de Paraná, ocorreram somente entre as várias etnias indígenas. Apartir daquele contexto, as contendas étnicas dos ameríndios se mesclavam com os colonizadores espanhóis e portugueses, uma vez que, pelo Tratado de Tordesilhas, essas terras pertenciam à Espanha.

De acordo com os estudos arqueológicos, é possível desenvolver uma análise sobre os conflitos promovidos entre as regiões ameríndias anterior à entrada do não indígena pelo monopólio do poder no espaço. Segundo Lúcio Tadeu Mota (2009, p. 84), “é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios Guaranis estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e dos Xokleng”. A proximidade desses sítios das regiões sociais dos Kaingang e dos Xokleng nos permite interpretar, que, possivelmente, disputaram o monopólio do poder por aquelas terras para estabelecerem a sua organização social simbólica no espaço.

Com o decorrer do tempo, novas disputas foram travadas entre as distintas regiões ameríndias. Os Guaranis começaram a reivindicar o monopólio do poder sobre aquelas terras, à medida em que “iam conquistando os vales e os rios” e avançando nas terras já ocupadas por outras regiões ameríndias (MOTA, 2009, p. 84). Assim, “os Kaingang iam sendo empurrados para o centro sul do Estado ou sendo confinados nos territórios inter-fluviais, e os Xokleng foram sendo impelidos para os contra-fortes da Serra Geral, próximos do litoral” (MOTA, 2009, p. 84).

As terras ao Norte do Paraná se tornaram território Kaingang a partir do final do “século XVII; quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná” (MOTA, 2009, p. 84). Para tanto, os resultados arqueológicos com relação às regiões ameríndias, conforme Lúcio Tadeu Mota, possibilitam-

nos supor que essas terras eram um espaço reivindicado pelas distintas regiões sociais dos ameríndios em várias temporalidades.

Desse modo, essas terras não eram desabitadas como argumentaram os não indígenas por muito tempo. Elas eram um espaço de conflitos, disputas, lutas, guerras, mas também, haviam momentos de magia e encantos vividos pelos ameríndios, que eram orientados pelas performances cosmológica, palco para o desenvolvimento das suas vidas por meio das práticas culturais estabelecidas há milênios.

Geograficamente, essas terras se situavam no 3º planalto, portanto, localizavam-se bem acima do nível mar. Os Kaingang tinham a preferência por lugares altos, como o Planalto Central do Paraná, justificada pela ideia do “dilúvio<sup>6</sup> que submergiu as terras que estavam em níveis inferiores, próximas do mar. Esse fato os levou a habitar nas proximidades de Krinjijimbé entendida como a Serra do Mar, oferecendo segurança das inundações. E, de acordo com a mitologia, surgiu daí a preferência dos Kaingang por lugares altos no interior do Estado” (TOMMASINO, 2011, p. 12).

O território dos Kaingang não era definido por fronteiras físicas, compreendia um amplo espaço natural, marcado por “matas, campos, rios, serras, capoeiras, baixadas. Os rios podem ser grandes ou pequenos, podem ter cachoeiras ou corredeiras” (LAPPE & LAROQUE, 2015, p. 154). No espaço limpo, ficava a casa ou aldeia. Nesse lugar, os Kaingang preparavam seus alimentos, faziam fogo no chão e confeccionavam o artesanato.

Nos espaços limpos, entendidos como campos, eles realizavam as plantações de milho, mandioca e feijão. Nas matas, desenvolviam a atividade da caça, e nos rios caudalosos oferecidos pela mãe natureza que era uma fonte de abundância desenvolviam a pesca.

Todo o território utilizado pelos Kaingang era impregnado por uma cosmologia que se refere “à teoria acerca do mundo, em especial, sob a forma, o conteúdo e o ritmo do universo” (LAPPE & LORAQUE, 2015, p. 153). Para os Kaingang, desde a construção do mundo até os

---

<sup>6</sup>Entre tantos mistérios no mundo, a história do dilúvio é mais um fenômeno muito interessante. A história mitológica não é contada apenas por um povo. Como explicar a história do dilúvio criada por povos tão distintos culturalmente e que habitavam em lugares distantes entre si e que nunca haviam se cruzado? Parece-me que se pudéssemos tentar encontrar uma resposta a essa arguição, seria uma tentativa audaciosa. Será que o fato de todos nós termos saídos do mesmo lugar, ou seja, de um mesmo continente, carregamos as mesmas essências? Será que é por isso que construímos mitos e teorias que tentam explicar as nossas origens? Será que vem da mesma matriz a nossa ignorância, intolerância, a nossa violência física ou simbólica, a falta de respeito, consideração pelo outro que é diferente de nós? Será que é por isso que nadamos há milênios como peixes fora da água para correr atrás de algo que está tão distante de nós, quando na verdade está tão próximo? Por que há milênios criamos e nos orientamos por coisas tão próximas e estamos tão distantes? É evidente que saímos do mesmo lugar, o mito pode afirmar, é por isso que ainda que estivéssemos em culturas diferentes, éramos iguais, sentíamos as mesmas coisas, na verdade tínhamos um desejo, que no início pertencia ao todo. Nossa ganância pelo monopólio do poder fragmentou esse desejo. As fissuras que nos separam se tornaram profícuas e latentes. O abismo que nos distancia é profundo, e dificilmente será preenchido, pois o nosso ego é tão forte que não nos deixa ver a essência de nada.

pequenos fatos ocorridos no cotidiano, havia uma explicação cósmica. O desenvolvimento de todas as práticas culturais era envolvido por ações cosmológicas. Ou seja, eles estabeleceram de forma cultural uma ligação com os elementos esculpidos pelo universo, desenvolveram uma conexão profunda com a natureza, com requinte de misticismo e espiritualidade, desde o nascimento até a morte.

Para cada fato ou acontecimento dentro de seu território existia uma explicação ou uma informação emanada pelo Cosmo, traduzida pelo movimento dos ventos no ar, do toque dos mesmos nas nuvens, das águas que caíam das chuvas, dos rios, a fragilidade ou a intensidade dos raios do sol. Para os indígenas, até as árvores encontravam uma forma de comunicação com a queda das suas folhas, com a sinfonia que o vento produzia ao passar por entre as folhas. Em sua crença, essas ações se traduziam em um recado enviado aos Kaingang pelo Cosmo ou pelo deus Tupé.

Os Kaingang eram devotos à natureza, à qual tinham como mãe e estabeleceram um profundo respeito. Em sua perspectiva, era ela que fornecia todos os elementos de subsistência necessária à vida. De acordo com Petry, (2010, p. 15), “a natureza estava presente na cultura indígena em todos os aspectos, tais como na nomação das crianças, nos rituais sagrados como, por exemplo, casamento, festa, etc”. Os Kaingang tinham uma crença exponencial na força da natureza, acreditavam que ela oferecia a solução para muitos de seus problemas como, o poder de cura das doenças proporcionadas pelas plantas. A natureza era um mundo de encanto, magia, aconchego, prazer e refúgio. Atualmente, ainda que de forma ressignificada, muitos indígenas preservam suas tradições.

Os territórios, segundo Certeau (1994, p. 202), “são espaços praticados por meio das relações de poder” que consagram os lugares como domínio de quem os praticou, pelas redes de práticas vividas, de construção ou defesa do espaço. Por exemplo, o desenvolvimento das práticas da caça, da pesca, dos rituais indígenas. Com o decorrer do tempo, foram essas ações que permitiram aos Kaingang a apropriação do espaço, sobre o qual foi estabelecido o sentimento de pertença, lugar que passa a representar o seu interior, o seu íntimo mais profundo, isto é, o seu *Eu*. No caso dos Kaingang, o território era uma expressão do Eu coletivo, que, obviamente, passou a ser defendido pelo grupo contra o inimigo que por ventura viesse atacá-lo.

No século XIX, o Império intensificou o processo de colonização pelos sertões que ficavam mais distantes do litoral, como o território dos Kaingang, para consolidar as suas fronteiras, desmantelando-o por meio do processo de colonização, isto é, transformando o espaço social dos Kaingang.

À medida em que os não indígenas foram ocupando o território dos Kaingang, abrindo estradas, fundando aldeamentos, conseqüentemente fragmentaram as terras dos ameríndios, baseados na ideologia da civilização e progresso. Essas práticas tocaram o sentimento de pertença, o Eu coletivo Kaingang, desconstruindo o território, gerando disputas, guerras e dominações.

Eram dois universos muito distintos que disputavam o mesmo lugar, resultando na soma de muitos conflitos, acarretando a transformação do espaço social dos indígenas. Essa disputa foi travada entre ameríndios e não indígenas pela busca do poder sobre eles. Pelos primeiros, na defesa de seu território, que estava sendo conquistado pelos não indígenas. Os Kaingang tinham uma forma diferenciada de interpretar o mundo. Para eles, a natureza era vista como um elemento de proteção, misticismo e subsistência à vida. E, na concepção dos segundos, essas terras indígenas, e também a natureza, eram somente um lugar selvagem e desconhecido que deveria encontrar a civilização e o progresso.

Diante dessa ideia, era óbvia a incompreensão entre os dois mundos, ou seja, os não indígenas jamais compreenderam as crenças dos ameríndios, como a sua ligação profunda com a natureza<sup>7</sup> taxando-os de feiticeiros e selvagens. E os ameríndios não entenderam as práticas destrutivas oferecidas pelos não indígenas à natureza. Dois povos, duas culturas e duas interpretações de mundos distintas com fortes convicções em suas crenças: e a renúncia aos seus códigos culturais jamais foram proferidas por ambos. Segundo Zaque Key Claudino (2013, p. 24), “poucos foram os indígenas que se submeteram aos brancos, a sua grande maioria resistiu à dominação promovida pelos exploradores, os não indígenas”.

O território Kaingang era “organizado por uma estrutura simbólica complexa” estruturada também pelas sub-regiões sociais, ou seja, estabelecido pelas hordas indígenas que podem ser entendidas como uma unidade familiar extensa, isto é, existia um toldo principal que se localizava no centro que era liderado por um cacique, como o patriarca da família (LAPPE e LAROQUE, 2015, p. 33). Este administrava todas as outras aldeias que se localizavam “em torno da aldeia principal, as quais se constituíam em certa distância entre si. Essas aldeias eram ligadas por “picadas abertas na mata e cada uma também era administrada por um cacique subordinado” (CURTA, 2011, p. 19). Assim, compunha-se uma unidade sociológica política entendida como uma sub-região social dos Kaingang.

---

<sup>7</sup>Os que ousam se denominar de civilizados ainda tem muito que aprender com os indígenas, de modo especial o cuidado, a devoção e o amor que eles têm há milênios com a natureza.

As terras ao Norte do Paraná, no século XIX, estavam organizadas por hordas indígenas, entre elas, a do,

cacique Aropquimbé composta por 24 homens adultos, 27 mulheres e 17 crianças. Também a horda do cacique Cauve, a qual era integrada por 37 homens e 27 mulheres; e ainda a horda do cacique Gregório com 32 homens, 26 mulheres e 29 crianças<sup>8</sup>.

Entretanto, essas hordas se encontram divididas entre metades, ou seja, algumas hordas pertenciam aos Kamés e outras aos Kaurus<sup>9</sup>,

estes são heróis culturais que dão o nome às metades Kaingang, são eles que, no transcorrer do mito criaram os seres da natureza. “Kanyerú fez cobras, Kamé, onças. Este fez primeiro uma onça e a pintou, depois Kanyerú fez um veado. Kamé disse à onça, come o veado, mas não comeu. Depois ele fez uma anta, ordenando lhe que comesse gente e bichos. A anta, porém não compreendeu a ordem. Kamé repetiu-lhe anta duas vezes em vão; depois lhe disse, zangado: vais come folhas de urtiga, não prestas para nada. Os irmãos mitológicos Kamé e Kairu<sup>10</sup>, não apenas criaram os seres da natureza, mas também as regras de conduta para os homens da sua etnia, definindo a fórmula de recrutamento das metades (patrilineares) e estabelecendo a forma como as metades deveriam relacionar-se (exogamia). O dualismo expressado no mito de origem Kaingang, apresenta duas propriedades classificatórias fundamentais. Em primeiro lugar, o dualismo Kamé e Kairu oferece um sistema de classificação abrangente, totalizante aos seres da natureza, incluindo os homens, possuem a marca das metades e carregam valores a elas associados, tais como: forte/fraco, alto/baixo, ímpeto/persistência. Em segundo lugar, o dualismo Kaingang, em seu registro mitológico, oferece uma fórmula de organização social através do estabelecimento de regras de descendência e de casamento (PETRY, 2010, p. 21).

Em grande medida, as disputas ocorriam entre as hordas indígenas na reivindicação do monopólio do poder sobre o espaço para a construção de uma aldeia, como também por mulheres, e, a partir da entrada dos não indígenas em seus territórios, os conflitos aconteceram com os colonizadores em defesa das suas terras.

Com relação à constituição do espaço físico de uma sociedade ou horda Kaingang, esta era “demarcada por serras, campos e florestas e era dentro desse espaço que uma unidade familiar extensa podia desenvolver sua atividade de subsistência material como a caça, a pesca, a coleta e o plantio” (RAMOS, 2008, p. 34). Diante disso, a noção de propriedade comum de território, onde, também, estabelecia-se a reprodução social do grupo.

---

<sup>8</sup>CIMITILLE, F. L. Hordas Kaingang. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba v. 03, p. 01-05, 2007. Acesso em: 06/03/1869.

Os Kaingang constituíram uma profunda ligação com a terra que “acompanhava toda a sua vida desde o nascimento até a morte” (CURTA, 2012, p. 24). A explicação de uma relação tão forte dos Kaingang com a terra se constituiu em uma perspectiva mítica, que envolvia todas as suas práticas cotidianas que estavam condicionadas à cosmologia. No século XIX, quando a colonização havia chegado ao interior, o território dos Kaingang, gradativamente, foi dominado. Isso foi intensificado com a formação do Império, no qual um grupo da elite discutia sobre os dispositivos para o fortalecimento político, assim bem como proceder em relação aos indígenas. No próximo tópico abordaremos sobre as discussões referentes aos ameríndios no Império.

### **1.3-Índios no Império**

A ruptura política de Brasil com Portugal intensificou o processo de colonização dos sertões, pois um Império passou a ser construído e consolidado nas terras ameríndias, as quais, paulatinamente, ganharam outras configurações políticas, econômicas e culturais transformando o espaço social dos Kaingang. As ações dos homens, intencionados pelos seus interesses políticos ao longo dos contextos históricos, modificaram cenários geográficos, transformaram as relações sociais dos homens com a natureza e metamorfosearam os espaços sociais.

Embora as questões de como proceder com relação aos indígenas no processo de colonização fossem distintas em cada momento, elas foram constantes desde o início. Foi com o fim do Diretório pombalino e, mais precisamente com a vinda de D. João VI ao Brasil, que os não indígenas intensificaram as discussões sobre o que fazer com as populações indígenas.

Naquele contexto, as revoltas provinciais ainda nos finais do século XVIII, como a Conjuração Mineira em 1789, a Conjuração Baiana em 1798 e a Revolução Pernambucana em 1817, sinalizavam que um novo regime se projetava no Brasil. Visto que, as insatisfações políticas e econômicas de alguns grupos da elite das províncias pressionavam Portugal à suspensão política com o Brasil Colônia. Entre esses grupos que se disseminavam pelas províncias havia divergências de ideias em relação a como fazer a fragmentação administrativa, mas convergiam para o mesmo objetivo: a ruptura administrativa.

Em grande medida, naquele contexto, a Coroa Imperial Portuguesa se dividiu, D. João VI voltou para Portugal quando Napoleão não exercia mais poder sobre aquelas terras, devido a sua queda militar na França. Após esse fato, na Corte de Portugal, os ideais liberais circulavam entre alguns grupos. Fato que poderia resultar em uma revolução social, que colocaria em colapso o domínio da Corte sobre o território português no período.

Desse modo, D. Pedro I passou a exercer poder político administrativo sobre o nascente Império nas terras ameríndias, na perspectiva da civilização e do progresso. A construção do recente regime imperial intensificou as discussões referentes à questão de como proceder sobre os índios, que giravam em torno do

gradiente de propostas que iam desde o extermínio à integração social por meio da catequese e civilização nos aldeamentos como a inserção dos mesmos ao trabalho para impulsionar o progresso da Nação do Brasil e também, o branqueamento através da miscigenação com as populações brancas (MOTA, 2000, p. 1).

As medidas aplicadas aos indígenas foram cruéis, sem contar as atrocidades cometidas pelos não indígenas anteriores ao século XIX. D. João VI, quando veio ao Brasil, “por meio da Carta Régia declarou guerra justa” aos índios Botocudos de Minas Gerais e aos Kaingang de Guarapuava, pelo fato de esses grupos indígenas terem derrotado as várias expedições enviadas em contextos anteriores aos sertões no processo de pacificação dos índios e na conquista das suas terras ainda no período colonial (SPOSITO, 2009, p. 7).

Com a instituição do Império, a questão do índio foi assumida por José Bonifácio que “pensava numa possível civilização dos índios e tinha gradual interesse em torná-los trabalhadores a serviço do Estado” (SPOSITO, 2009, p. 9). Observa-se um dos primeiros direcionamentos políticos estabelecidos no Império com relação à transformação do espaço social dos Kaingang.

As divergências políticas entre as elites, na corte, resultaram no fechamento da Assembleia Constituinte<sup>11</sup> deferida por D. Pedro I. Desse modo, a discussão sobre o lugar do

---

<sup>11</sup>Na sessão inaugural, em maio de 1823, Dom Pedro I jurou defender a nova Constituição desde que ela merecesse sua imperial aceitação. Com essa ressalva, o imperador deixava claro que a palavra final a respeito das decisões aprovadas seria dele e não dos constituintes. Ou seja, era ele o detentor da soberania. Iniciados os trabalhos, logo surgiram desavenças entre a Assembleia e o imperador. A principal discussão girava em torno das atribuições dos poderes Legislativo e Executivo. Em setembro de 1823, o deputado Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, apresentou um projeto de Constituição elaborado por uma comissão de constituintes. Um dos artigos do projeto proibia que o imperador fosse governante de outro reino. Essa disposição se chocava com os interesses de Dom Pedro I, que era herdeiro do trono português. Outro artigo impedia o imperador de dissolver o Parlamento. Rejeitado pelo imperador, o projeto teve vida curta. Em novembro de 1823 Dom Pedro I decidiu dissolver a Assembleia. Alguns deputados foram presos, outros seguiram para o exílio, como o próprio José Bonifácio, que havia se afastado do ministério em julho. Ideias extraídas do artigo intitulado *Constituição política do Império do Brasil*, escrito por Marcos Cardoso, 2012.



índio no Império ficou relegada para outros momentos, pois “a Constituição outorgada pelo Imperador em março de 1824 esclareceu que os índios continuariam excluídos tanto da participação civil, quanto da participação política” (SPOSITO, 2009, p. 99).

No início, o Império precisava reunir conhecimentos acerca das realidades das províncias. Para tanto, algumas províncias enviaram as informações solicitadas compondo os quadros das diferenças étnicas. Juntamente a esses informes, vieram mencionadas as diversas posturas das autoridades provinciais relacionadas aos índios, que “propunham caminhos que iam desde o massacre do índio à assimilação” (CURTA, 2012, p. 23).

Foi na década de 1830, no período da Regência, que a questão de como proceder com relação aos indígenas começou a ganhar dimensões maiores. Primeiramente, em 1834 com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, instituídas por meio do ato adicional à Constituição. Elas passaram a ter atribuições e orçamentos próprios para cuidar da catequese e civilização dos índios. Diante disso, essa medida era sinal de um possível fortalecimento em relação à política indigenista do Império.

Posterior, com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, os intelectuais intensificaram as discussões para a construção da gênese da nação do Brasil pautada na civilização e no progresso. Entre essas abordagens, foram inseridas as discussões de qual seria o lugar social do índio no Império, e como se dariam os procedimentos com relação aos indígenas que ainda habitavam nos sertões não colonizados. Pois era a esses ameríndios que se endereçavam as discussões enunciadas no Instituto. O IHGB pode ser interpretado como uma estratégia ideológica e jurídica de transformação do espaço social dos Kaingang. Era nesse recinto que se discutia como proceder com relação aos ameríndios.

Adicionado às discussões da política indigenista proferida no IHGB, foram buscadas informações no período da Colônia, no contexto em que os Jesuítas estiveram na administração dos aldeamentos. Esses conhecimentos eram especulações que visavam entender como foi desenvolvida a catequese pelos religiosos. Essas instruções contribuíram com os intelectuais do “IHGB que estavam empenhados nesse projeto de construção da nação brasileira no século XIX, que se vinculava ainda a uma tradição herdada da Coroa Portuguesa com relação a essa problemática” (GUIMARÃES, 1988, p. 21). A História do Brasil no século XIX teve uma continuidade portuguesa que se conectou aos princípios europeus de civilização e progresso. No entanto, configurou-se de forma contraditória estruturada pela escravidão.

O IHGB foi uma instituição ideológica criada pela elite para discutir as questões relacionadas à formação do Império, visando à unificação das províncias, consolidar as fronteiras físicas do Estado. Discutir como proceder com relação aos indígenas e os negros,

uma vez que esses eram considerados pelo Império como entraves à civilização e ao progresso. Possuía, também, o propósito de “forjar a história propondo uma identidade de população branca ao país nascente” (REIS, 2000, p. 27). Sob esta perspectiva, a história seria construída em uma visão de esquecimento da diversidade étnica que compunha o Estado. Essa construção de história foi interpretada por José Carlos Reis (2000, p. 27) como “uma história centralizada na figura do Imperador, em que outras histórias como, tradições, culturas, costumes etc”, isto é, as especificidades de cada região, foram aniquiladas da historiografia do século XIX.

Posteriormente, “Varnhagem redigiu a *História Geral do Brasil*, cujo primeiro volume foi editado em 1854” (REIS, 2000, p. 30), em um contexto que o Império já havia centralizado sua política na figura de D. Pedro II. Nessa obra, ele fez uma apologia aos portugueses de modo que a Nação do Brasil deveria compreender as suas características. Varnhagem realizou um estudo “aprofundado sobre os indígenas como: a língua, usos, armas, indústrias, ideias religiosas, organização social, trabalho, guerra, medicina”, e definiu os indígenas como selvagens (REIS, 2000, p. 36). Em uma sessão,

do IHGB em 24 de agosto de 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa, via potencialidades civilizatórias no índio brasileiro. Seu projeto era integrar o nativo à nova civilização pretendida pelo Império em constituição. Em sua opinião propunha a idéia dos ameríndios de ser integrada a nação e desse modo deveriam ser civilizados por meio da catequese, que consistia no único caminho para trazer os índios da barbárie (GUIMARÃES 1988, p. 19).

Na opinião de Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, a catequese era uma estratégia para civilizar os índios e construir a moral do trabalho para torná-los trabalhadores do Império, inserindo-os na produção de gêneros nos aldeamentos, e contribuindo com o progresso econômico inspirado no modelo europeu. Ideia que há tempos já havia sido instituída na Europa com o processo de industrialização.

Segundo Januário da Cunha Barbosa, “a catequese poderia ser aplicada nos aldeamentos para converter os índios aos princípios cristãos” tornando seus comportamentos pacificados (GUIMARÃES, 1988, p. 24).

No período da Regência, a política Imperial ainda era frágil e se processaram algumas revoltas provinciais que visavam as rupturas políticas com o Império. Na década de 1840, com a estabilização política de D. Pedro II, e, em consonância às discussões proferidas pelos intelectuais do IHGB, esses fatos contribuíram para que, em 1845, fosse engendrado “o Regulamento acerca das missões de catechese e civilização dos Índios, Decreto 426 de 24/7/1845” (CUNHA, 2002, p. 138) que,

normatizava os aldeamentos indígenas do Império, constituía os seguintes cargos: a Diretoria Geral dos Índios, cargo nomeado pelo Imperador, e que atuava normalmente na capital das províncias. Nos aldeamentos, criava o cargo de Diretor dos Aldeamentos; o Tesoureiro ou Almojarife, que acumulava as funções de escriturário e contador e o Missionário (AMOROSO, 1998, p. 31).

O diferencial dessa política à dos períodos anteriores que se processaram no Brasil consistia no fato de que unificou a política indigenista do Império do Brasil, uma vez que as outras eram produzidas e vinculadas a Portugal.

Os aldeamentos existiram no Brasil desde os primórdios da colonização, mas eram politicamente administrados pela jurisdição portuguesa, e tinham como características a fragmentação e não a unificação, integração do território. Entretanto, os distintos períodos da colonização possuíam o mesmo objetivo com relação aos aldeamentos: reunir os indígenas facilitando o processo de dominação das suas terras.

Entende-se que esse processo de dominação tinha uma parceria com a Igreja Católica mediada pela catequese aplicada pelos freis aos indígenas, cuja função era convertê-los aos princípios cristãos para torná-los dóceis e passivos. Processo sustentado pela ideologia de civilização e progresso.

#### **1.4-Noção de Civilização e Progresso**

O processo civilizador, para Norbert Elias (1994, p. 7), nasceu na corte, iniciado com a modificação dos “guerreiros feudais em cortesãos entre os séculos XI e XII, os quais conquistaram autonomia econômica nas batalhas militares travadas nos caminhos tenebrosos entre os feudos. Desse processo, surgiram as Casas individuais”, que com o tempo se converteram nas cortes imperiais e nos Estados Absolutistas.

Nesse sentido, se perguntar o que é civilização, a maioria das pessoas responderia que é a “suavização de maneiras, urbanidade e a polidez dos hábitos e dos costumes”, e o estabelecimento de controle dos instintos e dos comportamentos humanos (ELIAS, 1994, p. 52). Esse processo, no devir dos séculos, como também, com a passagem dos Estados Absolutistas para os Estados Modernos que dominaram e colonizaram territórios do além mar, habitados por diversos povos, como na América, África e na Ásia, expandiu as áreas de controles, passando a dominar todos esses territórios, com a existência de uma “maquinaria, descobertas científicas e tecnológicas.

Os mecanismos tecnológicos passaram a ser usados pelos Estados Modernos para estabelecer autoridade sobre as pessoas, “ou o que quer que seja, atestam a existência de uma estrutura que controla as relações humanas”, com característica de superioridade, processo ideologicamente sustentado pelo princípio que esses povos estavam à margem da fronteira da civilização<sup>12</sup>, encontrando-se em um estado de barbárie (ELIAS, 1994, p. 64).

A concepção dualista de civilizados *versus* bárbaros começou a ser construída há séculos. Desde épocas mais “remotas da humanidade, são reconhecidos como “civilizados” aqueles grupos humanos que se organizaram e dominaram a natureza ao seu redor” (REQUE, 2000, p. 8). Na Grécia antiga, um conjunto de comunidades que se espalhavam nas proximidades do “mar Mediterrâneo e se estendiam muito além da Grécia de hoje, apesar de dispersos geograficamente, eram povos que se uniam através de uma cultura comum com os mesmos costumes, crenças e a mesma língua” (RIOS, 2009, p. 7). Esses povos eram conhecidos como helenos e os estrangeiros que não seguiam a mesma cultura eram denominados de bárbaros.

No Império Romano, os povos que não eram portadores dos mesmos padrões culturais como a língua, costumes, tradições, crenças entre outras características eram considerados bárbaros ou germânicos. Eles eram provenientes do Norte da Europa, e entravam em guerra com os romanos na disputa por territórios, mercadorias, etc.

O conceito de civilização foi criado na Europa. De acordo com Sérgio Gonçalves (2011, p. 18) o ancestral da palavra “civilisation é o conceito de civilité, cujo desenvolvimento expressa uma antítese fundamental, da auto-imagem do Ocidente, a qual opõe cristianismo romano-latino da Idade Média, de um lado, ao paganismo e à heresia, incluindo o cristianismo oriental-grego”.

---

<sup>12</sup>A civilização desencadeou na história um processo sem precedentes, como a consolidação dos Estados Nacionais, o delineamento mais acentuado da fronteira da civilização e da barbárie, concentração de riquezas, misérias, etc. A industrialização passou a explorar os menos favorecidos com horas extenuantes de trabalhos e com baixas remunerações. No Brasil, no Império, a prática de exploração foi exercida contra os indígenas e africanos (é óbvio que ela não cessou no século XIX, trocou de nomenclatura no século XX e XXI e a exploração continua). As revoluções que ocorreram na Europa no século XIX desencadearam uma série de aberturas sociais. A classe burguesa consolidou a revolução ao abolir o regime absolutista e assumiu o poder. No entanto, a classe menos favorecida continuou a revolução por meio dos movimentos sociais em busca da sua liberdade tão cara como, a conquista dos direitos sociais, como o voto, acesso a saúde, educação, etc. Luta que não cessou até os dias atuais. Essas aberturas possibilitaram certa participação popular. Considerando que a História é a produção da representação social do passado e do presente, manuseada por quem detém as ferramentas para contá-la como, o poder político, econômico, cultural. A História também passou por uma transformação historiográfica, documental, teórica, metodológica que permitiu novas percepções e reinterpretações históricas.

Consciente ou inconscientemente o processo civilizador foi construindo uma identidade por um grupo social da elite europeia, concebendo a ideia de superioridade de um povo em relação ao outro e de um tempo linear.

Esse processo foi caracterizado pelos ocidentais como à transformação da natureza humana, assim como, a tomada de consciência intelectual, levando o homem a controlar suas ações, emoções, racionalizando seus instintos por meio da razão. Modificando a personalidade, passando a transformar e a controlar a natureza, dominando os espaços geográficos como também os sociais, o político e, o econômico, estabelecendo a moral e a ética a serem seguidas. Essas características definiram o homem como civilizado, e distinto do selvagem que estava no exterior da fronteira desses padrões culturais na concepção dos ocidentais.

A categoria civilização<sup>13</sup> cravejou profundamente as estruturas da psique ocidental, “atuando na consciência histórico-coletiva. O resultado foi o desenvolvimento de uma cultura historiográfica que buscou controlar o passado e projetar o futuro com vistas à modernização civilizatória” (GONÇALVES, 2011, p. 15).

No século XVI, as novas instituições educacionais afirmaram a importância do ser humano, concepção denominada de antropocentrismo, que começou a se chocar com a orientação das universidades controladas pela Igreja, nas quais o pensamento era dominado pelo teocentrismo, para o qual Deus é a fonte de todo conhecimento e deve estar no centro do universo.

Com o decorrer dos tempos, a civilização não se restringiu aos controles dos comportamentos sociais, ampliou suas técnicas e abrangeu os campos da política, economia, engendrou as ciências, entre outras áreas. Passou a explorar e a dominar os povos que não se orientavam pelos códigos culturais ocidentais, favorecendo um seleto grupo da elite. Paulatinamente, a civilização foi disseminada para os territórios que se localizavam no além mar europeu.

Embora sejamos críticos desse processo, devido aos seus resultados de dominações, extermínios, guerras, etc, que promoveu ao longo dos séculos. Nós, de forma inconsciente

---

<sup>13</sup>Um homem refinado não deve fazer barulho de sucção com a colher quando estiver em boa companhia. Esta é a maneira como se comportam na corte pessoas que se entregam a hábitos grosseiros. Algumas pessoas mordem no pão e, em seguida, grosseiramente, mergulham-no na travessa. Pessoas refinadas rejeitam essas maneiras rudes. Muitas pessoas roem um osso e, em seguida, grosseiramente, mergulham-no na travessa. Pessoas refinadas rejeitam essas rudesas. Muitas pessoas roem um osso e, depois a recolocam na travessa e isto é uma falta grave. O homem que limpa, pigarreando, a garganta quando come e o que se assoa na toalha da mesa são ambos mal educados, isto te garanto. Se um homem à mesa limpa o nariz com a mão porque não sabe como proceder, então é um idiota, podes acreditar. Se um homem bufa como uma vaca quando come, como acontece com algumas pessoas, então ele renunciou a toda a boa educação. Não coces a garganta com a mão limpa enquanto estiveres comendo: se tiveres que fazer isso, faça-o polidamente com o casaco, mais deixe-as secar no ar (ELIAS, 1939, p. 89-90).

herdamos certos padrões civilizatórios. Aprendemos ainda na infância, a manusear o garfo e a faca na alimentação, fomos instruídos a controlar as nossas ações e comportamentos.

Racionalmente, em certas ocasiões quando sentimos vontade de revidar à altura do insulto a nós deferido, nossas vontades são reprimidas por nós mesmos, ao contrário do que de fato desejamos fazer, como expressar nossos verdadeiros sentimentos. Nesse momento, a razão entra em ação e controlamos com toda força racional nossos desejos primitivos regados por violência, disfarçando-os e controlando-os.

Esse processo, também, teve início com as viagens que buscavam encontrar riquezas nessas terras desconhecidas, e desencadearam a colonização dos povos que eram considerados selvagens como, os indígenas. Fato que foi legitimado pela civilização.

Segundo Boris Fausto, (1995, p. 123), “os portugueses nos três primeiros séculos de exploração das terras indígenas se arrastavam pelo litoral e foi com a descoberta da mineração do ouro em Minas, que a colonização avançou pelos sertões” ainda desconhecidos pelos não indígenas. Isso contribuiu para ruptura política de Brasil com Portugal e com a construção do Império sobre os territórios ameríndios.

A ideia de progresso se fortaleceu com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa e concedeu ao burguês os códigos para o acesso à liberdade individual, modificando a relação do homem com natureza. Permitindo ao homem transformá-la sem culpa e consequências, subtraindo e modificando as suas riquezas como as florestas, os rios, terras, rochas e minerais. Transformando-as em matérias-primas para a sustentação do capitalismo que se consolidava como novo regime político e que em curto período dominou o planeta. Em grande medida, a civilização e o progresso transformaram os espaços sociais e geográficos do planeta em uma escala sem precedentes.

O Império do Brasil tentava copiar as características da civilização processada na Europa, entretanto, ficou evidente a contradição política na época. Buscavam-se elementos civilizatórios que elevassem o Império à condição de civilizado e um Estado em progresso, contudo, mantinha-se a escravidão.

Na corte do Império do Brasil, processavam-se o “brilho e pompa suntuosa movimentando os salões de sarau, casas de óperas, teatros, confeitarias e lojas de artigos chiques” (BARRA, 2015, p. 799). Tudo isso retratava a ostentação, o luxo e a distinção da posição social dos aristocratas, contrastando com a sociedade que vivia a simplicidade, a miséria e a pobreza que estampava toda a paisagem urbana. Os privilégios da elite eram sustentados pelo regime de escravidão associado à exploração dos indígenas nos sertões.

Do ponto de vista do progresso, o território dos Kaingang era selvagem e desabitado, portanto, deveria conhecer a civilização. Entretanto, para os indígenas, as suas terras eram um lugar de liberdade, onde se desenrolavam a sua história. Esses ideais foram utilizados com o intuito de moldar um comportamento, transformar a natureza do índio primitivo em civilizado, tornando-o pacífico, transformando-o em trabalhador do Império para a produção de gêneros, contribuindo com o progresso da nação e tornar factível o processo de fragmentação das terras ameríndias.

Essas transformações que estavam ocorrendo nas terras indígenas eram reflexos das transições sociopolíticas e econômicas que se processavam na Europa, pois o Governo Imperial desejava obter o progresso econômico nas terras expropriadas por meio dos aldeamentos, fazendo do Império uma nação civilizada e produtiva assim como se estabelecia na Europa.

A civilização dos indígenas era pretendida por meio da catequização desenvolvida pelos freis, pela alfabetização ministrada por uma professora e também pela música. Alfredo Bosi (1992, p. 83) partiu da premissa de que,

a colonização é um processo que se realiza tanto no nível da ocupação da terra quanto no nível da cultura, pois não há condição colonial sem a união de trabalhos de ideologias e de culturas. Ou seja, a colonização é um processo material e, ao mesmo tempo, simbólico, visto que as práticas econômicas dos seus agentes vinculam-se aos seus meios de sobrevivência, à construção de sua memória, às suas formas de representação e de suas projeções para o futuro. Assim, o controle sobre os indivíduos para viabilizar o projeto colonizador-civilizador depende tanto do domínio dos modos de sustentação material quanto ideológico.

Processo que foi interiorizado por um grupo da elite, que se considerou superior aos outros povos cometendo as maiores atrocidades entre elas: a assimilação e o incentivo à miscigenação como forma de “branqueamento dos grupos indígenas como também africanos” (GUIMARÃES, 1988, p. 21).

A ideia do branqueamento era proveniente da perspectiva de progresso, de modo que, as pessoas brancas como as europeias ou descendentes de europeus eram consideradas as mais evoluídas com capacidades cognitivas superiores a dos outros povos.

Nesse sentido, o seletivo grupo da elite do Império pretendia construir uma nação com uma população branca. Entretanto, a população predominante há séculos eram os originários indígenas e os africanos introduzidos com a escravidão. Discutia-se no “IHGB que era o centro receptor de materiais e irradiador das ideias no Império, que o contato dessas populações com europeus branquearia esses povos” (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

Desse modo, foram sendo introduzidos os imigrantes europeus pelas províncias, como também na Província do Paraná. O contato dos colonos com os indígenas, na concepção dos não indígenas contribuiria para o branqueamento da população indígena nos aldeamentos, consolidando uma nação branca.

### **1.5-Emancipação política, características da civilização/catequese no Paraná Provincial**

Na formação política do Império, o Paraná até 1853, era a 5ª Comarca de São Paulo. Após esse período foi elevado à categoria de Província, devido às insatisfações da população com relação à Província de São Paulo. Visto que,

enquanto o território paranaense era comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para a experiência administrativa da região. A segurança era péssima, não havia escolas nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com os pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a Província de São Paulo (PRIORI, 2012, p. 16).

A luta dos moradores pela emancipação da 5ª Comarca de São Paulo tinha origem desde o século XIX, quando se alçaram várias tentativas separatistas, entretanto, sem êxito. A emancipação da Província do Paraná ocorreu em 1853<sup>14</sup>, ganhou mais forças quando a 5ª Comarca de São Paulo se envolveu na Revolução Liberal, entendida também como Revolução Farroupilha deflagrada pelos liberais do Rio Grande do Sul contra o governo central, os quais estavam descontentes com os altos tributos cobrados pelo Império.

Conforme Mota (2000, p. 21):

Em 1835, contudo, houve um fator favorável e decisivo para a autonomia do Paraná. Os liberais do Rio Grande do Sul entraram em luta contra o Império, organizados na Revolução Farroupilha, e os liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, revoltados com a política conservadora do governo central, se uniram com os farrapos e organizaram a única frente revolucionária. Assim, por receio de que Paranaguá e Curitiba se juntassem ao movimento, o Governo Imperial negociou com o Duque de Caxias a emancipação e conseguiu seu apoio.

---

<sup>14</sup>Paraná era a 5ª Comarca de São Paulo, foi emancipada em 1853, tornando-se Província e, naquele contexto, havia duas cidades: Curitiba e Paranaguá; sete vilas: Antonina, Morretes, Guaratuba, Lapa, Castro e São José dos Pinhais; seis freguesias: Palmeiras, Ponta Grossa, Rio Negro, Campo Largo, Tibagi e Jaguariaíva, metade das terras a oeste ainda não estavam colonizadas (SCORTEGNA, 2005, p 151).



A sede da 5ª Comarca de São Paulo estava centralizada em Curitiba e se tornou um ponto estratégico para a Corte barrar a revolta, uma vez que sua localização geográfica conectava os dois lugares em litígio. O governo central construiu uma defesa para vetar os revoltosos do Rio Grande do Sul que tinham a intenção de conquistar o governo central. Essa revolta foi controlada pelo Governo Imperial na Comarca de Curitiba. Nessa perspectiva,

Dada a importância da tomada de uma posição por parte das autoridades do Paraná, o Barão de Monte Alegre, então governador de São Paulo, tratou de enviar para Curitiba um político para negociar e procurar convencer os líderes liberais paranaenses que assumissem uma posição favorável às pretensões imperiais. Seu nome era João da Silva Machado. Ele chegou à comarca com a promessa de que, se apoiassem e lutassem ao lado dos legalistas receberiam em troca a emancipação tão desejada. (SCORTEGAGNA, 2005, p. 144).

Porém, ainda que a 5ª Comarca de São Paulo tenha sido favorável aos imperialistas e contribuído para que o Império vencesse o litígio, a emancipação política do Paraná ocorreu anos mais tarde. A Província de São Paulo resistiu ao desmembramento, pois perderia os tributos a serem arrecadados.

Um dos motivos que agregou forças para a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo foi a aprovação pelo Governo Imperial da criação de uma nova Província, uma vez que as fronteiras físicas do Brasil, Paraguai e Argentina não estavam consolidadas e, tratavam-se de um espaço em disputa entre as referidas nações. Nesse sentido, na concepção do Império, a fundação de uma Província nas terras da 5ª Comarca propiciaria um melhor domínio de poder político, jurídico e econômico pelo espaço dos sertões indígenas que ainda não estavam bem definidos. Assim,

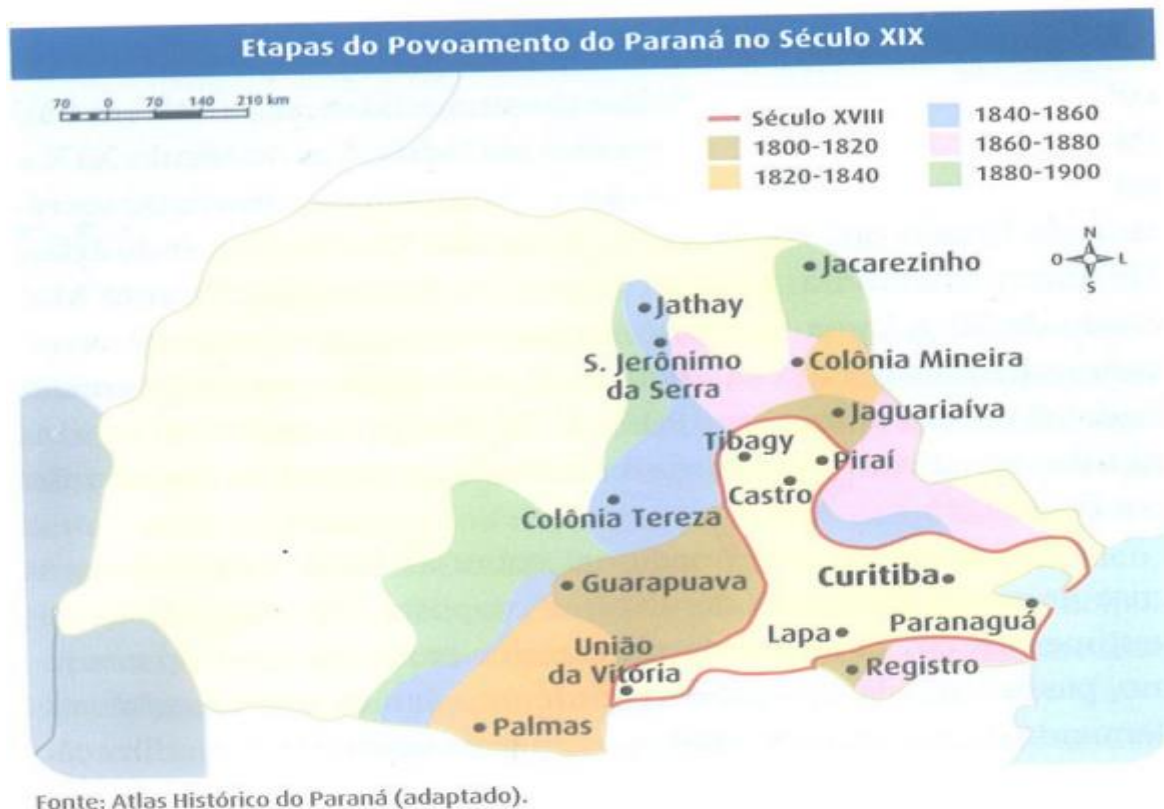
Uma década após a emancipação, a província estava delineada pelas seguintes fronteiras, a oeste entre o mundo civilizado paranaense e o mundo selvagem, verificamos aqui que podemos chamar de “pontos estratégicos” da civilização. Ao sul havia os recém desbravados e colonizados Campos de Guarapuava (1809) e Campos de Palmas (1839); no centro, às margens do rio Ivaí, a Colônia Thereza, primeira experiência de colonização estrangeira no interior paranaense, fundada em 1847 pelo Dr. Jean Maurice Faivre; e no extremo norte, às margens do rio Tibagi, a Colônia Militar Jatahy, e os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara (1855) e São Jerônimo da Serra (1859) (REQUE, 2000, p. 9).

Na figura 2, é possível visualizar os pontos de povoamento retratando a dominação nas terras indígenas no século XIX, inclusive o aldeamento de São Jerônimo da Serra. É notório que, até meados do referido século, as terras a oeste ainda não haviam sofrido os efeitos abusivos da colonização praticados pelo Império. Até esse período, os Kaingang possuíam mais autonomia sobre o seu território. O domínio foi reduzido à medida em que a colonização

avançava pelos sertões, configurando outras características, transformando o espaço social dos Kaingang.

As legendas do mapa nos permitem observar a ocupação das terras indígenas na Província em cada década do século XIX, desde o período que pertencia à 5ª Comarca de São Paulo até o final do Império.

**Figura 02-Mapa dos pontos de povoação do Paraná XIX**



Fonte: SCORTEGAGNA, Adalberto, REZENDE, J. Cláudio, TRICHES, Rita, I. **Paraná Espaço e Memória diversos olhares históricos-geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

De acordo com Wilson Martins (1921, p. 34), em 1853 “a província do Paraná tinha por volta de 60 mil habitantes”; nesses dados foram excluídos os indígenas. Com a instituição da “Lei nº 25 de março de 1855 pelo primeiro presidente Zacarias de Goés vieram para a província orientada pela política de imigração, italianos, ucranianos, poloneses” (PODELESKI, 2009, p. 51). Esse processo de imigração,

poderia suprir eficazmente as necessidades das populações das vilas e cidades. O objetivo estratégico seria no sentido de preencher os espaços no interior do Brasil e completar a ocupação do território que na concepção dos colonizadores, estava desocupado, surgindo assim outra problemática, trata-se de uma questão social, étnica (SCORTEGAGNA, 2005, p. 164).

A exclusão dos ameríndios entre as populações da Província do Paraná foi sustentada com o mito do vazio demográfico, afirmada por Wilson Martins (1921). Alguns imigrantes foram introduzidos nos aldeamentos para contribuir nas atividades de aberturas de estradas, catequizações e plantações. A partir de 1870, alguns colonos que estavam no aldeamento de São Jerônimo da Serra receberam lotes de terras.

Isso nos remete ao fato de a história, na perspectiva positivista, ter sido defendida até pouco tempo. Na década de 1980, na dissertação apresentada por Evandir Codato ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, observamos que todo o seu trabalho é permeado por afirmações positivistas. O autor afirma que os “esforços foram feitos para aumentar a entrada de novos contingentes populacionais preenchendo os vazios demográficos” (CODATO, 1981, p. 36).

Essa perspectiva de construção da história na concepção positivista expressada pelo vazio demográfico, (que anulava a presença indígena defendida só muito recentemente nos meios acadêmicos), foi desmistificada por meio da documentação escrita por alguns viajantes no século XIX, como os “sertanistas Francisco Lopes, Jonh Henri Elliot, os irmãos José e Francisco Keller, o naturalista francês August Saint-Hilaire, o médico alemão Roberto Avé-Lallemant” (REQUE, 2000, p. 2). A interpretação desses relatos nos possibilita desmistificar a perspectiva de visão unilateral da história elaborada pelos não indígenas do século XIX.

Os não indígenas, ao caracterizarem as terras como vazias, tornavam legítimo o direito de ocupá-las. A invenção da ideia de espaço vazio, para os não indígenas, representou o sentido da ausência de seus códigos culturais nas terras dos Kaingang como a civilização, o Estado, a religião católica, a população branca, entre outros. Desse modo, o Império considerava legítimo dominar as terras indígenas e submeter os ameríndios à civilização, inserindo-os a sua região social.

A Província do Paraná foi construída nos preceitos de civilização e progresso mediados pelo avanço da colonização, que pretendia civilizar os índios seguindo o Regulamento engendrado em 1845 e aplicado pelos freis nos aldeamentos, como também, em São Jerônimo da Serra.

Na Província do Paraná, entrou “um pequeno contingente de capuchinhos, destacando-se o frei Luíz de Cimitille” que desenvolveu a prática da catequese no aldeamento de São Jerônimo da Serra de 1866 a 1881(MOTA, 2000, p. 11). Após esse período, com a ocorrência de divergências políticas com o Império, ele se deslocou para os Campos de Guarapuava e, em momentos posteriores, retornou para a Itália seu, país de origem.

A civilização dos índios teve vários posicionamentos dos presidentes da Província do Paraná, pois o maior percentual deles não acreditava na catequização dos índios, devido às experiências históricas obtidas durante as Reduções Jesuíticas no Estado do Guairá no século XVII, quando essas terras ainda eram pretendidas pela Coroa Espanhola, pois,

os religiosos quando deixaram os Mattos do Guairá que na ocasião foram expulsos pelos Paulistas, os índios tomarão outra vez os seus antigos costumes, e em poucos annos ficaram tão selvagens como erão os seus antepassados antes do descobrimento do Brasil e para saber o que buscou o Estado com esta civilização Jesuítica, basta ponderar que nos duzentos annos de Catequese das Reduções nunca sahiu hum cidadão útil<sup>15</sup>.

Partindo dessa ideia, “o primeiro presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos parece ter claro que essa tarefa não produziu resultados” (MOTA, 2000, p. 8). Observa-se que em nenhum período da História do Brasil, a civilização trouxe resultados profícuos, visto que; outros períodos também contabilizaram efeitos insatisfatórios da civilização.

De modo geral, a preocupação da maioria dos presidentes da Província era “promover as conquistas das terras” e não se dedicar a civilizá-los (CANIELE, 2001, p. 57). Interpretamos que essas divergências de ideias entre os presidentes da Província do Paraná com o Império ocorreram pelo fato de que, as elites Imperiais do Rio de Janeiro estavam muito preocupadas em construir o Brasil em uma perspectiva de nação civilizada inspirada no Iluminismo. Portanto, direcionaram tamanha atenção à civilização das populações que estavam fora dos seus códigos culturais.

Anterior à emancipação política da Província do Paraná, vários foram os colonizadores que atravessaram o território dos Kaingang estriando as suas terras. Assim como os já mencionados, citamos o mais expressivo que continuou expropriando-as após a fundação da Província, trata-se do idealizador dos aldeamentos fundados no Norte do Paraná, “João da Silva Machado natural da Freguesia do Taquari, no Rio Grande do Sul, que esteve envolvido com a atividade do tropeirismo que cruzava o território dos Kaingang” (HARTUNG, 2005, p. 59).

Essas experiências históricas de João da Silva Machado como tropeiro, e a sua participação na “Revolta Liberal em São Paulo renderam-lhe o título de barão de Antonina, concedido por D. Pedro II” (BORGES, 2010, p. 3). Esses fatos lhe garantiram ainda mais autonomia para expropriar as terras dos ameríndios, desde os Campos Gerais, indo em direção

---

<sup>15</sup> CIMITILLE, F. L. Catequese nas Reduções Jesuíticas. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-10, novembro 2007. Acesso em: 02/03/1877.

à região que viria a ser denominada Norte da Província atingindo o Mato Grosso do Sul, na primeira metade do século XIX.

Devido ao conhecimento do mercado de animais e às suas viagens exploratórias pela região, João da Silva Machado acabou fazendo amizade com influentes políticos dos Campos Gerais como, “Antônio da Silva Prado e David dos Santos Pacheco” (BORGES, 2010, p. 2). A junção desses fatos acabou chamando a atenção do governo central, que o encarregou de construir e melhorar as estradas do sul.

Esse processo de colonização não ocorreu de forma pacífica, os ameríndios ao sentirem a presença dos não indígenas agiam em defesa das suas terras, retaliando a sua entrada. A resistência ameríndia contribuiu para que o barão João da Silva Machado buscasse conhecimentos,

em Buenos Aires reunindo informações sobre as antigas reduções missioneiras. Também pediu a seu irmão Francisco de Paula e Silva para verificar os vestígios das estradas do tempo dos jesuítas na região de Cruz Alta no Rio Grande do Sul, as Missões (BORGES, 2010, p. 4).

Essas informações propiciaram uma base e ajudaram nas fundações dos aldeamentos no Norte do Paraná como o de São Jerônimo da Serra. A influência do referido barão nos aldeamentos naquela região,

era tão forte que ultrapassava a autoridade do diretor geral dos índios na província. Em 1855, o então diretor geral dos índios no Paraná reclamou dessa ingerência do barão nos assuntos indígenas, pelos quais ele era responsável, conforme o artigo 1º do Decreto nº 426 (MOTA, 2000, p. 10).

A grande dedicação empregada pelo barão na fundação dos aldeamentos não tinha como principal propósito civilizar os índios e torná-los integrantes do Império; seu objetivo mais específico era “reuniros indígenas nos aldeamentos para dar acesso a entrada dos funcionários do Império”<sup>16</sup>.

A história é a junção das múltiplas experiências trágicas imbuídas em um espaço, que estão suscetíveis às transformações sociais operadas pelas ações humanas e estabelecidas por meio das práticas de violências processadas pelos distintos sujeitos históricos imersos nas mais diversas regiões<sup>17</sup> sociais. As quais foram construídas ao longo da história, em que a junção

---

<sup>16</sup>ALDEAMENTO de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referente aos indígenas ao Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-12, fevereiro 2007.

<sup>17</sup>Regiões é um conceito que possibilita o estudo das mais distintas culturas, crenças, etnias, religiões, políticas, etc. As regiões foram construídas historicamente por meio de discursos, relatos, práticas de violências etc. Elas também são suscetíveis a transformações. Em grande medida, uma região social pode ser caracterizada por uma língua, nacionalidade etc. De acordo com Pierre Bourdieu (1989), as distintas regiões estão em constantes disputas pela autonomia do poder no espaço e dessa forma, elas tornam o lugar conflito, assim como ocorreu com o processo

desses diversos grupos humanos em um mesmo espaço promoveram a disputa pelo “monopólio do poder”, que resultam em transformações (BOURDIEU, 1989, p. 106). Nada é estático, tudo está inserido em um eterno movimento, isto é, envolvido em um jogo social, o qual é regido pelas estratégias criadas pelo próprio jogo de acordo com as suas intenções políticas. Nesse sentido, os aldeamentos foram estratégias do jogo da colonização, como São Jerônimo da Serra.

---

de colonização das terras no Norte do Paraná, no século XIX, em que as regiões dos Kaingang e a não indígenas entraram na disputa para a definição do espaço social.

## CAPÍTULO 2

### ALDEAMENTO SÃO JERÔNIMO DA SERRA, UM ESPAÇO DE DOMINAÇÃO *VERSUS* PRÁTICA CULTURAL

#### 2.1-A fundação do aldeamento de São Jerônimo da Serra no território Kaingang

São Jerônimo da Serra foi o último aldeamento a ser fundado no Norte do Paraná e era uma das principais estratégias para a transformação do espaço social dos Kaingang no processo de colonização, como na expropriação das suas terras, cerceamento da cultura ameríndia, civilização dos seus hábitos e desenvolvimento do progresso nas terras indígenas.

Até meados do século XIX o território dos Kaingang ainda não havia sofrido os impactos atroz da colonização. Segundo Almeida (1988, p. 44), “os Kaingang foram atingidos mais violentamente pelos colonizadores em meados do século XIX”, pelo fato de que o seu território estava constituído no terceiro planalto e mais distante do litoral, onde as práticas da colonização, exploração e dominação haviam se iniciado. Sendo assim,

A história de contato entre os Kaingang e os colonizadores europeus teve início no século XVI, quando alguns grupos que viviam mais próximos ao litoral atlântico tiveram os primeiros encontros com os portugueses e ainda com os espanhóis. No entanto, os registros históricos dessa época não nos dão maiores detalhes destes contatos iniciais. No século XVIII, várias foram as tentativas dos portugueses e dos jesuítas para submeter os Kaingang ao seu poder, contudo, foram poucos os que aceitaram viver sob o comando dos jesuítas. Assim, grupos de outras localidades viveram livres nas regiões de campos e florestas no sul do país até o século XIX, quando foram conquistados, pelos ditos civilizados (CLAUDINO, 2003, p. 38).

Nos primeiros séculos, a colonização atingiu os sertões a passos lentos. Segundo Zaqueu Key Claudino (2013, p. 39), no século XIX ela ganhou mais intensidade e foi aí que “começou uma grande turbulência no território dos Kaingang. Aqueles que sempre tiveram seus costumes, suas crenças, suas culturas e tradições asseguradas pela coletividade foram obrigados a defender estes bens com unhas e dentes”. Esse fragmento nos possibilita entender a constituição e o desenvolvimento da história dos Kaingang há séculos, a organização social e a resistência manifestada por eles no seu território com a invasão dos não indígenas.

A colonização foi uma guerra, de um lado os indígenas na defesa do seu território e do outro o avanço violento na conquista por essas terras e pela civilização da cultura ameríndia visando a definição das fronteiras e a consolidação do Império. Os aldeamentos foram estratégicos para o avanço da conquista, ou seja, tinham por finalidade o aglomeramento dos indígenas para a ocupação das terras ameríndias.

Gradativamente, foi restrita a área de circulação do convívio social dos indígenas pelos colonizadores, onde se desenrolavam as práticas culturais. Esse processo se intensificava à medida em que os fazendeiros e os colonos foram se apropriando do seu território e com essas ações os remanescentes Kaingang foram sendo expulsos ou encurralados cada vez mais para um espaço restrito.

A guerra de conquista foi bárbara, violenta e atroz. Em nome do poder, os colonizadores dominaram as terras indígenas, expropriaram-nas e, culturalmente, os indígenas foram humilhados, considerados como bárbaros, submetidos à civilização e excluídos da formação ideológica da nação. O ideal de nação que se pretendia construir era predominantemente branca, e os indígenas eram considerados os “selvagens” que atrapalhavam esse processo. Portanto, o aldeamento se tornou um dispositivo estratégico para a consolidação da autonomia do Império no espaço indígena, a partir, também, da reunião dos ameríndios no aldeamento. Segundo Amoroso,

os aldeamentos indígenas foram mantidos pelo governo do Império para servirem como apoio estratégico para a comunicação das províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso; o objetivo da política indigenista nesta região estratégica não era a catequese do índio, mas sim a manutenção, através de pólos de povoamento, de suporte para a comunicação com a fronteira em conflito. Sobre o caráter pragmático da política indigenista de sua época afirmava que: estas colônias não foram criadas para a catequese. A catequese foi um acessório às mesmas; mas sim foram criadas para servirem de apoio à estrada de Mato Grosso; e para os grandes transportes para aquela Província de militares, e trens bélicos, antes da Guerra do Paraguai (1998, p. 42).

Ou seja, o aldeamento serviu como defesa e afirmação do Império. Essas terras faziam fronteiras com o Paraguai, e, de acordo com Codato (1981, p. 23), “as questões de divisa territoriais entre Brasil e Paraguai foram em parte resolvidas pelo Convênio de 6 de abril de 1856”. Contudo, as razões de ordens políticas e econômicas entre esses Estados, naquele período, estavam conturbadas, culminando na Guerra em 1864 envolvendo Brasil, Paraguai e a Argentina. Isso resultou em um massacre generalizado da população masculina existente no Paraguai. Nessa guerra, indígenas e escravos foram enviados pelo Império do Brasil para o combate nas batalhas com a oferta de benesses, promessa nem sempre cumprida.



No início do funcionamento do aldeamento de São Jerônimo da Serra, foi proposto pelo “Ministro Saraiva, da Marinha a construção de uma estrada estratégica para o Mato Grosso, partindo da Província do Paraná” (CODATO, 1981, p. 56). Essa construção foi efetivada com a mão de obra dos indígenas e dos africanos. A estrada e os rios navegáveis localizados ao Norte da Província do Paraná foram utilizadas para o transporte de munições para a Guerra do Paraguai.

Aos ameríndios foram prometidas demarcações de suas próprias terras. A promessa não cumprida no século XIX pelo Império, até hoje é motivo de litígio no campo jurídico entre os latifundiários e os indígenas nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso Sul.

Aos escravos foram prometidas as alforrias. A liberdade que não se oficializou. Entretanto, a guerra contribuiu para intensificar o processo da abolição jurídica da escravidão, que em grande medida foi desencadeada a partir década de 1880 pelas associações emancipacionistas formando uma Confederação Abolicionista.

As disputas pelo espaço também são simbólicas e se traduzem em uma forma de controle. Gradativamente, o aldeamento “reuniu o numeroso gentio que errava por aquelas paragens”<sup>18</sup> e que atrapalhava na concepção dos não indígenas, o processo de conquista. A intenção de reunir parte dos índios no aldeamento tinha o intuito de tornar o processo da colonização mais factível. Sendo assim, de acordo com o Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos índios (Decreto 426 de 24/7/1845) foi oficializada a fundação do aldeamento de São Jerônimo da Serra,

certifico em cumprimento do despacho de sua Exa Douto Presidente da Província, exarada no requerimento retro, que revendo os avisos do Ministério do Império do anno de 1859, em um d’elles encontrei o termo da doação em que allude o referido requerimento, cujo termo assim conciliado, digo concebido. Termo de doação e transferência de propriedade que de sua fazenda de S. Gerônimo faz ao governo Imperial o Barão de Antonina. Aos vinte um dias do mes de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove, n’esta repartição Geral das terras públicas presentes o Diretor Geral interino da mesma Dr. Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, do fiscal para esse fim nomeado Dr. João Manoel Pereira da Silva, compareceu o Barão de Antonina, e disse que entre os bens de que é senhor e possuidor, o é tambem de uma fazenda denominada S Jeronimo em abundantes terras de culturas, alguns rincões de campos e faxinaes, com o melhor de cem alqueires de capoeira<sup>19</sup>.

<sup>18</sup>LOPES, J. F. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas ao Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-05, Abril 2007. Acesso em: 05/03/1860.

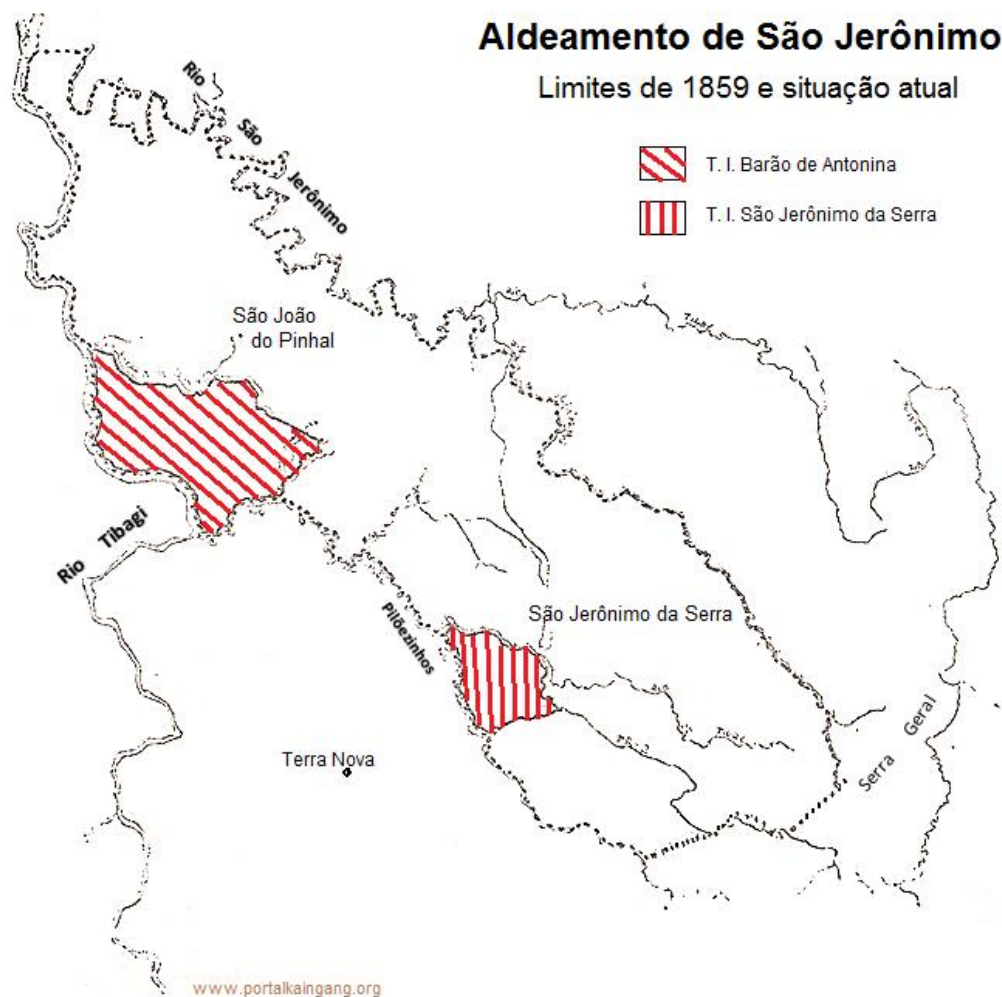
<sup>19</sup>ASSIS, F. X. de Fundação do Aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-06, Fevereiro 2007. Acesso em: 01/02/1860.

Segundo Tommasino (2001, p. 7), o aldeamento compunha uma “dimensão de 14 mil hectares e no contexto da fundação estava localizado no município de Castro”. Geograficamente era banhado pelas seguintes características: geologicamente está inserido na,

parte central da Bacia Sedimentar do Paraná, localizado no terceiro planalto. Na região afloram os litotipos sedimentares das formações Rio do Rastro e Piramboia/Botucatu e as vulcânicas da Formação Serra Geral. Tal peculiaridade propiciou o desenvolvimento de cavidades naturais esculpidas em arenito, uma vez que o contato das rochas sedimentares com as vulcânicas diaclasadas veio a favorecer a manifestação do fenômeno de pipping que deu origem a inúmeras grutas características da região geográfica (LIMA, 2005, p. 153).

Em 1873, passou a pertencer oficialmente à Vila de Tibagi. Na figura 3, podemos observar a localização geográfica do aldeamento.

**Figura 03-A localização das terras do aldeamento de São Jerônimo da Serra**



Fonte: [http://www.portalkaingang.org/index\\_aldeia\\_mapa\\_sjeronimo.htm](http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_mapa_sjeronimo.htm)

Essa composição apresentada pelo mapa nos permite compreender a formação de um solo levemente ondulado por montanhas de médio porte, banhado por serras e rios. Seus primeiros habitantes foram os Kaingang, os quais pertenciam à nação dos Coroados, e vieram da Província de Goiás, “suppondo-se geralmente que venham do norte, talvez das margens do Rio (Araguahy) da Província de Goyaz, conquistarão dos aborígenes Goyanazes as terras que atualmente habitam nesta Província, lançando aquelles alem do Rio Paraná<sup>20</sup>.

No início havia “huma casa para acomodação dos funcionários, huma casa para acomodação dos índios com 250 palmos de frente e 16 de fundo, huma casa para os escravos e assalariados, hum monjolo, hum paiol de madeira de lei coberto com palha, ferramentas e curraes”<sup>21</sup> para a criação de animais, como de porcos e bois. Os indígenas desenvolveram atividades de roçadas e queimadas das matas para aberturas de estradas, como também plantações de roças de milho, feijão, mandioca.

As fronteiras confrontavam,

com lado do Sul a Serrinha da Esperança; ao Norte, com o grande ribeirão do rio São Jerônimo; pelo Oeste por um pequeno arroio que nasce da mencionada Serrinha o Pilão Pilansinho, que desagua para o rio Tibagy; e serve de divisas aos terrenos denominados Inhohó pertencentes a Feliciano Neponemaceno Prates, e finalmente pelo Leste por um passante ribeirão que nascendo da mesma Serrinha vai desaguar no mesmo ribeirão grande de São Jerônimo, servindo aquelle de divisa aos faxinaes da fazenda de Santa Barbara pertencente ao barão<sup>22</sup>.

O aldeamento de São Jerônimo, da Serra no século XIX, era caracterizado por uma porção de terras permeado por rios, campos e florestas. Nos primeiros anos do aldeamento, era administrado por Joaquim Francisco Lopes, antigo ajudante do barão João da Silva Machado nas viagens exploratórias do sertão. Entre os funcionários do aldeamento estava John Henri Elliot<sup>23</sup>, que era “um hábil piloto e ficou encarregado de tirar o mapa do aldeamento traçando,

<sup>20</sup>LOPES, J. F. Província de Goiás. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-07, Março 2007.

<sup>21</sup> ELLIOT, H. Casas no aldeamento. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 3, n. 01, p. 01-15, 2007. Acesso em: 03/04/1864.

<sup>22</sup>ELLIOT, H. Limites do Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-08, Março 2007. Acesso em: 02/02/1863.

<sup>23</sup>João Henri Elliot era filho de ingleses nascido nos Estados Unidos, em 1809, veio para o Brasil em 1825, a fim de alistar-se na Marinha Brasileira para participar da Guerra da Cisplatina. Já possuía experiência na Marinha, uma vez que iniciou sua carreira no país de origem, lá aprendeu o ofício de cartógrafo, agrimensor, desenhista. Após o fim da guerra, passou a residir em Curitiba, local onde passou a participar da comitiva de João Francisco Lopes,

os limites de Castro com a freguesia de Tibagy, huma Estrada de rodagem que saiu do município de Castro passando por São Jerônimo da Serra até o Aldeamento de São Pedro de Alcântara”. Também desenhou o Rio do Peixe, 3 Chitas, Tibagy, Cunhapé, São Jerônimo e o Rio Jatahy, a Serra da Esperança e dos Coroados, esboçou os campos e os faxinais da região<sup>24</sup>

Essas práticas significaram para os Kaingang a restrição, dominação do seu espaço social e a construção das fronteiras em seu território. O colonizador, paulatinamente, “estriou<sup>25</sup> o espaço do indígena e bordou o tecido social” dosKaingang com as linhas verticais e horizontais que desenharam as bordas do aldeamento (DELEUZE, GUATARRI, 1995, p. 81). Este processo reultou na retaliação do território Kaingang por meio da imposição da civilização pelo não indígena.

As verbas para o desenvolvimento da colonização eram enviadas pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império e pelo Ministério da Agricultura da Guerra para a Província do Paraná, que se encarregava de distribuí-las aos aldeamentos como o de São Jerônimo da Serra, assim como os materiais usados no aldeamento.

No contexto da fundação do aldeamento estava como presidente da Província José Francisco Cardoso, o qual tinha uma posição favorável ao “projeto de catequese e civilização dos índios, devido ao seu vínculo com o Governo Imperial” (CANIELE, 2001, p. 77).

## 2.2-O estriamento do território Kaingang

---

em 1840. Tal comitiva visava explorar os sertões paranaenses a mando de João da Silva o barão de Antonina. A partir de 1846 foi contratado pelo barão para realizar serviços cartográficos na região, e então estabeleceu uma rota entre o litoral paranaense e a província de Mato Grosso. Seus serviços resultaram nos primeiros mapas do norte do Paraná, assim como o reconhecimento do curso do rio Tibagi.

<sup>24</sup>LOPES, J. F. Limites do Aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná província 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-06. Abril 2007. Acesso em 1863.

<sup>25</sup>Liso e estriado são conceitos criados por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), que em grande medida servem para analisar a organização de um espaço que é marcado por regras, normas em que os sujeitos estão submetidos por sujeições da vida ou até mesmo por livre escolha, que uma vez imersos ficam sujeitos a segui-las cumprindo horários, não ultrapassando os limites pré-estabelecidos, entre tantas outras práticas que acabam sendo impostas ao sujeito e constantemente controlas por quem as definiu, principalmente, pelas instituições sociais como, a família, o Estado, escola, etc. Para tanto é sob a luz dessas regras que podemos conceber um espaço como estriado. No entanto, o conceito liso serve para compreender um espaço em que podem ser desenvolvidas as ações de liberdade do sujeito sem estar sobre a custódia da cobrança, imposição, etc.



O mapa representou a circunscrição do território Kaingang, bem como o estriamento do espaço indígena manifestado pelo domínio do colonizador nas terras ameríndias. Cada linha retratou a organização espacial operada pelo não indígena, em que também podemos denominá-la de estratégia, criada pelo colonizador, de ordenamento do espaço, que define os limites de Castro com a Freguesia de Tibagy e a localização dos aldeamentos de São Jerônimo da Serra e São Pedro de Alcântara, transformando o espaço social dos Kaingang.

A estrada de rodagem desenhada no mapa também era um instrumento para abrir os caminhos e, gradativamente, estriar o território Kaingang, pois é por ela que passariam os não indígenas a fim de percorrer aquele espaço. As estradas se tornaram uma questão importante para os governantes, pois delas dependeriam todos os transportes de produtos e mercadorias produzidas e consumidas na província, com também a comunicação do interior com as principais cidades, vilas, povoados e os aldeamentos.

Os campos e os rios que permeavam a região também foram expressos pelas linhas. Dessa forma, o mapa construiu uma definição por onde os usuários postos naquele lugar como os não indígenas, ameríndios e africanos, iriam consumir o espaço. O mapa determinou onde esses povos iriam habitar, caminhar e desenvolver as suas atividades culturais.

Portanto, “um espaço estriado é um lugar onde as linhas se cruzam no sentido horizontal e vertical e tecem o lugar das redes de relações sociais, criam as normas e estabelecem as fronteiras de circulação social, moldam comportamentos e hierarquizam o espaço” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 55).

Entretando, as linhas traçadas pelos não indígenas foram transgredidas, pois os ameríndios, nos momentos em que saíam do aldeamento e se deslocavam para outras regiões, ou quando praticavam no aldeamento as suas atividades culturais, cruzavam as linhas, subvertendo o espaço. Essas práticas traduziram a resistência indígena às imposições dos colonizadores. Pois elas eram construções culturais dos não indígenas e, para os ameríndios elas eram invisíveis.

Esse mapa representou a desconstrução do território Kaingang e a construção do espaço do não indígena, ou seja, a transformação do espaço social dos ameríndios. Na região desenhada no mapa, habitavam as várias aldeias Kaingang e cada uma delas era estruturada por uma família extensa. Parte dessas hordas indígenas foram inseridas no aldeamento e conduzidas à tentativa da civilização.

No início existiam aproximadamente “60 indígenas”<sup>26</sup> que pertenciam a distintas hordas Kaingang que habitam adjacentes naquele espaço. Desde o ano de fundação em 1859 até 1866, as práticas da catequese foram aplicadas de forma esporádica.

O frei Mathias ficava no aldeamento em torno de “três dias, a cada três meses, reunia em um lugar que ficava próximo da casa dos funcionários parte dos indígenas que estavam no aldeamento, alguns índios sempre estavam distraídos”<sup>27</sup>, ou seja, pouco se importavam com os discursos do frei. A catequese era proferida por meio de falas que abordavam questões religiosas da Igreja Católica, como também algumas “formas de comportamentos das pessoas, tentando reduzir os hábitos considerados selvagens”<sup>28</sup> pelos não indígenas.

Todos os grupos humanos, no decorrer da história, organizaram-se em torno de uma estrutura social, de acordo com o seu modo específico de compreender o mundo. A questão cultural é um viés significativo para entender as mais distintas práticas culturais. A interpretação cultural que relacione um povo pode produzir resultados benéficos ou maléficos. Pode ser de valorização de um grupo, como também ser a fronteira que separa, classifica e leva um grupo social a se firmar no espaço, subjugando o outro.

Estar revestido de crenças culturais insere o sujeito em um determinado local social. Os elementos culturais permearam todos os campos sociais nas mais distintas temporalidades. Fato que promoveu a divisão desses espaços e a construção de regiões sociais. A cultura é um viés para se compreender essas divisões que, por vezes, podem ser de afirmação oriundas de um processo de exclusão como também se converter em um paradigma de superioridade, como se processou no século XIX pelos colonizadores.

Portadores da cultura europeia, consideravam-se evoluídos e; utilizaram dessa posição social para legitimar a colonização e transmitir aos demais povos os seus elementos culturais que, em grande medida, serviram para justificar a exploração dos povos considerados bárbaros e selvagens.

A perspectiva de conceituar outros povos de primitivos, originou o mito de bom selvagem. Uma categoria construída pelos não indígenas, para diferenciar os ameríndios considerados “dóceis” dos designados como brutais pelos não indígenas. Essa concepção

---

<sup>26</sup>ELLIOT, H. Hordas Kaingang. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, v. 03, n. 01, p. 01-06, Março 2007. Acesso em: 01/02/1861.

<sup>27</sup>LOPES, J. F. Catequese. *Catálogo seletivo de Documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-08, Março, 2007.

<sup>28</sup>LOPES, J. F. Catequese. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-07, Dezembro 2007. Acesso em: 01/02/1863.

permeou os campos da literatura a partir do século XVI. Autores como Erasmo de Rotterdam, Tomás Moro e Baltasar afirmaram que a maldade é natural de todos os seres humanos.

Contudo, a violência humana é instintiva e não se restringiu a uma cultura em específico, foi praticada por todas e nos mais diversos contextos históricos. Graduada em distintos níveis físicos e simbólicos. A civilização foi uma dose altíssima de violência praticada aos povos ameríndios. Do ponto de vista dos ocidentais, ela salvaria os indígenas do estágio selvagem no qual eles se encontravam.

A posição de superioridade dos ocidentais foi construída a partir do não reconhecimento dos princípios e valores culturais dos Kaingang, os quais foram considerados inferiores, ou em uma interpretação mais profunda: os indígenas foram considerados como seres inexistentes socialmente. Para os ocidentais, todos os outros povos eram interpretados tendo como base os seus fundamentos culturais, noções que caracterizavam os ocidentais como civilizados, baseados na perspectiva de linearidade histórica de evolução.

Para os europeus, a evolução era baseada na relação de uma linha temporal em que foram acumulados conhecimentos, no campo político, científico, cultural, econômico, religioso, que, em suas perspectivas, os diferenciavam dos demais povos.

A cultura foi definida pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1977, p. 11) como um “complexo que inclui conhecimentos, crenças, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Essa afirmativa se tornou ainda mais forte no século XIX, conferiu-lhes a noção de civilizados, servindo de contrastes para os diferenciarem dos outros grupos étnicos. Em decorrência dessa concepção surgiram as ideias de “comunidades primitivas” como os indígenas que, para alguns, poderiam evoluir culturalmente e alcançar a etapa do progresso das nações civilizadas (FARIA, 2014, p. 12).

Essa concepção de superioridade também era sustentada por teorias evolucionistas engendradas no contexto do século XIX, tendo como principal referência

Charles Darwin, que defendeu que todas as culturas passariam pelas mesmas etapas, ou estágios, durante a sua existência, evoluindo, progredindo das mais primitivas para as mais avançadas ao longo do tempo, sendo que o estágio mais avançado da humanidade era o atingido pelo Ocidente, visão que dava ao etnocentrismo status de ciência (FARIA, 2014, p. 15).

Essa ideia de evolução se espalhou pela Europa no século XIX e foi importada pelo Império do Brasil, sendo disseminada entre um grupo da elite como no IGHB, dando sustentação para a construção da nação do Brasil alicerçada na noção de civilização e progresso. Essas ideias eram debatidas no Instituto e divulgadas para a elite administrativa das províncias



por meio das produções científicas da época como as publicações de artigos, que tinham por finalidade desenvolver uma doutrinação da classe dominante.

Colonizar terras que já eram habitadas e possuíam uma estrutura social organizada, trouxe resultados negativos ao processo da civilização. A prática civilizatória nos primeiros anos do aldeamento de São Jerônimo da Serra não havia prosperado e, desse modo, “não trouxe os resultados desejados para os colonizadores”<sup>29</sup>. Podemos afirmar que esse fato se atribuiu aos interesses políticos dos indígenas pautados em suas orientações culturais e não se conferiu a característica pejorativa deferida pelos não indígenas em relação aos ameríndios como “à predileção pela vida errante”<sup>30</sup>.

Um sujeito ou povo não deixa de crer em seus princípios culturais pela imposição de outro grupo. Todos os homens são impregnados de memórias das práticas culturais vivenciadas. As crenças são uma espécie de base estrutural simbólica, conferindo ao grupo um apoio e uma identidade. Ainda que esse grupo seja subjugado por outra região social, e tenham suas práticas culturais cerceadas, elas são praticadas de forma clandestina pelo povo dominado.

Foi exatamente o que ocorreu com os Kaingang ao serem subjugados pelos não indígenas. Tendo as práticas culturais proibidas, eles continuaram a praticá-las, provocando a inconformidade dos não ameríndios. Estamos tratando de uma guerra de conquista, a qual transformou o espaço social dos indígenas, onde as batalhas também foram desenvolvidas de forma simbólica para cercear as práticas culturais dos indígenas e mantê-los no aldeamento.

As tentativas civilizatórias no aldeamento se intensificaram com frei Luiz de Cimitille. Ele entrou no aldeamento com uma forte motivação de converter os indígenas aos princípios cristãos, como a adesão ao batismo. No entanto, após um contato mais profundo com os indígenas, pôde perceber que eles não se submetiam à civilização. De acordo com os relatórios, eles não resistiram à prática do batismo, pelo fato de que para eles esse ato era insignificante, visto que, eram “tão selvagens que a água do batismo não muda nada, os costumes selvagens continuam os mesmos”<sup>31</sup>.

A colonização não se configurou de forma simples, “a guerra de conquista, pressupõe a ação do outro, que se contrapõe à conquista e elabora suas práticas políticas, construindo a sua

---

<sup>29</sup>SOUZA, P. R. de. Aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial*, Arquivo Público do Paraná 1853-1870, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-07, Dezembro 2007. Acesso em: 20/03/1864.

<sup>30</sup>LOPES, J. F. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01-10, Novembro 2007. Acesso em: 20/01/1864.

<sup>31</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-15, Outubro 2007. Acesso em: 01/02/1880.

história”, negando as ações alheias à sua cultura (MOTA, 2009, p. 33). O aldeamento não pode ser visto apenas como um espaço reducionista de indígenas. Todavia, deve também ser percebido como um local onde se praticou a resistência à ordem estabelecida, pelo não indígena.

De acordo com os relatórios redigidos sobre os primeiros anos de fundação do aldeamento, os resultados foram insatisfatórios com relação às práticas civilizatórias impostas aos indígenas pelos colonizadores. Aqueles continuaram a desenvolver as suas práticas culturais como, “as crenças manifestadas por meio dos rituais, consideradas pelos não indígenas como práticas de superstição e de feitiço”<sup>32</sup>, manifestadas por meio de uma integração cósmica ou reveladas por sonhos.

Essas práticas eram exercidas pelos indígenas xamãs, que tinham uma espiritualidade elevada e se conectavam com o universo espiritual. Segundo Lappe e Laroque (2012, p. 68) “era um sujeito que se preocupava com o bem-estar das pessoas que se vinculavam à sua rede de sociabilidade e com o equilíbrio de forças entre humanos e não humanos no mundo visível e invisível”. O xamã não se ocupava apenas com a cura, mas também dos banhos com ervas e preparações para os rituais. Ele

ocupava a posição de mediador entre os espíritos e o resto do povo. Com efeito, enquanto intermediários entre o sobrenatural e cotidiano, os xamãs desempenhavam diversas funções essenciais, tais como o curandeirismo, a interpretação de sonhos e a proteção da sociedade local contra ameaças externas, entre eles espíritos malévolos. (VIETTA, 2007, p. 25).

Entravam em “êxtase através da música e em raros casos da dança” para ajudar os outros indígenas integrantes da sua cultura (ALMEIDA, 1998, p. 32). Essas práticas, também, eram formas de expressão de agradecimento ao plano espiritual. Essas ações conferiram aos indígenas o título de místicos, ou seja, uma prática que transcendia ao plano da matéria, tocando o campo da abstração ou metafísica, que se resumem nas crenças, e valores energéticos manipulados com a mente, transmitidos de gerações em gerações.

Com a espiritualidade elevada do xamã, era possível prever o futuro. É notório que essas crenças espirituais, ao longo dos séculos, deram sustentação à sobrevivência dos Kaingang, ao desejo de continuarem vivos e sobreviverem às atrocidades da colonização. Toda a resistência indígena ao processo de civilização se vincula às crenças culturais somadas à espiritualidade intrínseca dos ameríndios, visto que os relatórios constantemente davam ênfase a esse assunto esotérico.

---

<sup>32</sup>LOURES, F. F. da R. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01- 10, Novembro 2007. Acesso em: 01/02/1865.

O fato de estarem aldeados não significava a sua permanência em tempo integral no aldeamento; com frequência eles “sobiam para as povoações”<sup>33</sup>, aonde iam se encontrar com os indígenas que não estavam aldeados. Essas ações eram designadas pelos não indígenas como “inconstantes e preguiçosas”<sup>34</sup>. Todavia, os ameríndios tinham uma forma diferenciada de estabelecer as suas relações sociais.

Para os ameríndios, o espaço não estava demarcado por fronteiras físicas. A concepção de território para os Kaingang era distinta à dos não indígenas e, mesmo havendo objeções impostas pelo aldeamento, eles subvertiam as regras, permitindo-se os deslocamentos até os outros lugares para compartilhar a vida com sujeitos pertencentes à sua cultura.

É evidente que na cultura Kaingang havia uma inter-relação entre os sujeitos. Devemos destacar que os indígenas não se reuniam somente para fazer guerras; seus encontros também eram por motivos festivos, religiosos, conduzidos por seus líderes. Fundamentados em suas tradições, esses encontros causavam desconforto e uma não aceitação pelos colonizadores.

Orientados, há séculos, por seus princípios culturais, as resistências, foram óbvias às imposições dos não indígenas aos ameríndios, que resultaram nas práticas subversivas à civilização e representavam também a manutenção da sua cultura. Eram nesses contextos que eles praticavam rituais, aprofundavam a sua relação com a natureza e a crença em seu deus Tupé.

Pelo fato de as crenças serem códigos abstratos, metafísicos e intocáveis, estando constituídas em um plano para além da matéria, observa-se que os colonizadores conseguiram atingir, tocar e transformar as riquezas materiais dos indígenas. No entanto, as crenças abstratas permaneceram intocáveis.

O aldeamento, embora fosse uma estratégia para colonizar as terras indígenas, possibilita várias perspectivas de interpretações: ele também se tornou um espaço de refúgio para os ameríndios da própria colonização, “a horda do cacique Pary habitantes no Rio Tibagy sabedores dos acontecimentos da barbarie praticada aos índios do Pirapó, foram se aldear em São Jerônimo da Serra”<sup>35</sup>.

<sup>33</sup>CIMITILLE, F. L. de. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, p. 01-12, Novembro 2007. Acesso em: 01/02/1876.

<sup>34</sup>FRANÇA, F. M. de A. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-04, Novembro 2007. Acesso em: 15/12/1876

<sup>35</sup>LOPES, J. F. Horda Kaingang. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01-08, 2007.

Segundo Steve Stern (1987, p. 20), a ideia de os próprios indígenas se aldearem pode ser entendida como “uma forma de resistência adaptativa”, em que eles buscavam encontrar um espaço para sobreviver à violência praticada no exterior do aldeamento, tornou-se um lugar de possibilidades alimentícias para os indígenas, pois nele eram cultivadas as plantações que acabavam atraindo as suas atenções.

É importante salientar que os indígenas buscavam uma forma de preservar a vida. Podemos afirmar, fundamentados nas fontes, que o aldeamento de São Jerônimo da Serra não foi um mal menor no processo de colonização, mas expressou toda a força, evidenciando o seu objetivo de forma clara e precisa que se tinha com relação aos indígenas.

Portanto, a prática de aldear indígenas não pode ser considerada como mal menor desferido contra eles no processo de colonização. Contudo, os indígenas, de certo modo, utilizavam-no como um trampolim, encontrando nisso uma maneira para sobreviver, pois quando se está no meio de guerra ou conflito se buscará o viés mais favorável para movimentar as peças do jogo a seu favor. Desse modo, naquele momento da partida, na concepção da horda do cacique Pary, a melhor tática do jogo seria se aldear, buscando uma forma de preservar a vida. Mas, o aldeamento se tornou um espaço de, probabilidades, entre elas inserir os africanos livres.

### **2.3-Os africanos no aldeamento**

A escravidão existiu por séculos no Brasil, esteve presente em todos os lugares e marcou a história como uma das violências mais bárbaras praticadas pelo homem. Na província do Paraná, no século XIX, ela não foi menos intensa que em outras províncias do Brasil. As primeiras presenças tiveram início em Paranaguá, disseminando por lugares como Antonia, Morretes, Guaratuba, Curitiba, Lapa, Palmeira, Castro, Gaurapuava, empregada na mineração, no tropeirismo, no cultivo da erva mate, nas fazendas, nas construções das obras públicas, condizentes com o período, inclusive nos aldeamentos, como em São Jerônimo da Serra. Portanto,

A utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração, agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos, e mesmo as funções de administração conforme numerosas fontes documentais existentes (WESTPHALEN, 2003, p. 34).

No aldeamento de São Jerônimo da Serra, os negros também foram inseridos. Embora estivessem classificados na categoria jurídica de africanos livres, não deixaram de ser sujeitos à escravidão.

Tal categoria surgiu após a proibição definitiva do tráfico para o Brasil, em 1850, quando todos “os africanos desembarcados em terras brasileiras seriam considerados livres e recebiam carta de alforria. O Império enviou parte desses africanos para os aldeamentos, os quais “passaram a trabalhar ao lado dos índios”<sup>36</sup>, desenvolvendo as mesmas atividades como aberturas de estradas, plantações de roças, etc.

No aldeamento, estavam os seguintes escravos “João, 44 anos, da nação Moçambique; Procópio, 25 anos, da nação Cabinda; Matheus, 47 anos, da nação Bengalla, Lucas, 52 anos, da nação Moçambique; Gregório, 62 anos, da nação Mina”. Após algum tempo de prestação de serviços no aldeamento, por meio das cartas de alforria enviadas pelo Governo Imperial em 1865, tornaram-se livres, pois os ventos da abolição jurídica já sopravam. Indígenas e escravos africanos foram colocados juntos no aldeamento, como forças motrizes do Império. A escravidão está entre as práticas mais desumanas ocorridas até hoje na história, a qual sustentou a estrutura social política e economicamente do Brasil no século XIX.

Até aqui tratamos sobre os fatos que promoveram a fundação do aldeamento, e que, culminaram na transformação do espaço social do ameríndio como a perda gradual do seu território onde se desenrolavam as suas práticas culturais cotidianas. Os relatórios expressam a resistência indígena à civilização: eles não se concentravam na catequese; seus interesses culturais se traduziam nos deslocamentos do aldeamento para outras povoações; e também no desenvolvimento das práticas culturais dentro do aldeamento, que foram entendidas pelos não indígenas como práticas de feitiços. Para tanto, entendemos que a catequese imposta aos ameríndios não fez com que eles abandonassem os seus costumes e tradições. No próximo capítulo, estudamos se, com a entrada do frei Luiz de Cimitille no aldeamento, a prática da civilização por meio da catequese obteve mais sucesso.

---

<sup>36</sup> ELLIOT, H. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-11, 2007. Acesso em: 15/01/1868.

## CAPÍTULO 3

### METAMORFOSE DO ESPAÇO SOCIAL DOS KAINGANG

#### 3.1-O caminho da civilização pretendida pelo frei Luiz de Cimitille aos Kaingang

Os resultados do aldeamento nos primeiros anos de vida não o conduziram a nenhuma prosperidade. De acordo com os colonizadores, os indígenas permaneceram com “à decidida predileção pela vida errante, ficavam no aldeamento o tempo necessário para comerem o mantimento que não lhes custou trabalho”<sup>37</sup>. Esses eram sinais que os Kaingang continuavam com as suas práticas culturais. No início da década de 1860, “embora houvesse uma pequena produção de cultura de milho, feijão, fumo e arroz, chegou-se a propor a extinção do aldeamento”<sup>38</sup>, conforme sugestão do presidente da Província.

O Governo Imperial com as suas bases políticas mais sólidas, “almejava integrar o índio à vida social e econômica do país, somente um índio civilizado poderia ser inserido no trabalho e contribuir com o progresso da nação” (KARBURG, 2015, p. 52). O progresso econômico se tornou um combustível para o desenvolvimento das atividades de civilização dos índios no aldeamento.

Este representou uma tentativa superficial de impor o progresso econômico, uma vez que foram produzidos alguns produtos na década de 1870, entre eles, o café, que era um dos gêneros da economia do Império. Ele era o principal produto dos latifúndios demarcados nas terras indígenas com a força da mão de obra escrava.

A guerra de conquista não respeitou a vida, a cultura e o modo de organização indígena e operou transformações no espaço social dos ameríndios, o qual se tornou um processo gradativo, resultando na perda do território Kaingang intencionada pela colonização onde

---

<sup>37</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-13, 2007. Acesso em: 21/01/1878.

<sup>38</sup>NOGUEIRA, A. B. G. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-14, 2007. Acesso em: 01/02/1862.

estavam “organizadas as suas estruturas simbólicas complexas” (TOMMASINO, 2011, p. 11). Os indígenas tinham seu modo peculiar de vida representado pela organização social, como a hierarquia estabelecida nas hordas indígenas, lideradas pelos Caciques e sub-caciques que organizavam o clã, ou seja, a horda.

Na segunda metade do século XIX, quando o Império já havia centralizado a sua base política, as discussões focavam o progresso da nação baseando-se no modelo europeu pautado no trabalho. Inspirado nessa concepção, o Império desejava transformar o ameríndio em trabalhador por meio da civilização praticada pela catequese,

a partir da segunda metade do século XIX o Governo do Império estimulou através de leis e acordos diplomáticos, a implantação da missão católica entre os índios. Os acenos do Governo dirigiam-se especialmente aos frades da Ordem menor dos Capuchinhos, aquele que mais colocava missionários à disposição da Propaganda Fide. Três decretos promulgados entre os anos de 1843 e 1845 criaram a base jurídica da atividade missionária dos Capuchinhos. Por tais decretos, o setor italiano da Ordem ficava encarregado da montagem de aldeamentos por todo o Brasil. Os frades recebiam do governo do Império as passagens transatlânticas e as diárias para a sua manutenção em campo, passando a dever obrigações diretas ao Governo do Brasil (AMOROSO, 1998, p. 29).

A igreja católica, no século XIX, era imbricada ao Império. A separação entre as duas instituições ocorreu oficialmente com a transição política do Império para a República. Embora no século XIX, Igreja e Estado estabelecessem conexões, o Império tinha domínio sobre os religiosos que praticavam a catequese nos aldeamentos. Uma vez que era o Estado que patrocinava a vinda dos freis ao Brasil e os distribuía aos aldeamentos. Ao contrário dos Jesuítas do Brasil Colônia que tinham autonomia para gerenciar a prática de catequese.

Essa função, na metade da década de 1860 no aldeamento de São Jerônimo da Serra ficou a cargo do frei Luiz de Cimitille. Ao chegar à província do Paraná, o frei<sup>39</sup> Luiz de

---

<sup>39</sup>A ordem dos frades menores capuchinhos (O.F.M. Cap.) teve origem no século XVI, na Itália, fundada por Mateus de Bascio. Ela surgiu por iniciativa de integrantes da ordem franciscana, na verdade, uma dissidência que procurou retomar a espiritualidade original de Francisco de Assis e seus primeiros companheiros quando formavam um pequeno grupo de irmãos leigos que obtiveram permissão do papa Inocêncio III para viver como eremitas, peregrinos, e mendigar seu sustento nas cidades do norte italiano do século XIII (Le Goff, 2010; Frugoni, 2011). Três séculos depois, ao buscar no ramo espiritual dos primeiros franciscanos diretrizes de comportamento, os capuchinhos deram ênfase à pobreza evangélica, à oração, à solidão e ao silêncio. No século XIX, os capuchinhos se tornaram uma das ordens religiosas à Sagrada Congregação da Propaganda Fide, órgão do Vaticano especialmente voltado para o treinamento de missionários que os preparava para atuar como catequistas em diversos países do mundo, em todos os continentes. Inspirados no Santo fundador Francisco que alternava “ação urbana e retiro eremítico, e o apostolado no meio dos homens com a regeneração na e pela solidão” (LE GOFF, 2010:37) – e a serviço da Santa Fé, os capuchinhos chegaram ao Brasil imbuídos de verdadeiro espírito missionário e voltados para a “reconquista das almas perdidas no Mundo” (KARSBURG, 2015, p. 52).

Cimitille foi informado pelo frei Timoteo no dia 14 de janeiro de 1866 por meio de um ofício, que deveria desenvolver a prática da civilização dos,

índios Kamé ou Coroados que habitam as florestas da Província do Norte do Paraná no aldeamento de São Jerônimo da Serra, auxiliando a obra povoadora, trabalhos eficientemente, evangelizando hordas índias, particularmente de Kaingang, dominadores por essa época das selvas do interior paranaense<sup>40</sup>.

O frei com a sua superioridade julgava ter inteligência esclarecida em relação aos indígenas, para civilizá-los e catequizá-los, abordou que se “algumas pessoas talvez pensem que é pura perda de tempo coligir o tempo em civilizar os índios e podendo vantajosamente empregá-lo com horas mais benéficas, pensam erradamente”<sup>41</sup>.

O frei pensava dessa forma porque era membro de uma ordem religiosa, na qual havia desenvolvido a ideologia cristã, considerada por ele como legítima. Sendo assim, acreditava que os povos que não compartilhassem desses preceitos precisavam adquiri-los. Por isso, o frei considerava “valorosa a prática de catequização e movido por uma forte motivação, assumiu suas funções em São Jerônimo da Serra no dia 10 de janeiro de 1868”<sup>42</sup>.

Legítimo é o que se concebe por uma verdade absoluta com relação à moral, ética, valores, leis, princípios culturais, ou seja, os dogmas inquestionáveis do ponto de vista do observador. Portanto, as práticas civilizatórias direcionadas aos indígenas eram consideradas legítimas pelos ocidentais, ou seja, pelo Império e pelos freis. Entretanto, os ameríndios tinham seus próprios valores culturais, a verdade para eles se processava de outra forma, isto é, estruturada de acordo com a sua cultura.

Naquele contexto, ainda estava como diretor Joaquim Francisco Lopez que, devido às desavenças com o frei relacionadas às políticas do aldeamento, deixou o cargo e o frei Luiz de Cimitille também passou a exercer a função de administrador, reivindicando para o aldeamento, assim como previsto no “Artigo das Instruções de 25 de Abril de 1864, treze assalariados”<sup>43</sup> para o desenvolvimento das atividades.

---

<sup>40</sup>FLEURY, A. A. de P. Aldeamento São Jerônimo da Serra. Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-12, 2007. Acesso em: 03/12/1866.

<sup>41</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 01, n. 01, p. 01- 41, 2006. Acesso em: 01/02/1888.

<sup>42</sup>FLEURY, A. A. de P. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-04, 2007. Acesso em: 30/11/1866.

<sup>43</sup>FLEURY, A. A. de P. Artigo das Instruções. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-08, 2007. Acesso em: 20/02/1865.



Com base nesse Artigo, já haviam sido enviados em momentos anteriores para o aldeamento “um pedreiro e um carpinteiro”<sup>44</sup>. Estes trabalhadores construíram algumas habitações no decorrer do funcionamento do aldeamento como, “a sala da escola, uma pequena igreja, duas oficinas de ferreiro, um engenho de açúcar e um alambique”<sup>45</sup>. Essas edificações tinham o intuito de fixarmos indígenas no espaço, ou seja, torná-los sedentários para civilizá-los, com a finalidade de transformá-los em trabalhadores.

As reclamações dos colonizadores em relação aos indígenas eram constantes a ponto de se sugerir por algumas pessoas da Província que a “catequese fôsse exercida não somente sobre indivíduos aldeados, mas também sobre as hordas errantes e guerreiros ou Coroados”<sup>46</sup>, que estavam fora do aldeamento. A prática de civilização na concepção de alguns colonizadores diminuiria a agressividade dos Kaingang e, em suas percepções, deveria ser destinada aos indígenas não aldeados, uma vez que a resistência dos ameríndios era sentida pelos colonizadores retratados pelos ataques (dos ameríndios) aos poucos não indígenas que habitavam a região.

No aldeamento, foram inseridos colonos que desenvolviam atividades, como o cultivo das plantações de roças “no sertão fecundo do Tibagi como, na cultura de fumo, cana de açúcar, milho, feijão, arroz e mandioca”. Após alguns anos de trabalhos, os assalariados reivindicavam para si, um lote de terras localizadas ao redor do aldeamento de São Jerônimo da Serra.

Esses assalariados, além de desenvolverem as atividades mencionadas, foram inseridos no aldeamento pelo Governo Imperial com a intenção de promover a miscigenação e o branqueamento dos indígenas. Essa concepção havia sido discutida no “Instituto Histórico Geográfico Brasileiro também por Januário da Cunha Barbosa que havia abordado que o contato dos índios com os colonos contribuiria para branqueá-los” (DOMINGOS, 2009, p. 45).

O Império, para além de construir uma nação pautada nos princípios de civilização e progresso, desejava que a sua população fosse branca. Desse modo, a partir do século XIX, o Governo Imperial desenvolveu o processo de imigração, por meio do qual, as populações europeias foram inseridas em diversos lugares nas terras indígenas, entre eles, no aldeamento.

---

<sup>44</sup>FLERURY, A. A. de P. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01- 09, 2007. Acesso em: 19/03/1865.

<sup>45</sup>LEÃO, A. E. de. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01- 05, 2007. Acesso em: 30/07/1870.

<sup>46</sup>CIMITILLE, F. L. Catequese. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-11, 2007. Acesso em: 20/07/1879.

Januário da Cunha Barbosa propôs que, “o meio mais eficaz de civilizar os índios seria também através da educação dos filhos indígenas segundo os princípios da educação branca” (GUIMARÃES, 1988, p. 20). Naquele contexto, poucas pessoas eram alfabetizadas, e o nível de educação estava estruturado de acordo com as classes sociais.

A educação transmitida aos jovens da elite tinha um nível mais elevado e os preparava para assumirem, posteriormente, os altos cargos administrativos da época. Desse modo, a elite continuava se reproduzindo. Os filhos da elite da Província do Paraná estudavam nas poucas escolas particulares destinadas a esse público e frequentavam os cursos superiores em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou em Universidades europeias.

A educação era uma forma de distinção social para a elite. Era um mecanismo de “aperfeiçoamento humano” que não atingiu todas as classes sociais da mesma forma na sociedade ocidental. Locke e Voltaire, por exemplo,

defenderam modalidades de educação que fizessem jus ao “espírito da posição” dos pobres, forjando propostas de educação atreladas necessariamente ao trabalho, considerando elemento de contenção dos instintos e paixões humanas. A “educação plena” do indivíduo era estritamente limitada a alguns segmentos sociais, cabendo aos pobres apenas o acesso aos conteúdos básicos exigidos para a sua inserção nas modalidades de trabalho (SILVA, 2015, p. 18).

A educação erudita foi destinada à elite, aos ameríndios era oferecida uma educação com traços rudimentares: alfabetização das primeiras letras, com o intuito de torná-los aptos para produzirem mercadorias contribuindo com o desenvolvimento econômico do Império.

Os princípios da “instrução elementar agregavam noções de leitura, escrita e cálculo aos conteúdos de moral e religião, acrescentando assim os aspectos educativos à instrução básica, antes simplificada no ensino das primeiras letras” (SILVA, 2015, p. 9). Essa ideia foi discutida por “Januário da Cunha Barbosa no IHGB, que o meio mais eficaz de civilizar os índios seria também através da educação dos filhos indígenas segundo os princípios da educação branca” (GUIMARÃES, 1988, p. 20).

Nesse sentido, foi contratada para o aldeamento de São Jerônimo da Serra, uma professora de primeiras letras chamada “Maria Camargo, incumbida de alfabetizar os filhos dos indígenas. A tentativa a alfabetização ocorria em uma sala rudimentar no chão bruto construída no aldeamento”<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup>CIMITILLE, F. L. Alfabetização. *Catálogo dos Objetos do Museu Paranaense Remetidos a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 01, n. 01, p. 01-35, 2006. Acesso em: 30/08/1869.

De acordo com os relatórios que foram emitidos do aldeamento para a província, após um período de estudos aplicados às crianças indígenas, os resultados não foram os desejados. Dentre as crianças que foram submetidas à alfabetização no aldeamento, somente “quatro foram aprovadas pela professora”<sup>48</sup>. Para os resultados negativos da alfabetização<sup>49</sup> podemos atribuir a falta de interesse dos indígenas em assimilarem os preceitos dos não indígenas.

Por um viés antropológico, Marta Amoroso (1998, p. 20) apontou que, no aldeamento de São Pedro de Alcântara, que ficava próximo de São Jerônimo, “a escola nunca chegou a mobilizar o interesse da maioria dos índios – pois temos a notícia “de um único Kaingang alfabetizado (Leônidas Boudin)”. Desse modo, a frequência da população indígena aldeada na escola foi insignificante.

A educação é um elemento cultural, transmitida por cada povo aos seus descendentes com uma metodologia diferenciada e condizente com as suas práticas sociais. Os Kaingang transmitiam conhecimento aos seus filhos por meio da oralidade (CLAUDINO, 2013, p. 67) “que era uma prática milenar própria, adquirida desde os tempos imemoriais”, em que os integrantes da horda ameríndia se sentavam para ouvir o cacique falar sobre os saberes da cultura indígena (CLAUDINO, 2013, p. 67).

A sociedade Kaingang, no século XIX, não tinha escola; entretanto, o saber era acessível a todos e ensinada por todos. Não existia uma setorização de conhecimentos como ocorria na organização ocidental. Na sociedade Kaingang, a criança que “ia junto com a sua mãe buscar taquara para confecção do artesanato, estava absorvendo um conhecimento como se fosse transmitido em sala de aula. Ela também ia pescar com seu pai e desse modo estava dialogando sobre os saberes que a natureza lhe oferecia” (CLAUDINO, 2013, p. 50).

Segundo Claudino (2013) as tradições e os costumes dos Kaingang do passado são semelhantes aos do contexto atual, por isso é factível abordar e estudar a metodologia da

---

<sup>48</sup>CIMITILLE, F. L. Catequese. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-17, 2007. Acesso em: 21/10/1879.

<sup>49</sup>A Instrução Pública foi uma das preocupações constante dos governantes e das elites locais. Desde a primeira gestão governamental esse era um desafio a ser enfrentado, pois o desenvolvimento da Educação influenciaria a prosperidade da Província. Também, no Paraná o ensino primário vinha a atender à questão do “abrasileiramento” dos imigrantes estrangeiros que se estabeleciam na Província, com sua língua, seus hábitos, costumes e valores. Os governantes e as elites dominantes sempre viam isso como uma ameaça à sua hegemonia. Nos relatórios, vimos que é constantemente mencionada a importância do desenvolvimento da Educação. O ensino era dividido em: instrução primária, secundária e escola normal, considerada necessária para suprir a falta de professores da época. As escolas públicas eram frequentadas pelas crianças das camadas pobres, e as escolas particulares eram em geral para os filhos das famílias mais providas economicamente, as quais se estabeleceram nos centros urbanos mais populosos. Os estudos superiores eram cursados em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, ou em faculdades europeias pelos jovens da elite dominante, que tinham recursos financeiros para isso. O ensino era baseado no princípio da moralidade e dos costumes da época, com a preocupação de manter o ordenamento social, que visava a obediência à autoridade, cujo centro era a Corte, devendo a periferia ser moldada segundo seus interesses.

educação Kaingang estabelecida no século XIX. Os indígenas não eram desprovidos de uma orientação educacional, a diferença é que eles possuíam uma cultura transmitida pela oralidade e foi passada de forma distinta aos seus filhos.

Diante dessa ideia, a transmissão de saberes era feita no intercâmbio do dia a dia, permeada pelos contatos pessoais. Conforme Basile Becker (1992, p. 78-79) “era sempre possível aprender algo novo em qualquer tipo de relação social, isto fazia de qualquer indivíduo um agente de educação tribal, mantendo vivo o princípio de que todos educavam a todos”.

Impregnados da ideologia de civilizados, os não indígenas não respeitaram as tradições ameríndias, atropelaram as crenças e a metodologia educacional dos Kaingang, cujos saberes ficaram à margem da sociedade. Hoje, por meio da academia, com as poucas vozes indígenas que ressoam no mundo intelectual, está sendo possível tornar conhecidos os seus valores para os poucos que se interessam, em conhecer os costumes, crenças e as tradições dos ameríndios.

Os indígenas tinham seu próprio sistema de educação que não era fragmentada, dividida por um especialista. Em sua concepção de ensino, todos educam a todos, ocorrendo na prática do cotidiano, isto é, os filhos dos indígenas aprendiam com o desenvolvimento das atividades praticadas pelos adultos Kaingang. Segundo Claudino,

escrever e ler para o povo Kaingang nunca foi uma virtude maior do que andar, pescar, nadar, correr e subir em árvores. Por exemplo, para nós a fala de um velho Kaingang tem mais valor do que a escuta de um livro, porque este representa em seu discurso a existência de um saber que sobreviveu ao etnocídio ocidental que começou a acontecer na invasão dos territórios indígenas em 1500 (CLAUDINO, 2013, p. 28).

Para Claudino (2003, p. 51), “quando conversam com as crianças e com os jovens no dia-a-dia, transmitiam os saberes e os conhecimentos que constituem processos de aprendizagem. Não era preciso ir para a escola para absorver esse conhecimento”, o saber ancestral nos conduz para aprendizagem fundamentada na escuta. Esse mestre é um defensor dos conhecimentos ancestrais.

Nessa sociedade sobressaem três aspectos principais que conformam uma unidade educativa: a economia da reciprocidade; a casa, como espaço educativo, junto à família e à rede de parentesco; a religião, ou seja, a concentração simbólica de todo o sistema, expressada nos rituais e nos mitos.

O frei, no início, proferia elogios aos Kaingang, relatando que os indígenas que chegaram nesse aldeamento do “setentrião paranaense realizaram grandes plantações de cana

de açúcar, de cujos produtos tiveram recursos para compra de algumas vestimentas e ferramentas”<sup>50</sup>.

É imprescindível observar que os resultados foram mais satisfatórios com relação às plantações, porque os indígenas desenvolviam essas práticas culturais antes da entrada do não indígena como, as roças de milho e feijão. Em outra perspectiva, como foi abordado no primeiro capítulo, eles viam o aldeamento como uma possibilidade de conseguir comida, pois a diversidade dos alimentos no aldeamento os atraía, possivelmente despertando interesse em produzi-los. Desse modo, podemos interpretar que o aldeamento, em certos momentos, era usado como forma de sobrevivência pelos indígenas.

Foi pelo fato de indígenas se interessarem pelos alimentos, que os não indígenas conseguiram obter resultados com as plantações, levando o frei a pensar que o aldeamento estava produzindo resultados satisfatórios. O frei relatou que em 1869 foram plantados,

12 alqueires de milhos, 2 alqueires de feijão, 2 alqueires de mandiocas, 4 alqueires de cana de açúcar, 1 alqueire de café. E foram colhidos 120 sacos de milhos, 10 sacos de feijão, 30 feixes de mandiocas, 50 feixes de cana de açúcar e 15 sacos de café. Cujos produtos “não tiraram recursos para compra de vestimentas e para a alimentação do aldeamento”<sup>51</sup>.

Passados alguns anos da estada no aldeamento, a motivação do frei em civilizar os indígenas gradativamente sucumbiu, devido à resistência em assimilar os preceitos da cultura ocidental levando o frei Luiz de Cimitille (1882) a afirmar que os Kaingang,

continuariam sempre amadores extremos da caça e da pesca, atividade para as quais manifestavam uma irresistível propensão natural e ainda o número de índios aldeados era insignificante em relação aos anos decorridos do aldeamento e à despeza que a manutenção deste tem custado ao País<sup>52</sup>.

Após alguns anos de prática da civilização, os ameríndios não haviam aderido aos preceitos ocidentais como os de se tornarem sedentários, adquirirem comportamentos considerados civilizados e assimilarem os valores e as crenças religiosas e, por isso, o frei afirmou que os indígenas não se civilizariam. Nessa perspectiva, Marta Amoroso (1998, p. 20)

---

<sup>50</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Anthropológica do Rio de Janeiro*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. n.01, p. 01-35, 2006. Acesso em: 02/03/1880.

<sup>51</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1853-1870*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 03, n. 01, p. 01-15, 2007. Acesso em: 30/01/1869.

<sup>52</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Anthropológica do Rio de Janeiro*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. n. 01, p. 01-12, 2007. Acesso em: 21/04/1880.

concluiu que, do ponto de vista da civilização, “os aldeamentos indígenas do Império eram instituições falidas”.

Os princípios culturais podem ser entendidos como crenças que se estabelecem em uma dimensão abstrata no campo das mentalidades<sup>53</sup>. Por conseguinte, podemos afirmar que a civilização se tornou uma estratégia fracassada do não indígena no processo de colonização. Portanto, nesse quesito, ela não transformou o espaço social cultural dos Kaingang.

### **3.2-Cultura em outra perspectiva**

As sociedades estão permeadas pelas mais distintas culturas que foram engendradas ao longo das temporalidades, processo resultante de dominações e subjugamentos, em que a história dos povos considerados como inferiores para os ocidentais ficou submersa por um extenso período. Isso começou a emergir a partir de meados do século XX, quando alguns “paradigmas entraram em crise e revolucionaram o campo da História” (PESAVENTO, 2005, p. 45).

A crença no progresso é uma história unilateral que ruiu com os acontecimentos sanguinários do século XX matando milhões de pessoas. Até pouco tempo, a história estava sob domínio dos vencedores sendo retratada em uma perspectiva política e econômica.

As peripécias desses fatos possibilitaram o alargamento de estudos do campo historiográfico, onde novas fontes, objetos e perspectivas propiciaram abordagens das mais distintas culturas e povos que antes foram excluídos da sociedade pela elite.

Segundo Pesavento (2005, p. 34), “a História Cultural possibilita pensar o mundo sob um novo olhar, buscando as construções sociais sobre o mundo elaborado pelos homens em todas as épocas”, desconcertado de uma perspectiva única, possibilitando reinterpretar as múltiplas histórias, retratando a existência de vários costumes, hábitos, tradições, desejos e sonhos.

A cultura é um viés significativo para explicar as ações e as atitudes dos agentes históricos, é dentro dela que se fabricam os elementos e as crenças. Os seres humanos não nasceram prontos com crenças lapidadas em políticas, economias, religiões, etc.

---

<sup>53</sup>As mentalidades foram estudadas por Michel Vovelle (1987), Jacques Le Goff (1988), Philippe Ariès (1990), entre outros.

O que os povos têm em comum, é que pertencem à mesma raça porque saíram do mesmo lugar do Continente Africano, povoando os distintos lugares do planeta, em diversas temporalidades, cada grupo construiu a sua própria história com, os seus padrões, regras, valores, hábitos, costumes, os quais são transmitidos de gerações em gerações também de formas arbitrárias.

A partir das crenças nos seus preceitos culturais adquiridos no âmago da sua cultura, um sujeito interpreta o outro e essa percepção pode ser de valorização, como também de preconceitos, estereótipos, estigmas aos sujeitos imersos em outras culturas, pois não as reconhece como legítimas, considera-as como inferiores.

Quando lançamos um olhar na história entendemos que a vida humana se fez das distintas experiências culturais, que foram construídas pelas diversas regiões sociais ao longo dos tempos históricos. Desse modo, não devemos entender a cultura por uma sequência lógica ou pré-estabelecida por um determinado grupo social, aos quais todos os outros povos devem seguir.

A história deve ser um espaço de transformação social, cultural e historiográfica para mostrar a importância de todas as experiências históricas culturais engendradas ao longo dos tempos, ainda que sejam moldadas pela violência. Visto que, é um

relevo formado pelas distintas culturas históricas, construídas pelos distintos grupos sociais e através das múltiplas ações humanas, reações, conflitos, pejejas e sonhos humanos, em que muitas histórias foram excluídas no passado, entretanto mesmo assim se sedimentaram e se acumularam em seu leito (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 87).

Por isso, a história deve ser um discurso que evidencie as várias perspectivas sociais e culturais, que apresente todos como iguais, porque são formados da mesma substância: a humana, apesar de estarmos divididos em vários grupos e etnias. Esses requisitos humanos não devem construir fronteiras, mas nos enriquecer, porque somos múltiplos.

Esses aspectos não prescindem superioridade a determinado povo. Mas revelam as diferenças sociais evidenciando que todas as mulheres e todos os homens são criativos, uma vez que em cada contexto histórico, os mais distintos grupos humanos conseguiram organizar a sua vida dentro de sua peculiaridade, mostrando a sua capacidade intelectual, que os difere dos animais.

Visto que, serve para “instilar impugnação nas palavras de construção da história em perspectiva única e deve desconstruir seus monumentos a marteladas”, para evidenciar as histórias de todos os povos que não se reduziram a uma cultura que durante séculos e, em vários

contextos, compreendeu o mundo pelo pressuposto da civilização (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 89).

No século XX, Franz Boas foi um dos pioneiros em criticar essa visão de superioridade cultural, afirmando que “toda cultura tem uma história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas” (FERRAZ, 2010, p. 13). Assim, Boas usou, já no início do século XX, a História para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade, realizando, pela primeira vez, uma aproximação entre História e Antropologia.

Na perspectiva de Bosi (2005, p. 83) “cultura é o conjunto de práticas, de símbolos e de valores próprios que são transmitidos às novas gerações, e que garantem a manutenção da própria cultura”. Diante dessa definição, ao contrário do que afirmavam os não indígenas no século XIX, todos os sujeitos são seres culturais desvinculados de uma linearidade cultural. Nesse sentido, comparações relacionadas a uma cultura devem ser análogas na história da própria cultura, que possibilite analisar as ressignificações e reinvenções que ocorreram ao longo de sua história da cultura.

Peter Burke um historiador conceituado, autor de várias obras, entre elas, *A Cultura Popular na Idade Moderna* (1989), *O que é História Cultural* (2005), *Variedade de História Cultural* (2000), *A Renascença europeia-centro e periferias* (1998), afirmou que as culturas populares podem ser percebidas em distintos períodos históricos. Portanto, é possível afirmar que todos os seres humanos, nas mais distintas épocas, foram portadoras de uma cultura, ao contrário do que se afirmou no século XIX, que os indígenas não possuíam cultura e nem história.

O frei Luiz de Cimitille se considerando portador de uma cultura “evoluída”, deixou registradas as práticas culturais dos Kaingang na monografia intitulada *Uma Memória sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados* (1881), como forma de expressar a superioridade da sua cultura ocidental. No excerto, a seguir, estão relatadas algumas práticas culturais dos indígenas. Eles,

dormiam próximos uns dos outros com os pés sempre para o lado do fogo e sem distinção de sexo. E antes de adormecerem, cantavam seus versos. Domesticavam animais silvestres como o cão e a galinha. Tiravam a alimentação obtida na floresta, através da caça, da pesca e da coleta e plantavam apenas milho e feijão. E do milho faziam qualidade de pão, o qual colocava na água até apodrecer e depois o socam no pilão e amassam com as mãos e cuspos, fazendo uma roda de bom tamanho para assar em baixo da cinza. Tendo uma predileção pelos adornos e a prática sistemática da depilação do corpo [...]. E a divisão do trabalho, aos homens competia o preparo das armas e a prática da caça e pesca, para as mulheres ficavam os



trabalhos de tecelagem e cerâmica. Quando os homens retornavam as suas cabanas das expedições de caça anunciavam a sua chegada de longe com o toque das buzinas com ruídos dos instrumentos de sopro que usavam os Kaingang, espécies de trombetas feitas algumas vezes de taquara e até os aerofones feitos com chifre de gado vacum, quando podiam obter<sup>54</sup>.

Ao contrário da perspectiva que o frei Luiz de Cimitille analisou os ameríndios, nós abordamos essa forma de organização social dos Kaingang pelo viés da cultura, que permite compreender as práticas dos indígenas evidenciando um modo distinto de composição social. Eles estavam imbuídos em um tempo<sup>55</sup> cultural, social e histórico muito distinto aos dos não indígenas, pautado na liberdade, sem o controle rígido do trabalho oriundo das fábricas e do capital.

O tempo é um elemento que permite compreender uma cultura e suas crenças. O tempo em si não existe, é uma construção humana em forma de categoria para organizar um espaço social, para também marcar um tempo, o de dormir, pescar, plantar, colher, rezar, explorar, etc. Entretanto, cada cultura construiu categorias diferenciadas dele.

Na cultura Kaingang o tempo era marcado pelo movimento da vida Kaingang, como dos rituais, das plantações, do convívio social, das guerras, ou seja, do nascer ao pôr-do-sol. O tempo para os ameríndios não era orientado pelos ponteiros acelerados do relógio como para os ocidentais, que o controlavam e o racionalizavam o tempo.

### 3.3-Cultura e resistência indígena

A ideia de cultura ultrapassa a dimensão material e atinge a mental. Ela também pode ser entendida como uma coleção de elementos que os homens criaram nas suas mentes, nas

---

<sup>54</sup>CIMITILLE, F.L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Antropológica do rio de Janeiro*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 01, n. 01, p. 01- 35, 2006. Acesso em: 11/02/1880.

<sup>55</sup>O tempo e o espaço são organizados de acordo com os princípios culturais de cada povo. Portanto, o modo como os Kaingang contavam o tempo e organizavam o seu espaço social era muito distinto ao estabelecido pelos não indígenas. Dessa forma, podemos comungar da percepção de Helio R Cardoso Jr para entender essas distinções de tempo-espaço para os ameríndios e os colonizadores na perspectiva dos conceitos liso e estriado. Segundo Hélio R Cardoso Jr (2011, p. 19), “o liso pressupõe um tempo-espaço nômade”, sendo caracterizado com o espaço aberto, não fixo. Essa concepção tempo-espaço permite pensar a cultura Kaingang, em que de tempos em tempos uma horda indígena abandonava o lugar da aldeia e se deslocava para outro espaço. Com relação ao tempo para os Kaingang, ele era marcado pelos elementos da natureza, por meio dos ciclos. Entretanto, conforme Hélio R Cardoso Jr (2011, p. 19), “o espaço estriado é o sedentário, como as sociedades regidas pelo espaço imperial”, como o que se construiu no século XIX nas terras indígenas, as quais foram estriadas, fragmentadas e estabelecidas como espaço privado e público definido pelas fronteiras.

quais eles passaram a crer e a agir de acordo com os seus princípios culturais. É a partir dos códigos culturais que um sujeito ou grupo social compreende o mundo, organiza a sua vida e julga as outras regiões sociais.

A cultura também abrange o estudo do campo das mentalidades<sup>56</sup>. É no campo abstrato mental que se estabelece a legitimação nas crenças dos códigos culturais que orientam um sujeito ou grupo como as crenças religiosas, os costumes, as tradições, entre outras práticas culturais que organizam e estruturam a vida social dos indivíduos, em que ninguém consegue ultrapassá-las a não ser o próprio sujeito ou grupo a que pertence. “Mentalidade é uma maneira de ser de um grupo, que se trata de um conjunto de valores compartilhados pelo grupo. Transmite a ideia de permanências mentais e de sentimentos que atravessam épocas” (PESAVENTO, 2005, p. 45).

As crenças nesses preceitos culturais resistem ao tempo, como às imposições de valores culturais inseridos por outras regiões sociais. Para tanto, as transformações das crenças desses códigos culturais se processam de modo lento e gradual estabelecidas por um longo período.

Nessa perspectiva, de um lado estavam os não indígenas com a crença na civilização dos índios que, acreditavam que moldariam os comportamentos selvagens dos ameríndios, tornando-os civilizados. De outro lado, estavam os indígenas com as crenças nos seus códigos culturais, nos quais acreditavam há séculos e, portanto, resistiram à imposição da civilização.

Pelo fato de os preceitos culturais se estabelecerem uma dimensão abstrata, ou seja, no campo mental, os não indígenas não tinham acesso a eles, razão pela qual não conseguiram impor aos Kaingang o seu código da civilização, pois nessa dimensão abstrata dos ameríndios já existiam outros princípios culturais que regiam as suas vidas. Em face disso, esse fato levou o frei Luiz de Cimitille a concluir que, “quem pensa que pode sujeitar o Índio a uma vida sedentária ou civilizada pensa erradamente”<sup>57</sup>.

### **3.4-Os resultados do progresso para o Império**

---

<sup>56</sup>A mentalidade compôs os estudos dos Annales, pois há três ou quatro gerações os historiadores associados à revista Annales vêm fazendo uma série notável de contribuições, para a história das mentalidades, sensibilidades ou “representações coletivas” na época de Marc Bloch e Lucien Febvre; para a história de cultura material (civilisation matérielle), na época de Fernand Braudel; e para a história das mentalidades e da imaginação social, na época de Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Alain Gorbun.

<sup>57</sup>CIMITILLE, F. L. Catequese. Catálogo dos objetos do Museo Paranaense Remetido a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 01, p. 01-35, 2006. Acesso em: 21/02/1888.

Para os ocidentais, o tempo do progresso era um tempo mais avançado concentrando as informações, experiências e ideias com relação aos contextos anteriores. Ora, os avanços tecnológicos são benéficos, em grande medida evidenciam a capacidade e a competência dos homens e mulheres em relação aos animais.

No entanto, os avanços que ocorreram ficaram restritos a um grupo social, assim, eles possuíam os meios para dominar e explorar aos demais. Os aperfeiçoamentos ocorreram em diversas temporalidades, como a descoberta do fogo, da roda, do ferro, do bronze, das ciências, da internet, que produziram resultados benéficos, mas também maléficis. São ferramentas que propiciam a dominação de outros povos ou a manipulação de interesses políticos. Sendo assim, é necessário historicizar o teor do progresso promovido na história, e expor que ele contemplava: a elite.

As terras ao Norte do Paraná, de modo específico, o aldeamento de São Jerônimo, expressaram a dominação, a exploração, a concentração de riquezas, ou seja, a construção da pirâmide social no Império alicerçado pela civilização e pelo progresso.

A ideia de progresso passou a ser criticada no século XX, por alguns intelectuais, de modo que algumas correntes historiográficas reconheceram que em “cada sociedade os conhecimentos e as práticas possuem sentidos e valores próprios, e que esses sentidos e esses valores desaparecem ou se configuram de formas diversas numa época seguinte ou são diferentes numa outra sociedade” (CHAUI, 2008, p. 69).

Desse modo, a ideia da civilização e progresso induziu que todos os povos deveriam caminhar para uma finalidade de evolução até chegar a um estágio civilizado. A historiografia, a partir das últimas décadas do século XX, passou a desconstruir e a desnaturalizar ideias que, em grande medida, foram defendidas pelo Iluminismo no século XVIII, subsidiadas pela crença na razão. Foram questionados até que ponto e para quem esses princípios foram benéficos, pois criaram inúmeros problemas sociais, entre eles, a desigualdade e a degradação do meio ambiente. Sendo assim, o progresso abriu caminho para a extinção do planeta.

Em grande medida, essas ideias foram utilizadas para “legitimar os colonialismos e os imperialismos”, na corrida imperialista entre as nações europeias no século XIX, na busca por mercados consumidores para os seus manufaturados e áreas produtoras de matérias-primas (cobre, borracha, ferro, etc.) para suas indústrias (GOUVÊA, 2008, p. 7). Além disso, buscavam também oportunidades de investimentos para seus capitais e colônias para acomodar parte de seu excedente populacional.

No contexto do século XIX, pensadores formulavam uma teoria chamada mais tarde de darwinismo social, que expôs a superioridade dos europeus e legitimou as práticas de

dominações e explorações. Segundo essa teoria, as raças humanas, assim como as espécies, também passaram por uma seleção natural e só as mais aptas sobreviveram. Na luta pela vida, só as “raças superiores” triunfam, o que torna as guerras inevitáveis.

Os intelectuais daquela época acreditavam em duas ideias equivocadas: a primeira é de que existem raças humanas; e a segunda é que a “raça branca” é superior à “raça negra”, à “raça amarela” e aos mestiços. Assim, as teorias racistas consideradas científicas, justificavam a dominação imperialista na Ásia, África, América e Oceania, pelos ocidentais, que se consideravam os mais evoluídos na história.

Os povos que se auto elegeram como os civilizados, promoveram extermínios de populações autóctones na busca por riquezas e espoliação das terras usurpadas. A busca das nações europeias, no século XIX, por riquezas alheias produziu conflitos étnicos, concentrou a desigualdade social, intensificou a miséria e a fome dos povos desses continentes mencionados.

Esse processo de exploração introduzido pelos portugueses continuou a ser praticado pelo Império do Brasil no século XIX sobre o território Kaingang, nas terras ao Norte do Paraná, com intuito de dominá-lo. A civilização e o progresso transformaram os espaços físicos e sociais. Esse processo atravessou o século XX e continua transformando os espaços sociais de forma ainda mais eficaz nos dias atuais, de modo que o sujeito fica enclausurado pelo sistema. A civilização, com o decorrer dos tempos, aprimorou as suas técnicas de controle e continua a rastrear e a civilizar todos os espaços com eficácia.

As terras deixaram de ser base para o desenvolvimento “das atividades dos indígenas e se converteram em palco para as relações de trocas comerciais, a produção”, a circulação de mercadorias e a fragmentação do seu território com a distribuição de terras para os colonos sob a supervisão do frei Cimitille (DUPAS, 2007, p. 75). Portanto,

onde se tinha por parte do Império o interesse pelo progresso material da Província e conhecendo a povoação da mesma e o sertão do Jatahy ainda inculto, pretendeu-se avançar por aquelas terras, sendo importante desenvolver a agricultura e a indústria que era um futuro esperança para o progresso do Império<sup>58</sup>.

Paulatinamente, o progresso modificou as terras e o espaço social dos ameríndios. Transformou a fauna e a flora, fez sucumbir muitas florestas para fazer nascerem os campos abertos, adentrou os sertões. Pois “o progresso é a produção do espaço lógico da natureza” (MOTA, 2009, p. 24). É a transformação de um lugar, modificação das cores, o verde que antes se entrelaçava pela floresta deu lugar às rasas terras vermelhas, nas quais se estabeleceu

---

<sup>58</sup>ARAÚJO, H. A. de. Colonização. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, v. 04, n. 01, p. 01-11, 2009. Acesso em: 07/08/1879.

marcação e a aceleração do tempo material, geográfico, político e econômico para o bem da civilização que se instituía ao dominar cada palmo do território dos indígenas, à medida que percorria o leve ondular das terras do terceiro planalto. Onde antes o tempo era regido pelos elementos naturais; o relógio passou a controlar as suas ações e modificou o espaço.

No lugar em que antes os indígenas ouviam a sinfonia afinada dos pássaros, agora os colonizadores ouvem o barulho desafinado das máquinas. Onde os Kaingang desenvolviam as suas práticas culturais da caça, dos rituais e crenças, tornou-se um espaço de ostentação para a riqueza de alguns. Onde antes era um espaço de liberdade de todos os Kaingang, agora se tornou um lugar para poucos. Onde antes os ameríndios sentiam a leveza do ar purificado constantemente pelo movimento da natureza, agora os não indígenas sentem os impactos do progresso como a poluição do ar e a elevação da temperatura provocada pela destruição da natureza.

O progresso é a transformação de um espaço geográfico e social marcado pelas características do capitalismo, destituindo a natureza da sua originalidade, rotulando as suas riquezas naturais, transformando a terra de um bem de todos em um espaço fragmentado e em mercadoria, tornando-a um bem de compra e venda.

Na concepção ocidental, as florestas desconhecidas e cheias de perigos que amedrontavam os imaginários dos colonizadores eram um espaço onde reinava a liberdade para os Kaingang, as quais se “transformaram em terras roxas, prontas para fornecerem colheitas dadas de frutos destinados” à sustentação do progresso (MOTA, 2009, p. 21). Onde antes a natureza oferecia aos indígenas as suas riquezas, agora o progresso ofereceu a mecanização.

Na perspectiva ocidental, o progresso, transformou um espaço vazio em um lugar ocupado e produtivo. Para muitos, ele pode ser entendido como o domínio da natureza pelo homem, da qual subtraiu elementos para desenvolver a tecnologia, ciência modificando a paisagem geográfica do planeta. Entretanto, o progresso que dominou a natureza provocou a sua destruição, causando inúmeros prejuízos naturais e sociais, concentrando riqueza, provocando fome, miséria e doença. Esses resultados evidenciam que o progresso não esteve disponível para todos. Obviamente, ficaram à margem desse processo, os indígenas, os negros e os pobres em geral.

O Norte do Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, passou a ser o espaço da produção de mercadorias, da acumulação de riquezas. Nesse movimento de ocupação, o Império transformou o lugar social dos Kaingang e construiu o Império na aceleração gradual do tempo.

No contexto da década de 1870, a ideia de progresso estava latente e havia atingido várias dimensões sociais. Embora as terras indígenas no Norte do Paraná fossem frequentadas esporadicamente em vários períodos por aventureiros, viajantes e pelos Jesuítas quando da formação do Guairá em parte do território do atual Estado do Paraná, a sociedade Kaingang, até a primeira metade do século XIX, ainda dispunha de liberdade no seu território. Desse local, obtinham os meios de vida, onde desenvolviam “atividades de caça, pesca, coleta, cultivo e se orientavam por um calendário natural sobre o qual se articularam todas as tarefas econômicas e socioculturais” (TOMMASINO, 2000, p. 12).

A partir desse contexto, o espaço social dos ameríndios ganhou configurações e a velocidade da transformação social foi intensificada. Essas transições são observadas a partir do aldeamento de São Jerônimo da Serra, em que podemos estudar as transformações sociais ocorridas no território dos Kaingang, como a redução do seu espaço social, com o contato com os ocidentais, que, gradativamente, cerceou a liberdade.

O aldeamento, durante o seu período de funcionamento, apresentou distintas características: nos primeiros anos de sua existência, os produtos produzidos pelos ameríndios eram de subsistência. Em meados da década de 1860, o frei Cimitille, motivado pela ideia de civilizar os índios, entrou no aldeamento. Na década de 1870, apresentou outras características, havia em torno de 300 indígenas, que passaram a conviver com os colonos.

### **3.5- A representação do progresso nas terras indígenas**

Até 1785, período em que o Brasil era Colônia de Portugal eram proibidas as instalações de manufaturas. A Colônia era um elemento de exploração de Portugal, o qual não tinha a intenção de desenvolvê-la, mas sim extorquir as riquezas. A Indústria brasileira remonta sua origem nas oficinas artesanais datadas do início do século XIX. A maior parte dos “estabelecimentos industriais surgiu no Sudeste brasileiro (principalmente na província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e mais tarde, São Paulo). Entre os anos de 1808 e 1840, foram registrados 77 estabelecimentos que receberam a classificação de fábricas ou manufaturas” (BARBOSA, 2003, p. 33).

Contudo, a maior parte dos estabelecimentos, na realidade, encaixaram-se na categoria de “oficinas artesanais” e estavam voltados para os ramos de sabão, velas de sebo, fiação e

tecelagem, alimentos, fundição de ferro e metais, lã e seda<sup>59</sup>, dentre outros. Utilizavam como “mão de obra pessoas livre e escravos e as indústrias eram todas de pequeno porte” (BARBOSA, 2003, p. 50).

Modelo similar a uma pequena fábrica foi instalado na década de 1870 no aldeamento de São Jerônimo da Serra, estimulando nos indígenas “o progresso nacional da Indústria, que passaram a produzir alguns produtos como: fibras d’ortigas grande, chapéu de palha e de algumas toscas de utensílios de barros”<sup>60</sup>. Foi instalado também um “engenho de moer cana de açúcar com cilindros de ferro movido por água para produzir aguardente”<sup>61</sup>, que eram comercializados pelos tropeiros que passavam pela região.

O progresso brotou no sertão, ganhando forças sobre as terras indígenas; paulatinamente, dominou-as e transformou o cenário e o cotidiano, sequestrando a liberdade dos ameríndios,

sabendo quanto o Império se interessa pelo progresso material da Província do Paraná e conhecendo que o sertão do Jatahy achava-se inculto, era importante que se desenvolvesse a agricultura e a indústria que lhe trouxesse um futuro esperançoso, povoando essas terras desabitadas”<sup>62</sup>.

Aos poucos, o progresso transformou as relações sociais. Alguns indígenas não se esqueceram das suas essências, mas de certa forma foram compulsoriamente obrigados a produzirem mercadorias. Seu território jamais seria o mesmo, e sua relação com a terra foi transformando o tempo da caça e da pesca e o vagar na mata em um espaço e tempo restritos e limitados.

---

<sup>59</sup>Na corte no Rio de Janeiro foram fundados 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 33 companhias de seguro, 8 estradas de ferro. Criaram-se, ainda, empresas de mineração, transporte urbano, gás, etc. Esse processo proporcionou, através dos anos, que províncias como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se tornassem polos de atração para que os colonos que, espremidos pelo latifúndio, se deslocassem para a cidade à procura de uma vida melhor, mais confortável financeiramente. A província do Rio de Janeiro, por exemplo, era uma cidade heterogênea, com mansões e palacetes do lado de bairros miseráveis. Na rua do Ouvidor, podia-se encontrar as últimas novidades de Paris, mas a febre amarela e a varíola periodicamente dizimavam a população pobre. Uma aristocracia culta e exigente povoava os salões e os espetáculos de ópera, enquanto o desemprego empurrava milhares de pessoas para uma vida incerta de pequenos trabalhos avulsos. Nos palacetes, falava-se francês nas noites de gala, enquanto não longe dali, nos cortiços a fome e a miséria assolavam a população.

<sup>60</sup>ARAÚJO, H. A. de. Produção de produtos no aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, 01-10, 2009. Acesso em: 02/02/1875.

<sup>61</sup>ARAÚJO, H. A. de. Engenho de açúcar no aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01—7, 2009. Acesso em: 01/05/1875.

<sup>62</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-10, 2009. Acesso em: 02/03/1875.

Com relação à economia, em meados do século XIX, o Império compreendia características agrárias, carente de capitais, predominando o investimento nas exportações de café, algodão, couros e peles. Eram importados tecidos, vinhos, sabões, comestíveis, perfumarias, dentre outros produtos para manter a balança superavitária. A cana-de-açúcar era plantada pelos indígenas no aldeamento e beneficiada no pequeno engenho que os não indígenas haviam instalado. Parte da cana era transformada em aguardente e açúcar.

A cana-de-açúcar, na década de 1870, era um dos principais produtos produzidos no aldeamento pelos indígenas e comercializado com os tropeiros que a vendiam com as outras mercadorias nos lugares próximos. Segundo Marta Amoroso, os Kaingang,

cultivavam extensas plantações de cana-de-açúcar, plantações que surgiram por várias partes da província, inclusive, no aldeamento de São Jerônimo da Serra. A destilaria funcionava na década de 1870 e os derivados de cana-de-açúcar constituíram o principal produto de comércio do aldeamento (1998, p. 63).

Segundo Marcante (2008, p. 48), “os grupos aldeados como os de São Jerônimo da Serra, eram remunerados com brindes como ferramentas, miçangas e roupas”. O principal produto exportado pelo Império era produzido nos latifúndios sustentados pela mão de obra escrava, que também foi produzido no aldeamento “contabilizando entre 25 a 30 mil pés de café”<sup>6364</sup>.

O café foi um produto que contribuiu com o Império para o avanço nos sertões e nas terras indígenas. A inauguração do ciclo da cafeicultura trouxe ao Brasil um novo produto para exportação, mas não modificou a estrutura de suas propriedades rurais, formadas basicamente por grandes latifundiários e monocultura com o objetivo do mercado externo e desenvolvida com o trabalho escravo (SCORTEGAGNA, 2005, p. 163).

O progresso transformou o território Kaingang, no Norte do Paraná, e o seu espaço social, pois as terras indígenas deixaram de ser base para o desenvolvimento “das atividades dos indígenas e se converteram em palco para as relações de trocas comerciais e a produção e comercialização de mercadorias” (DUPAS, 2007, p. 80). O aldeamento de São Jerônimo da

---

<sup>63</sup>O café foi introduzido no Brasil em 1727 pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que trouxe da Guiana Francesa algumas sementes e as plantou no Pará. De lá, o café foi levado por viajantes para outras regiões, chegando ao Rio de Janeiro por volta de 1770, quando teve início de cultivo comercial. Inicialmente, os fazendeiros resistiram em adotar o cultivo do café, pois eles estavam acostumados com a produção da cana-de-açúcar e do algodão para a exportação. No entanto, o produto alcançou um bom preço no mercado internacional e o governo passou a incentivar seu cultivo. No início do século XIX, houve um grande aumento no consumo de café, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o que provocou um considerável aumento no preço do produto (BARBOSA, 2003).

<sup>64</sup>CIMITILLE, F. L. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01-12, 2009. Acesso em: 02/04/1876.



Serra se tornou a representação de progresso econômico e a gradual transformação social da vida dos Kaingang. As produções dessas mercadorias, como também a comercialização desses produtos representaram o fortalecimento e o desenvolvimento do domínio do Império sobre as terras indígenas.

O comércio é prática milenar, desenvolvida pelos homens dos mais diferentes grupos culturais. Essa prática social conectou os mais distintos povos e continentes, construindo Impérios, Estados, cidades, vilas, etc. A prática do comércio também desenhava o território dos Kaingang. Os tropeiros<sup>65</sup> que eram os principais comerciantes transitavam pelo Caminho das Tropas desde o século XVII, que se iniciava em São Paulo e ia até o Rio Grande do Sul, conectando as três províncias.

O troperismo contribuiu para consolidar a política do Império nas terras indígenas. Transportou tropas, cargas, ideias. Arquitetando os caminhos do Império e destruindo o território dos indígenas, influenciou no surgimento de muitas cidades que germinaram nas rotas percorridas pelos tropeiros.

Um ponto de parada dos tropeiros resultava na construção de casas, originando os povoados, vilas e cidades. Segundo Scortegagna, na rota dos tropeiros surgiram as seguintes vilas e cidades,

Viamão (RS), Santo Antônio da Patrulha (RS), Capão Bonito (RS), Bom Jesus da Serra (SC), Curitiba (SC), Laguna (SC), Lages (SC), Arapoti (PR), Balsa Nova (PR), Campo do Tenente (PR), Campo Largo (PR), Carambeí (PR), Jaguariaíva (PR), Lapa (PR), Palmeira (PR), Piraí do Sul (PR), Ponta Grossa (PR), Porto Amazonas (PR), Rio Negro (PR), Sangés (PR), Telêmaco Borba (PR), Tibagi (PR), Castro (PR), Itararé (SP), Itapetininga (SP) e Sorocaba (SP), (SCORTEGAGNA, 2005, p. 110).

O tropeiro comercializava animais como as mulas, mercadorias diversas e até artigos importados. Tornou-se, também, uma espécie de correio pois circulavam as informações entre as vilas e as cidades. Essas práticas fizeram dele um propagador das relações políticas e

---

<sup>65</sup>A palavra “tropeiro” deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil Colônia, Império e, em algumas regiões, até o Brasil República. Embora esse designativo fosse comumente usado nas vacarias do Uruguai, no Brasil tornou-se referências para os homens que possuíam a habilidade em lidar com as boiadas, potradas e muladas, além de negociar preços e se enveredarem pelos difíceis e inamistosos caminhos que partiam os campos do Sul, combiando tropas ou transportando mercadorias em direção ao Centro-Oeste. Fundamental para a integração nacional do Brasil Meridional, a atividade de tropeira não foi laureada com o status de ciclo econômico pela historiografia nacional. Ficou relegada aos temas de discussão da historiografia regional, provavelmente por não ter se desenvolvido num determinado período de tempo próprio, nem estar restrita a uma região geográfica específica ligada aos interesses econômicos e políticos centrais, primeiro da metrópole portuguesa, depois, das elites agro-exportadoras imperiais. Como prática econômica, essa atividade teria início com o desenvolvimento da mineração entre os séculos XVII e XVIII. Há, no entanto, historiadores que usam o termo em momentos anteriores da vida colonial, como o ciclo do açúcar (entre os séculos XVI e XVII), quando regiões do interior nordestino se dedicaram à criação de animais para a comercialização como os senhores de engenho (SCORTEGAGNA, REZENDE TRICHES, 2005, p. 107).

econômicas. No entanto, a colonização não foi um processo de fácil desenvolvimento, a resistência indígena foi constante e obviamente o caminho dos tropeiros ofereceu suas contendas, sendo frequentes os conflitos entre os tropeiros e os ameríndios, pois esses últimos agiam em defesa das suas terras. Por conseguinte,

os indígenas opuseram a maior resistência ao povoamento, atacando os tropeiros nas suas excursões pela estrada de São Paulo aos campos da Vacaria (Rio Grande do Sul); os descobridores e posseiros dos campos de Palmas, as primeiras instalações de Guarapuava e até a própria vila da Curitiba, em data incerta, onde o grupo atacante foi batido e barbaramente degolados os prisioneiros. Foram êsses, na história do povoamento do nosso hinterland, quando ainda integrado a 5ª Comarca de São Paulo, fatos fundamentais, para além dos quais só sentimosa vida indígena, particularmente dos remanescentes Kaingangue, recrudescer no cenário dos sertões meridionais ora em Palmas, ora no Rio Negro, ora no distante noroeste paranaense<sup>66</sup>.

Na década de 1870, alguns tropeiros passaram a comprar os produtos produzidos no aldeamento de São Jerônimo da Serra, como o aguardente, panos feitos de fibras de ortiga, açúcar e os chapéus. O comércio dos tropeiros estabeleceu redes de relações e contribuiu com o Império, trilhando as terras indígenas e transformando o espaço, fundando as cidades adjacentes ao aldeamento de São Jerônimo da Serra, pertencendo ao município de Castro.

Esse último, a partir de “1820 ainda no período colonial tornou-se vila da região platina paranaense. E administrativamente exercia influência sobre todo o interior”, ao qual se vinculavam as várias vilas fundadas posteriormente, como Pirai do Sul, Ponta Grossa, Carambeí, Tibagi, Jaguariaíva e Guarapuava (SCORTEGAGNA, 2005, p. 35).

O aldeamento de São Jerônimo da Serra passou em 1872a pertencer a Tibagi, quando se desmembrou de Castro, localizando-se com uma distância aproximada de 20 léguas. Na data de sua fundação, Tibagi possuía 4921 habitantes, dos quais 1446 foram definidos como caboclos e 514 escravos. Na figura 5, podemos visualizar as cidades fundadas pelos tropeiros, que nos propicia visualizar a localização parcial das vilas e o caminho estratégico trilhado pelos tropeiros no território indígena.

#### **Figura 05-Mapa Caminho dos Tropeiros**

---

<sup>66</sup>CIMITILLE, F. L. Kaingang. Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 01, n. 01, p. 1-10, 2009. Acesso em: 07/04/1875.



Fonte: <https://www.google.com.br/#q=mapa+da+rota+dos+tropeiros> e adaptado para o texto.

Esse mapa nos possibilita observar os traços do progresso e da civilização que delineavam com marcas de poder e dominação as terras ameríndias. O tropeirismo contribuiu com esse processo e se tornou uma das estratégias para o Império no avanço da colonização nos sertões habitados pelos indígenas.

Tibagi, naquele contexto, era de caráter agrário, dominado por uma elite mercantil que controlava a maior parte da população habitante no município composta por alguns colonos, os quais haviam se inserido com a imigração. O núcleo da cidade contava com um número de pequenos negociantes abastados para a época, que se beneficiavam das mercadorias produzidas pelos indígenas no aldeamento de São Jerônimo da Serra e transportadas pelos tropeiros, as

quais eram vendidas também nas cidades “próximas como, Castro e Ponta Grossa”<sup>67</sup>. A comercialização dessas mercadorias gerava imposto para o Império, inclusive os produtos produzidos e comercializados pelos aldeamentos, como os de São Jerônimo da Serra, nas vilas e cidades. Prática intrínseca ao Estado que já estabeleceu suas redes de relações políticas sobre um território dominado,

em comprimento ao despacho de V. Excia aprovado na representação do Reverendo Frei Thimoteo Diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara. Esta Comarca tem a honra de informar a V. Ex<sup>a</sup> que é pertinente a este município o Aldeamento de São Jerônimo da Serra, e a Freguesia Jatahy, estão sujeitos aos impostos desta Comarca não só os habitantes colonos, como que entrar para comercializar gêneros. A três anos esta Comarca nomeou um agente em São Jerônimo da Serra para arrecadar os impostos, quando os negociantes exportam gêneros<sup>68</sup>.

Entretanto, os tropeiros que passavam por aquela região para comercializar, oportunamente não pagavam impostos, uma vez que o agente nomeado no aldeamento de São Jerônimo para esse fim não cobrava de forma assídua os tributos. Assim, os tropeiros tinham preferência em comprar os produtos desprovidos de impostos, principalmente, o açúcar e o aguardente, produzidos pelos indígenas, “se os gêneros ficarão por um preço muito baixo é que os negociantes comprarão dos índios, e um preço limitado, não é causa de um imposto que nunca pagarão”<sup>69</sup>.

A circulação do não indígenas e intensificou no espaço ameríndio, os tropeiros ao cruzar o território teciam suas teias, traçavam as linhas sobre o espaço ameríndio e engendraram domínio sobre as terras indígenas. As linhas cruzavam e abriam os caminhos no território Kaingang, por meio dos aldeamentos como São Jerônimo da Serra, e também pelas estradas. Fragmentavam as terras em fazendas e pequenas propriedades, impondo o progresso por meio das produções de gêneros, plantações de roças. Por conseguinte, contribuía com o Império para consolidar as suas fronteiras.

As linhas percorriam o território Kaingang desenhavam as terras do Império, demarcando os limites dos municípios como Castro e Tibagi, tecendo redes de relações comerciais, processando as trocas e vendas das mercadorias. Dessa maneira, as linhas da região

---

<sup>67</sup>MENEZES, R. O. De. Aldeamento São Jerônimo da Serra. *Catálogos seletivos de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01- 13, 2009. Acesso em: 03/04/1878.

<sup>68</sup>ABRANCHES, F. J. C. de A. Comércio de produtos. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-19, 2009. Acesso em: 14/10/1873.

<sup>69</sup>BITTENCOURT, J. C. Impostos. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-03, 2009. Acesso em: 29/03/1978.

dos não indígenas seguiam estriando o espaço dos Kaingang, configurando o progresso, em um espaço que era concebido pelo colonizador como atrasado e que estava em estado natural. Portanto, a relação com a terra, que antes era comunal e palco para o desenvolvimento das práticas culturais dos Kaingang, gradativamente, ganhou outra característica, de coletiva passou a ser fragmentada.

### **3.6-A distribuição de lotes de terras dos Kaingang aos colonos**

A questão sobre as terras é decorrente do processo histórico e remonta ao início da colonização dos não indígenas nas terras ameríndias, quando Portugal tinha manifestado interesse. Visto que,

com o declínio do açúcar e o crescimento das lavouras cafeeiras, o avanço das áreas colonizadas e a expectativa de avanço maior provocou a necessidade do controle das terras, agravando-se as divergências entre indígenas, posseiros, grandes produtores, estrangeiros e os Estados, sobre o domínio das terras (PODELESKI, 2009, p. 50).

A retaliação das terras indígenas começou pelas Capitânicas Hereditárias. Na sequência foram concedidas as Sesmarias, pelas quais se transferiam terras públicas ao poder privado, na condição de “confirmação de cultivo das mesmas, podendo também ser devolvidas à Coroa caso houvesse desconformidade com a legislação, pois os donatários e os sesmeiros não tinham a plena autonomia ou a posse da terra até meados do século XIX” (SILVA, 2015, p. 12). As terras devolvidas à Coroa foram denominadas de “terras devolutas”, logo consideradas não ocupadas, e integrando o patrimônio público do Estado ou Província.

Com o fortalecimento do Império, a questão de terras ganhou outras configurações. Podemos observar que as terras espoliadas dos indígenas e consideradas como patrimônio público, foram usadas em benefício de interesses de uma elite dominante ou pessoas influentes para a obtenção de títulos definitivos de domínio particular. A aquisição de terras por parte de alguns particulares dotados de condições financeiras estimulou a imigração dos europeus. O dinheiro arrecadado com as vendas de algumas terras patrocinava a vinda dos imigrantes.

Por meio da venda das terras, o Império “teria meios para custear a imigração e a colonização. Em meados do século XIX, a terra se tornou mercadoria, podendo ser comprada e não mais apenas concedida ou doada” (PODELESKI, 2009, p. 50). É substancial destacar que,

a princípio, a intenção com a vinda dos imigrantes era substituir, gradativamente, a mão de obra escrava.

Em 1842, o “Governo Imperial solicita à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado uma proposta de reformulação sobre as concessões de Sesmarias e Colonização, a fim de tornar a proposta uma legislação a vigorar no Império” (SILVA, 2015, p. 5). O Conselho de Estado Pleno tinha um papel de mediador entre o Imperador e os governos das Províncias, buscando resolução de conflitos que poderiam interferir no desenvolvimento do Estado-Nação.

Em meados do século XIX, as terras foram documentadas pela Lei de Terras de 1850, que legitimou a posse de quem as havia demarcado no território indígena. Essa “lei concedia a posse de terras a proprietários que se encaixassem aos requisitos solicitados pelo Estado” (SILVA, 2015, p. 8). Ela era cedida por meio da venda de título, o que tornava o acesso à terra restrito. A Lei de terras fixou “a proibição de ceder terras devolutas por qualquer outro título que não fosse por meio de compra, aplicando-se punição de multa para os que se apossassem de terras devolutas ou alheias” (PODELESKI, 2009, p. 51).

A Lei de Terras também foi uma estratégia do Império para manter domínio sobre o território,

e estreitar laços com os proprietários de terras através da lei. Observa-se a transformação da terra em mercadoria que auferia lucros para o Império e contribuía para a manutenção da ordem política e para o desenvolvimento da grande lavoura exportadora do café, em ascensão no contexto (PODELESKI, 2009, p. 34).

O progresso destituiu a relação integral dos indígenas com a natureza, o seu amplo espaço de circulação e o introduziu a uma nova relação social no aldeamento. Com as terras restritas, os indígenas passaram a conviver em um menor espaço entre si e com as diversas hordas, com os colonizadores, africanos e os colonos. Os indígenas que não foram aldeados, à medida em que suas terras foram fragmentadas e distribuídas, foram sendo encurralados a um pequeno espaço de circulação.

A terra se tornou um bem de barganha que adquiriu valor por meio do trabalho e só assim pôde ser negociada com o Estado. Uma vez que ela não seria mais cedida ou doada, mas vendida. A forma de pagamento, no caso dos colonos, foi por meio do trabalho. As terras localizadas adjacentes ao aldeamento, a partir de 1875, foram concedidas aos colonos que haviam prestado serviço no aldeamento por um determinado tempo, com base no,

aviso nº 74 de setembro de 1875 autorizado pela Presidência a passar títulos de assentamentos ou aforamentos das terras às várias famílias que estão no aldeamento medindo 500 braças em quadro cada uma, sobre a condições

desses indivíduos estarem estabelecidos no aldeamento à respectivos três anos, em que receberam títulos provisórios e domínios de uso de terras e somente ainda após três anos, o uso a terra seria legitimado<sup>70</sup>.

Esse processo era intermediado pelo frei Luiz de Cimitille que analisava as reivindicações das concessões dos lotes. Entre os colonos que solicitaram as concessões estavam,

Albino Cazas de Oliveira que tendo elle suplicante servido como assalariado no aldeamento de São Jerônimo da Serra e tendo preenchido as exigências das Instruções Imperiais do artigo 15 que seguem este aldeamento conforme comprova atestado junto do Direto vem pedir respeitosamente a V. Ex, que lhe digne mandar passar títulos de própria de uma secção de terrenos de quinhentas braças em quadro conforme julga-se com direito, sendo situada na margem do rio Tibagy pertence a este mesmo aldeamento propiciando suas divisas pella barra acima do arroio denominado<sup>71</sup>.

E também, Antônio,

que afirmou que era empregado desse aldeamento e havia preenchido as exigências do artigo 15 das Instruções de 25 de abril de 1854 que rege este aldeamento, como prova com o offício, pede respeitosamente a Vossa Excelência que se digne lhe mandar passar título de propriedade, que se julga com direito e há ele foi concedido uma secção de terras de quinhentas braças em quadro no lugar denominado Tatele, confrontando ao Norte com as terras nacionais, ao Sul com a estrada que desse aldeamento que vai a Castro<sup>72</sup>.

No decorrer da década de 1870 até 1881, foram concedidos “111 lotes de terras”<sup>73</sup> para os colonos. As condições desses colonos eram precárias e sem recursos financeiros, eles sofriam de diversas intempéries. O viajante Saint-Hilaire apresentou na,

sua literatura que as casas eram modestas, com ausência de luxo, estilo rústico e com poucas mobílias. A rusticidade e o estilo simples das construções brasileiras, do período colonial e imperial, estiveram presentes por diversos momentos nos relatos dos viajantes, do século XIX (SCORTEGAGNA, 2005, p. 89).

Nesses lotes, os colonos construíam uma casa de madeira coberta com palhas, e o assoalho era de “chão batido, na qual passavam a morar, faziam algumas plantações de feijão, milho, arroz, mandioca com uns poucos animais que passaram a ser criados para a alimentação

<sup>70</sup>LINS, A. L. Distribuição de Terras. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-12, 2009. Acesso em 04/05/1875.

<sup>71</sup>CIMITILLE, F. L. Lotes de Terras. *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-12, 2009. Acesso em: 19/04/1876.

<sup>72</sup>CIMITILLE, F. L. Lotes de Terras. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01—33, 2009. Acesso em: 08/09/1877.

<sup>73</sup>CIMITILLE, F. L. Distribuição de Terras. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-08, 2009. Acesso em: 02/03/1880.

como o porco, a galinha e o boi”<sup>74</sup>. Entretanto, as condições dessas famílias eram precárias, levando-os a trabalhar nas fazendas particulares por salários baixos.

A distribuição das terras aos colonos foi intermediada pelo frei. No início, o número de lotes cedidos era bem reduzido. No decorrer do tempo, aumentaram os lotes cedidos aos colonos, ato considerado abusivo pelo Governo Imperial, provocando a sua insatisfação, fato esse que contribuiu para que o frei Luiz de Cimitille se,

retirasse da administração do aldeamento de São Jerônimo da Serra completando assim mais de um decênio de serviços a catequese dos indígenas dos sertões do Tibagi. O frei realizou uma viagem ao Rio para resolver as questões políticas do aldeamento e, ao retornar ao Paraná, embrenha-se no serviço no município de Guarapuava para tratar da catequese dos índios e em momentos posteriores retorna para a Itália<sup>75</sup>.

Lembremos que as terras eram vendidas às pessoas que tinham posses. Interpretamos que, com relação aos colonos, foi aberta uma exceção, pois eles não tinham posses, o que os privilegiava era o fato de que eles estavam contribuindo com o Império para colonizar os sertões. No entanto, existia um limite para essas concessões de lotes, pois se almejava vender terras a quem tinha poder econômico.

Diante da insatisfação do Governo Imperial em relação ao expressivo número das concessões dos lotes aos colonos, é possível afirmar que o acesso às terras era por meio da compra e ficava restrito a uma seleta região social, de modo que a terra ficou concentrada em mãos de poucos,

a promulgação da Lei de terras, em 1850, que determinava que as terras devolutas somente seriam transferidas através da compra, praticamente proibiu o acesso do imigrante pobre. Assim, a colonização de povoamento que se esperava estabelecer não teve grande empenho oficial, uma vez que os investimentos foram pífios, deixando os imigrantes à própria sorte. Problemas como falta de estradas, lotes mal delimitados ou mal localizados (alguns com falta de água, outros nos pântanos), doenças (SCORTEGAGNA, 2005, p. 167).

O território dos Kaingang compreendia características comunais compartilhadas e, com o processo de colonização, gradativamente, passaram por transformações compreendendo outras características. Foram estriadas pelos não indígenas, autorizado pelo Governo Imperial, que intencionava inseri-las no progresso econômico que provocou a transformação do espaço social dos Kaingang.

---

<sup>74</sup>LINS, A. L. Lotes dos Colonos. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04, n. 01, p. 01-25, 2009. Acesso em: 03/09/1878.

<sup>75</sup>SÁ, I. M. de. Saída do frei Luiz de Cimitille do aldeamento de São Jerônimo da Serra. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial 1871-1892*, Arquivo Público do Paraná, Curitiba, v. 04 n. 01, p. 01—16, 2009. Denúncia do aldeamento São Jerônimo da Serra (PR), como tanto no que diz respeito à tranqüilidade pública. Acesso em: 28/12/1881.



A colonização foi uma máquina de produzir ruínas e transformar os espaços sociais. Desse modo, por meio do aldeamento observamos os acúmulos desses fragmentos deixados pela civilização e pelo progresso como a expropriação das terras indígenas e, a destruição do território onde eles desenvolviam as práticas culturais. Para ilustrar essa ideia,

existe um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersas aos nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1989, p. 225).

A civilização e o progresso foram práticas de violências, que no decorrer do tempo, também fizeram surgir as Nações,

pois a violência é como um elemento intrínseco à própria existência humana, entendendo que todos os seres vivos são movidos por comportamentos instintivos e predatórios. Desse modo, o uso da violência seria uma forma não de aniquilar a vida, mas de garantir a conservação da sua existência (ALMEIDA, 2010, p. 8).

A violência é intrínseca ao instinto do ser humano e esteve presente entre os indígenas, como também entre os europeus e nos mais distintos povos. Sobretudo essas características culturais dos ameríndios que foram citadas nos permitem evidenciar que entre os Kaingang não havia a exploração do trabalho.

Essa prática foi introduzida pela civilização e pelo progresso que transformou as relações sociais bem como os espaços geográficos, políticos, econômicos, étnicos e culturais. O tempo da civilização, ou seja, “os avanços das invenções humanas estiveram sempre inextricavelmente associados ao agravamento da monstruosa desfiguração da vida social que é a desigualdade” e aprofundou de forma sem precedentes a discrepância social entre os homens (ROSSEAU, 1755, p. 11-12). Produzindo números monstruosos de desigualdade social, em que pouquíssimas pessoas concentram a metade da riqueza do planeta Terra e a grande maioria padece na miséria.

Vimos que, para fazer existir o Império e, consecutivamente, a nação, foi adotada a prática de muita violência contra os seus opositores como: sanar as revoltas provinciais que reivindicavam a separação; consolidar as fronteiras físicas; aldear os índios, fragmentar e estriar as suas terras; e, ainda, construir o discurso de Nação civilizada, a qual foi engendrada pelos

intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Na obra o “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*”, Jean Jacques Rousseau elaborou duas grandes matrizes do pensamento cultural e político que vieram a constituir a dimensão crítica da época moderna. Na segunda matriz ele fez uma crítica à,

ideia de civilização ainda no século XVIII, cuja expressão mais clara viria a se consolidar bem mais tarde, quando já avançado o século XX, e que se consubstanciaria na ideia de que o progresso alcançado pelos homens ao longo do tempo, a própria civilização, por assim dizer, em si mesma e na sua dimensão mais íntima, é malignamente ambígua, portadora de uma dimensão destrutiva, que a faz perigosamente e sempre virtualmente perversa (ROSSEAU, 1755, p. 9).

O aldeamento representou essa ideia de progresso em viés econômico marcado pelo estriamento das terras indígenas que estavam sendo distribuídas aos colonos e pela produção dos produtos pelos ameríndios. No entanto, os indígenas resistiram à civilização.

No decorrer dessa pesquisa, objetivamos demonstrar que as terras ao Norte do Paraná, no século XIX, eram território Kaingang resultante das disputas do poder pelo espaço decorrido do processo histórico. Entretanto, o território Kaingang, a partir de meados do referido século, passou por um processo de transformação devido à colonização pretendida pelo Império, modificando o espaço social dos ameríndios. A colonização ocorreu mediada por algumas estratégias engendradas pelo Império e ideologicamente sustentadas pela civilização e pelo progresso, entre elas, os aldeamentos, como São Jerônimo da Serra.

Estudamos o aldeamento desde a sua fundação em 1859 até a saída do frei Luiz de Cimitille em 1881. Esse período foi relevante para evidenciar a ocupação das terras indígenas ao Norte do Paraná, apresentando as transformações sociais indígenas.

Nesse sentido, o referido aldeamento foi o eixo central para compreender parte do processo de transformação social do espaço indígena no interior e ao exterior do aldeamento. Internamente porque os indígenas passaram a viver com distintos grupos sociais como funcionários, colonos e africanos.

Nos primeiros anos de funcionamento do aldeamento, os indígenas desenvolviam algumas atividades como a plantação de roças e a abertura de estradas. A prática da catequese ocorreu de forma esporádica devido à falta permanente de um frei no aldeamento. Ela ganhou mais impulso com a entrada do frei Luiz de Cimitille em meados da década de 1860. Entretanto, todo entusiasmo do frei em civilizar os ameríndios não produziu resultados profícuos com relação à catequese, pois os ameríndios tinham suas próprias crenças culturais. Na década de 1870, reflexo da política de progresso do Império, passou-se a produzir no aldeamento

mercadorias e parte dessas foram comercializadas com os tropeiros que as vendiam nas vilas adjacentes.

O espaço social dos indígenas foi transformado externamente porque, à medida em que os indígenas foram sendo aldeados, o seu território foi reduzido. As terras ao exterior do aldeamento que antes eram espaço de circulação e de convívio social dos Kaingang, paulatinamente, ganharam outras configurações. Portanto, de um espaço onde reinava a liberdade para os indígenas transformou-se um espaço onde o progresso inseria suas raízes, os quais foram estriados, à medida que iam sendo ocupados pelos colonizadores.

Com a transição política do Império para a República, os aldeamentos ganharam outras configurações, nomenclaturados como Reservas Indígenas. Entretanto, essa transição pouco alterou a política de tratamento por parte do Estado com relação aos ameríndios, os quais continuaram em condições pejorativas e discriminatórias. Visto que, no século XX, reduziram-se às terras das Reservas Indígenas, pois no século XIX as dimensões territoriais dos aldeamentos eram bem maiores. Ainda que em 1988 a Constituição trouxesse alguns direitos aos ameríndios, a colonização continuou principalmente com desrespeito às leis que os beneficiam.

Os indígenas tiveram seus direitos jurídicos garantidos somente com a Constituição promulgada em 1988. Todavia, na prática, esses direitos estão muito longe de se concretizarem. Comumente, os indígenas são alvos de perseguições, principalmente porque ainda possuem riquezas materiais, como as terras, que são alvos de cobiça por parte dos latifundiários. Infelizmente, a expropriação das terras ameríndias ainda não se extinguiu. A colonização já dura mais de quinhentos anos e se estabeleceu em nome do poder e da dominação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços sociais são transformados pelas disputas travadas derivadas dos distintos interesses políticos estabelecidos entre as regiões sociais em luta pelo monopólio do poder sobre o espaço, que se processam por meio das práticas da violência, que constroem e desconstróem lugares como os Estados, os regimes políticos, religiões, territórios, impérios, entre outros.

Em uma sociedade em que proliferou a hierarquia social, aprofundando a desigualdade, estruturada economicamente pela escravidão, não resta dúvida, que sobre esses fundamentos sociais do Brasil, em meados do século XIX, o aldeamento de São Jerônimo da Serra representou a transformação do espaço social dos Kaingang como, a perda do território que abrangia ampla extensão, onde eles desenvolviam as suas práticas culturais. Os que foram aldeados passaram a conviver com distintas regiões sociais como, os funcionários, africanos e colonos. E os ameríndios que não foram aldeados, gradativamente, tiveram seu espaço restrito e estriado, à medida em que, com o decorrer dos anos, as terras eram delimitadas ou concedidas aos não indígenas.

No aldeamento, os Kaingang tiveram suas práticas culturais cerceadas com a imposição da civilização, sob a administração dos freis. No entanto, o aldeamento não transformou o espaço social cultural dos Kaingang do ponto de vista da civilização, pois eles resistiram à imposição às práticas civilizatórias, pelas quais pouco se interessavam. Continuavam a desenvolver no aldeamento as crenças expressadas pelos rituais e, com frequência, saíam do aldeamento, deslocando-se por seus antigos territórios expropriados, onde praticavam a caça e a pesca e também se encontravam com os indígenas que estavam fora do aldeamento.

Sendo assim, é possível evidenciar que, mesmo os indígenas imbuídos em um processo que podemos considerar como sufocante, atroz, bárbaro, que, respalda o que é Brasil atualmente, é imprescindível evidenciar a atuação política dos indígenas no processo de espoliação das suas terras no Norte do Paraná em meados do século XIX. Sendo pertinente também abordar que a guerra de conquista ocorreu de forma violenta e os resultados para os indígenas foram insatisfatórios. Entretanto, embora perdendo quase que integralmente o seu território onde se desenrolava o seu cotidiano, conseguiram configurar novas características com o devir desse processo de progresso e civilização.

A partir disso, passaram a reinventar o seu espaço social, uma vez que o processo histórico com o devir dos tempos se reformula, desconstrói-se e, reconstrói de acordo com seus interesses, o qual na grande maioria das vezes beneficia a classe dominante. Os ameríndios

foram guerreiros, estrategistas, audaciosos, e agiram de forma política. Resistiram ao processo de colonização, não deixando de ser Kaingang, de modo que, o seu espaço social cultural não se transformou. Obviamente, a sua cultura passou por uma ressignificação, entretanto, os Kaingang preservaram a sua identidade.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE, JR. M. Durval. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Revista Fronteiras Revista de História*, Dourados, v. 10, n.17, p.55-57. Acesso em: janeiro/2008.

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. *Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena de Xapecó*.1998, f. 165 Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

ALMEIDA, B. da G. Maria. *A Violência na Sociedade Contemporânea*.1. Porto Alegre. Ed: EdIPUCRS, 2010.

AMBROSETTI, J. B. *Los índios Kaingángues de San Pedro de Misiones*. *Revista del Jardín Zoológico (impresa)*, Buenos Aires, v. 2, n. 10, p. 305-398. Acesso em: 1895.

AMOROSO, Marta R. *Catequese e evasão. História do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná. (1855-1895)*.1998, 267 f. Tese (Doutorado de Antropologia. FFLCH – USP.

BARBOSA, A. *O Império*.São Paulo. 2. Ed: Cia das Letras, 2003.

BARRA, da. S. Sérgio H. *A cidade corte: o Rio de Janeiro do século XIX*. 1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE, 1, 2015. Anais Porto: UFRGS. Ed: Oikos, p. 791-805.

BASILE, B. Ítala Irene. *Lideranças Indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguai*.1.São Leopoldo. Ed: Anchieta, 1992.

BATISTA, Jefferson, A. *Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura*. *Revista Saber Eletrônico*, V. 1, n. 1 . Acesso em: 2010.

BENJAMIN, Walter. *Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 1. São Paul. Ed: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BORGES, G. Adriano, A. O BARÃO BANDEIRANTE: JOÃO DA SILVA MACHADO E OS INTERSSES PÚBLICOS NAS QUESTÕES INDÍGENAS DE MEADOS DO SÉCULO XIX.

In: 5º Encontro, escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 5, 2010, Porto Alegre. Anais. UFRGS. Ed: Oikos, 2010, p. 1-21.

BORIS, Fausto. *História do Brasil- 2*. São Paulo. Ed: da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995.

BOSI, de P. Antônio. *A escola metódica revisitada*. Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 6, p. 75-89, agosto/2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 1. São Paulo. Ed: Schwarcz I. LTDA, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. 1. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Ed : Bertrand Brasil, S. A., 1898.

BURKE, Peter, 1937. *O que é história cultural?* 2. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar, 2008.

CABRAL, S. C. Arthur. *As Sociedades do Século XVI*. Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, Rio Claro vol. 4, n. 5, p. 35-56. Acesso em: agosto/2012.

CANEDO, Daniele. *Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e atuação dos poderes públicos*. In: V ENECULT ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5, 2009, Salvador. Anais. Ed: Edufba, 2009, p. 33-45.

CANIELI, Dulce, E. *As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853-1889*. 2001, 133 f. Dissertação (Mestrada em História). Universidade Estadual de Maringá Programa Associado de Pós-Graduação em História UEM/UEL: Maringá.

CERRI, Luis F. *A Teoria da História de Jörn Rüsen entre a Modernidade: uma contribuição à didática da história*. Educação Real, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008. Acesso em: dezembro/2012.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes de fazer. 3. Rio de Janeiro, Petrópolis. Ed: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. Revista latinoamericana de Ciências Sociais, Buenos Aires: Clasco, v. 1, n. 1 p. 53-78. Acesso em: junho/2008.

CLAUDINO, K, Zaqueu. *A formação da pessoa nos pressupostos da tradição educação indígena Kaingang*. 2013, 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal

do Rio grande do Sul Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em educação-PPGEDU, 2013.

CODATO, Evadir. *Colonização Agrícola: A Colônia Três Barras 1932-1970*.1981, 250 f. Dissertação (Em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CUNHA, C. Manuela. *História dos Índios no Brasil*. 2. São Paulo. Ed: Cia das Letras, 2002.

CURTA, C. Jussara. *Continuidade e Mudança do Território Kaingang do Rio Grande do Sul: um estudo do aldeamento de Nonoai*.2012, f. 33. Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre.

DELEUZE, Gilles GUATTARI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*. [Tradução de Aurélio Guerra Neto e Cecília Pinto costa].1. Rio de Janeiro. Ed: 34, 1995.

DOMINGOS. T. Simone. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. 2009, 219 f. Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas-Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Revista Novos estudos*. São Paulo, v. 77, n. 19, p. 73-89, Março/ 2007.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. 1. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Augusto. *Povos e Comunidades Tradicionais*.1. Porto Alegre. Ed: EdiPUCRS, 2014.

FERRAZ, Flávio. *O conceito de cultura historicista ao evolucionismo cultural do século XIX*. 1.Universidade Federal de Goiás. Ed: Fronteiras, 2010.

FERREIRA, Andrey C. Políticas para Fronteira e Identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 34-49.Acesso em: dezembro/2009.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*.1. São Paulo. Ed:EDUNESP, 1990.

GOLÇALVES, C. Sérgio. O INTELLECTUAL CORTESÃO E A CIVILIZAÇÃO: UM PERFIL DOS FUNDADORES DO IHGB E DE SUA REVISTA. In: 5º Seminário Nacional de História da historiografia: biografia & história intelectual, 7, 2001, Ouro Preto. Anais. Universidade Federal de Ouro Preto. Ed: EdUFOP, 2011, p. 15-32.



GOUVÊA de. S. Maria Cristina. Estudos sobre o desenvolvimento humano no século XIX: da biologia à psicogenia. *Revista de Caderno Pesquisa, Minas Gerais* v. 38, n. 134, p. 535-557. Acesso em: agosto/2008.

GUIMARÃES, S. Manoel L. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27. Acesso em: janeiro/1988.

HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e a estratégia de liberdade no Paraná do século XIX. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-191, junho/2005.

KARSBURG, de O. Alexandre. Os Apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos capuchinhos italianos no século XIX. *Revista Estudos Históricas*, do Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 51-64. Acesso em: junho/2015.

LAPPE, E. LAROQUE, de S. Luís. *Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá*. *Revista, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio Grande do Sul, v. 34, n. 1, p. 147-156. Acesso em: agosto/2015.

LIMA, Maria. *Historia e Geografia do Paraná*. 1. São Paulo. Ed: Global, 2005.

MAYER, O. De. Vera lúcia. *A Escravidão em Palmeira...Existiu?* 2014, 33 f. Monografia (Em História). UEPG, Ponta Grossa.

MARCANTE, Maicon, F. *As fronteiras do interior: o aldeamento indígena São Pedro de Alcântara e suas interações sociais no espaço sertanejo Paraná: 1876/1881*. 2008, f. 45. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARQUESE, Marcos. *A Colonização das Américas*. 1. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Revista Síntese (Nova fase)* São Paulo, v. 19 n. 56, p. 59-73. Acesso em: novembro/1992.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio fenômenos de aculturação no Paraná*. 1. São Paulo. Ed: Queiroz, LTDA, 1989.

MOTA, Lúcio T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 1. Maringá, Ed. rev. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. 1. Curitiba. Ed: As Quatro Ventos, 2000.

MUCHEMBLED, Robert. *História da Violência do fim da Idade Média aos nossos dias*. 1. Rio de Janeiro. Ed: Forense Universitária, 2012.

ORÇO, Claudio Luiz. *Educação intercultural e a desconstrução das subalternidades dos povos indígenas Kaingang*. 1. Curitiba. Ed: CRV Ltda, 2017.

PARRON, P. Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. 2009, 268 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo.

PESAVENTO, T. Sandra. *História & história cultural*. 3. Belo Horizonte. Ed: Autêntica, 2005.

PETRY, Lúvia. *O papel do mito na narrativas orais dos Kaingang na Bacia do lado Guairá*. 1. Porto Alegre. Ed: Editora de Porto Alegre, 2010.

PODELESKI, da S. Onete. Lei de Terras de 1850. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 47- 58. Acesso em: novembro/2009.

PRIORI, Angelo. POMARINE, L. Regina, AMÂNCIO, M. Silvia, IPÓLITO, K, Veronica. Maringá, Ed: *História do Paraná: Século XIX e XX*. Maringá, Ed: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

PRONI, W. Marcelo. O trabalho na civilização Contemporânea: Leituras e reflexões. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 9, 2013, Ponta Grossa. Anais. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Editora de UEPG, 2013, p. 34-45.

RAMOS, de M. Luciana M. *Vénh Jykré e Ke Há Han Ke: Permanências e Mudanças do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi*. 2008, 252 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais Departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília.

REIS, José C. *As identidades do Brasil de Varnhagem*. 8. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José, C. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REQUE, João A. *Civilização e Barbárie no Território Paranaense: (1820-1875)*. 2000, 46 f. Monografia (Em História). Universidade Federal do Paraná, 2000.

RIOS, Á. Márcia. *O mundo grego*. 1. São Paulo. Ed: Cia das Letras, 2009.

ROSSEAU, Jean-Jaques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1. [introdução de João Carlos Brum Torres]. Porto Alegre. Ed: L&PM Pocket, 2008.

SCORTEGAGNA, Adalberto. *Paraná Espaço e Memória diversos olhares históricos-geográficos*. 1. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

SIQUEIRA, Lúcia. O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia e o ensino de História. *Revista História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-125. Acesso em: maio/2009.

SILVA de, B. Marcio Antônio. *Lei de terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola*. *Revista Brasileira de História*, v. 35 n. 70, p. 01-22. Acesso em: junho/ 2015.

SOARES, C. Antônio M. *Dialética da violência: civilidade e incivilidade*. *Revista Prelúdios*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 11-35. Acesso em: agosto/2014.

SPOSITO, Fernanda. *As guerras justas na crise do antigo regime português análise da política indigenista de D. João VI*. *Revista de História*, v. 161, n. 2, p. 85-112, agosto/2009.

STERN, Steve J *Resistance rellion and consciousness in the Andean Peasant World*. 1. Virginia. Ed: The University of Wisconsin Press, 1987.

STIVAL, Cristina. *Educação, dominação e reprodução*. Monografia (Especialização em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

THORNTON, Jonh. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. 1. Rio de Janeiro. Ed: Campus, 2004.

TYLOR, Edward B. *Cultura Primitiva I (Los Orígenes de La cultura)*. 4. Madri. Ed: Madrid: Ayuso, 1977.

TOMMASINO, Kimiye. Os Kaingang e os Guarani no Paraná: inimigos míticos no passado, aliados políticos no presente. *Revista HL*, v. 4, n. 5, p. 1-14. Acesso em: dezembro/2011.

VEIGA, Juracilda. *Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social Kaingang*. Revista Cadernos do CEOM –V. 19. Agosto, 2009.

VIETTA, Katya. *História sobre terras e xâmas dos Kaiowa de Panambilinho, (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2007, 220 f. (Dissertação em Antropologia). Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Dourados.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori. Formação da População Paranaense*. 1. Curitiba: Ed. Imprensa Oficial, 2003.

## **FONTES**

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853-1870. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871-1892. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

CIMITILLE, F. L. Kaingang. Catálogo dos Objetos do Museo Paranaense Remetidos a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro. Disponível no Arquivo Público do Paraná, 1888.

- Autorizo a divulgação integral desse trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 04 de setembro de 2017.

  
Joice Bernaski